Universidade de São Paulo

Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental

Marina de Oliveira Mendonça

Territórios, deslocamentos, permanências e transformações: o caso dos caiçaras da Praia Grande da Cajaíba/Paraty, RJ.

São Paulo

2010

MARINA DE OLIVEIRA MENDONÇA

Territórios, deslocamentos, permanências e transformações: o caso dos caiçaras da Praia Grande da Cajaíba/Paraty, RJ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Sant'Ana Diegues.

São Paulo

2010

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Mendonça, Marina de Oliveira.

Territórios, deslocamentos, permanências e transformações: o caso dos caiçaras da Praia Grande da Cajaíba/Paraty, RJ. São Paulo: 2010.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo.

Palavras-chave: caiçaras, território, migração, permanências, transformações.

Marina de Oliveira Mendonça

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição_____Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição_____Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição_____Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Elaine e Marcelo, e minha irmã, Lívia: pessoas com quem posso sempre contar. Pelo apoio emocional nas horas difíceis e pelo apoio financeiro, necessários em diversos momentos.

Ao Potiguara, por todo o amor compartilhado durante os anos de convivência em São Paulo.

Às orações da minha vózinha Suzana sempre presente, mesmo que distante.

À Thatiana, pela amizade conquistada, pelas preciosas informações e pelo abrigo em Paraty. Sem ela esta dissertação não existiria.

Aos moradores entrevistados, que dispensaram seu tempo com carinho e respeito a mim.

Em memória ao Senhor Filhinho.

Aos moradores da Praia Grande da Cajaíba.

À Maria Curione, pelo carinho e pelo auxílio fundamental nas transcrições.

Ao carinho dispensado por minha tia Dionne nas revisões da dissertação.

À nonna, pelo sentimento a mim dedicado durante a estada em São Paulo.

A todos do Raízes.

À Acácia, pela ajuda sincera e voluntariosa num momento de dificuldade, pelo auxílio em um trabalho de campo e pelas orientações informais.

A todas as minhas queridas amigas cabrochas que estão sempre ao meu lado. Pelas inúmeras conversas, pelos sambas necessários, e pelas experiências trocadas durante todo este tempo.

Aos amigos paulistas, por tornarem a cidade de São Paulo mais familiar a uma carioca. Em especial, à Maytê.

Ao Diegues pela orientação e, principalmente, pela compreensão e sensibilidade nos momentos mais delicados.

À FAPESP, pelo apoio financeiro, sem o qual não teria sido possível realizar o mestrado.

Aos funcionários do Nupaub e do Procam, pela atenção e o respeito.

À Julia Scamparini pelas revisões.

"As chaves do futuro e de utopia estão escondidas, quem sabe, na memória das lutas, nas histórias dos simples, nas lembranças dos velhos".

(BOSI, 1987)

RESUMO

O trabalho apresenta um estudo das práticas de vida de caiçaras que moravam na Praia Grande da Cajaíba e se deslocaram para novos locais de moradia em Paraty. A análise parte do ponto de vista das atividades que definem a cultura caiçara. As atividades de pesca, de roça, de extração, de trabalhos manuais e as relações de sociabilidade específicas foram tomadas como referência da cultura caiçara. O objetivo é analisar quais destas permanecem, e quais se romperam e/ou se transformaram. São consideradas as causas do deslocamento que incluem fatores de expulsão e atração. Quatro núcleos familiares foram utilizados como base para o entendimento destas relações: uma família na área rural, uma família na área costeira, e duas famílias na área urbana. Questiona-se se, após o deslocamento, há territorialização de acordo com as práticas caiçaras de origem, considerando a hipótese de que as práticas relacionadas ao território de origem são reconstruídas e reelaboradas após a migração. Constatou-se que há diferentes graus de apropriação do novo espaço, que variam de acordo com a causa do deslocamento de cada família e com a decisão por determinado destino. O ponto comum que caracteriza um padrão nas novas localidades é o papel preponderante do elemento família como fator agregador.

ABSTRACT

This is a study of the practices of life of Caiçaras who lived in Praia Grande da Cajaíba and moved to new homes in Paraty. The analysis starts from the viewpoint of the activities that define the Caiçara culture. Activities like fishing, farming, forest extractivism, crafts and special relations of sociability were taken as reference of the Caiçara culture. The objective is to analyze which of these remain, are broken and / or transformed. The causes of displacement include factors of expulsion and attraction. Four households were used as a basis for understanding these relationships: a family in rural area, a family in the coastal area and two families in the urban area. It is questioned: is there territorialization, in accordance with the source Caiçaras practices, considering the hypothesis that the practices related to the original territory are reworked and rebuilt after migration? It was found that there are different degrees of control of the new space that vary according to the displacement history of each family, and the decision for a particular destination. The common thread that characterizes a pattern in the new locations is the predominant role of the family element as an aggregating factor.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Distritos de Paraty, RJ 35
Figura 2 – Mapa da localização de Paraty e o Estado do Rio de Janeiro 36
Figura 3 – Mapa da Península da Juatinga e as áreas protegidas 37
Figura 4 – Casa ocupada por caseiros 40
Figura 5 – Casa da família Tannus Nottari 40
Figura 6 – Casa de Dona Maria demolida 41
Figura 7 – Casa demolida de Senhor Eliziário 41
Figura 8 – Escombros da casa de Luis 41
Figura 9 – Escombros da casa de Benedita 41
Figura 10 – Bairro da Mangueira 74
Figura 11 – Bairro de Ilha das Cobras 75
Figura 12 – Barco de pesca do Senhor Norvino no cais da Ilha das Cobras 80
Figura 13 – Casa do Senhor Luis com cozinha caiçara 88
Figura 14 – Casa de farinha 88
Figura 15 – Saco do Mamanguá 90
Figura 16 – Comunidade do Currupira, Saco do Mamanguá 90
Figura 17 – Cozinha de Maria 94
Figura 18 – Moenda de cana 95
Figura 19 – Rancho de pesca 96

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
BR	Rodovia Federal do Brasil
CIDE	Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CPDA	Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEF	Instituto Estadual de Florestas
MPF	Ministério Público Federal
ONG	Organização Não-governamental
PGC	Praia Grande da Cajaíba
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PPMA	Projeto de Proteção à Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro
REJ	Reserva Ecológica da Juatinga
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidades de Conservação da Natureza
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo
ZCC	Zona de Conservação Costeira
ZEVC	Zona de Expansão das Vilas Caiçaras
ZPVS	Zona de Conservação da Vida Silvestre
ZUCEL	Zona de Uso Comunitário, Cultural, Educacional, Esportivo e de Lazer

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

1. Os caminhos de Paraty e o fluxo de pessoas 29

1.1. A ocupação humana de Paraty 29

1.2. O espaço físico de Paraty 34

1.3. Reserva Ecológica da Juatinga – Praia Grande da Cajaíba 36

2. A dinâmica do caiçara 45

2.1. Populações Tradicionais 53

3. Aportes teóricos 55

3.1. Sobre a cultura 55

3.2. Memória 58

3.3. Componentes espaciais da memória 60

3.4. Perspectiva cultural da geografia humana 61

3.5. Território 64

3.6. Desterritorialização e reterritorialização 67

3.7. Desterritorialização na mobilidade 69

4. Resultados da pesquisa de campo 73

4.1. Apresentação 73

4.2. Descrição das entrevistas 74

4.2.1. Moradores de Ilha das Cobras e Mangueira 74

4.2.2. Moradores do sertão da Barra Grande 85

4.2.3. Currupira, Saco do Mamanguá 89

4.3. Aspectos recordados 97

4.3.1. Passado 97

4.3.2. Deslocamento 99

4.3.3. Adaptação 103

4.3.4. Futuro 106

4.4. Permanências e transformações 107

CONSIDERAÇÕES FINAIS 110

REFERÊNCIAS 114

APÊNDICE 120

INTRODUÇÃO

Essa dissertação é um estudo acerca de antigos moradores caiçaras da Praia Grande da Cajaíba, seu deslocamento geográfico para novos locais de moradia no mesmo município, e as transformações em suas práticas de vida. Foram tomadas como referências da cultura caiçara as atividades de pesca, de roça, de extração e de trabalhos manuais, e as relações de solidariedade. Analisou-se quais dessas atividades permaneceram, se transformaram, ou não foram mais praticadas.

Para esse intento, foram considerados quatro núcleos familiares como base da pesquisa, os quais estão divididos em três áreas geográficas distintas: rural, costeira e urbana. Devido a uma série de acontecimentos ligados a grilagem, disputas territoriais, especulação imobiliária e aspectos atrativos das cidades, os habitantes foram, aos poucos, saindo do seu lugar de origem rumo às áreas periféricas urbanas, rurais, ou mesmo a outra área costeira. Evidenciaram-se as características caiçaras mantidas nestes novos lugares.

Foram estudadas as diferentes formas de inserção do caiçara no espaço. Mais especificamente, interessaram o estabelecimento dessa população nos novos espaços sob o foco de análise da Geografia no âmbito do conceito de território; a própria definição de "caiçara" na literatura específica; e as formas de apropriação territorial no âmbito de um processo de deslocamento. Em suma, o objeto de estudo que se apresenta é a relação entre os antigos moradores da Praia Grande da Cajaíba e o seu novo território.

A população é originária da Praia Grande da Cajaíba, localizada na Península da Juatinga em Paraty, local de onde se deslocaram. A partir do estabelecimento em novos locais de moradia, interessou a investigação da decisão de deslocamento dos caiçaras, aquilo que vivenciaram durante a saída do local onde viviam, e de que maneira se percebem em um novo espaço.

Foram analisadas como se deram suas novas formas de territorialização para responder às seguintes perguntas: como uma população tradicional se adapta a um novo local de moradia, sendo que seu regresso não é mais permitido? É possível uma territorialização segundo a tradição de origem? Há permanências na maneira de viver do local de origem? Que rupturas foram realizadas e como elas são vivenciadas no cotidiano das pessoas? A análise dos dados tem como limite a própria fala dos moradores, que é seletiva.

Trata-se de um grupo social culturalmente diferenciado – "caiçara", como uma população tradicional – e marcado pela invisibilidade (SILVA, 2007), portanto, considera-se

relevante o estudo do seu processo de readaptação a um novo espaço. Sua cultura, neste sentido, é encarada como resultado dos processos históricos – que geraram seus vínculos identitários – frutos das migrações, práticas, relações de sociabilidade, troca, sofrimentos, perdas e identificações.

A preocupação pelo estudo da relação entre populações tradicionais caiçaras e o território dá-se, aqui, pelo entendimento da limitação de usos e restrição de direitos a tais grupos sociais. A perspectiva adotada é crítica no que se refere à regulação das áreas naturais protegidas pelo Estado. Os impactos que os grupos caiçaras sofrem a partir da implantação dessas áreas são considerados fatores de conflito. Este aspecto será trabalhado indiretamente ao longo da dissertação.

A hipótese[1] norteadora é a de que aqueles que saíram do seu território de origem re-elaboram, no novo espaço, práticas relacionadas à sua cultura, segundo a concepção de reterritorialização de Haesbaert (2006). O objetivo científico, propriamente dito, é a verificação das permanências, rupturas e /ou transformações das práticas sociais e culturais caiçaras nos novos locais de moradia.

Existe, contudo, uma intenção maior do presente trabalho: a divulgação da história de esvaziamento de uma comunidade tradicional caiçara em conflito com os agentes de coerção ao seu modo de vida e ao direito de livre escolha por permanecer no local onde se nasceu. Não se tratou de defender uma visão romântica de que o local "ideal" a se viver é a Praia Grande da Cajaíba; mas se procedeu à defesa do direito à escolha e de que as diversas formas de inserção ao urbano possam evoluir para formas de adaptação em que as tradições estejam presentes e convivam com os valores do mundo globalizado. Pelos motivos apresentados, destacam-se o viés político deste trabalho e o compromisso para com aqueles que cederam informações, dados, relatos, confidências e parte de seu tempo para a compreensão de seus dilemas e histórias de vida.

Em suma, a condição da população caiçara do ponto de vista de uma cultura em transformação, que se apropria de um novo espaço e faz dele seu território em termos de re-elaborações, estabeleceu o enfoque do trabalho. Uma visão de pobreza ou falta de recursos materiais com relação à cultura caiçara no local de origem não foi adotada.

---

[1] Representam as "relações estabelecidas pelo sujeito de conhecimento tanto ao nível das questões, problemas e proposições teóricos quanto ao nível das observações empíricas" (HIRANO et al. 1979, p. 94). "São sempre projeções condicionais de conhecimento, a serem numa etapa posterior objeto de uma investigação teórica ou empírica acurada para que possam ser refutadas ou confirmadas" (Ibid. p. 95).

Motivações

A questão principal que moveu este trabalho teve origem durante a graduação da autora em Geografia, ao cursar a disciplina de Estágio de Campo I com enfoque na gestão ambiental. A relação sociedade e natureza era o foco, e o trabalho de campo previu uma pesquisa em duas unidades de conservação da natureza na região das Baixadas Litorâneas do Rio de Janeiro. A leitura do "Mito Moderno da Natureza Intocada" atraiu o interesse. O conteúdo do livro esclareceu o fenômeno da implantação das unidades de conservação que se instalavam no país como uma forma de política controversa e criticável.

As matas que, à primeira vista, parecem intocadas ou inabitadas são, na verdade, celeiro de uma diversidade cultural de populações que desenvolveram, ao longo de séculos, relações diretas com a natureza. Grande parte dessas está localizada em áreas prioritárias para a conservação. Neste contexto, as populações tradicionais emergiram como atores fundamentais no que se refere aos direitos de permanência em seus locais de origem. Esses elementos pareceram vitais ao pesquisador de Geografia interessado pelo tema.

Desde 2005, a autora começou a frequentar as praias da Reserva Ecológica da Juatinga, como turista. Porém, com o olhar atento de um pesquisador de Geografia, ouvia falar dos problemas que as comunidades caiçaras enfrentavam por conta da especulação imobiliária e restrições ambientais.

Certo dia, em Martim de Sá[2], ao subir com alguns amigos o pico do Miranda[3], foi possível assistir à cena de um helicóptero pousando na praia. Dentro dele estava seu dono, que realizou o pouso para fazer uma proposta de compra da praia a Seu Maneco[4]. Este é apenas um exemplo do assédio sofrido pelos moradores tradicionais quando se trata das praias da Península da Juatinga.

A Praia Grande da Cajaíba é considerada uma das mais belas pelos turistas. Sobre este local, ouvia-se que a comunidade estava se esvaziando e que um grande proprietário de terras queria comprar todas as posses para construir um grande empreendimento. Aos poucos, os caiçaras sucumbiam e vendiam suas casas a preços irrisórios.

---

[2] Praia da Reserva Ecológica da Juatinga, Paraty, RJ onde reside um núcleo familiar caiçara.
[3] Pico em que se avista toda a região da Costa Verde.
[4] Manoel dos Remédios, morador tradicional caiçara e guardião de Martim de Sá.

Para quem trabalha com a temática ambiental, não é possível passar imune a todas as histórias ouvidas sobre esta localidade. Durante alguns anos, ainda, os relatos de esvaziamento e pressões aos moradores iam se tornando cada vez mais frequentes.

Um grupo de jovens estudantes da UFRJ, do curso de Geografia, sempre visitava a região, e alguns começaram a desenvolver trabalhos de conclusão de curso sobre a Península da Juatinga. As trocas de ideias e a comunhão de pensamentos sobre a necessidade de conservação daquelas áreas e sobre a permanência das comunidades foram se tornando convergentes entre os estudantes. Assim, foi ganhando força a ideia de elaborar um projeto de extensão universitária que agregasse a geração de um processo coletivo de manejo consciente, para a conservação da Mata Atlântica e para o fortalecimento da cultura local.

Convergir educação, cidadania, cultura e ecologia a fim de fomentar a autogestão para a articulação das comunidades frente às políticas ambientais e territoriais eram as preocupações centrais. Nascia, então, o projeto "Raízes e Frutos: uma vivência nas comunidades caiçaras da Reserva Ecológica da Juatinga". Seus integrantes desenvolvem atividades junto às demais instituições e atores sociais que atuam na região, representando a universidade através da extensão. Hoje, o grupo cresceu e agrega estudantes de diversas áreas do conhecimento.

A presente pesquisa se desenvolveu, tomou corpo e se tornou viável a partir das hipóteses realizadas pelos participantes do projeto no que se refere aos conflitos na Península e, em especial, na Praia Grande da Cajaíba.

Construção da pesquisa

As andanças em Paraty denotavam uma paisagem diferenciada. Uma cidade bem dividida: no centro histórico e bairros arredores, havia ordenamento das ruas em termos de traçado, comércio e serviços. À margem sul da cidade, à esquerda do Rio Mateus Nunes, há casas simples de alvenaria, muito comércio, desordenamento no traçado de ruas, moradores simples com certo "jeito de falar", pequenos barcos ancorados e todo o tipo de comércio e serviço de pequeno porte, um ao lado do outro. Os caiçaras estavam lá também, habitando os bairros de Ilha das Cobras, Mangueira e Pantanal.

A paisagem da Praia Grande da Cajaíba também tinha marcas que uma leitura atenta logo decifraria: uma imensa porção de terras, com poucas casas habitadas por moradores tradicionais, muitas casas abandonadas ou demolidas, sinais de roças abandonadas e uma casa grande em alvenaria, de um morador que não a habita, ocupada por capangas.

A fim de desenvolver uma questão teórica sobre expulsão e conflitos com populações tradicionais caiçaras, interessou o caso marcante do êxodo de populações tradicionais em Paraty, ocorrido na comunidade da Praia Grande da Cajaíba. O local de destino dos moradores eram os mesmos bairros urbanos periféricos que percorria a pé ou de bicicleta. Restava saber se havia outros destinos e descobrir sobre as novas formas de vida dessas pessoas.

A leitura do livro de Rogério Haesbaert[5] sobre *desterritorialização* trouxe o conceito necessário para formular a questão da presente pesquisa: se, após a migração, há uma apropriação territorial de acordo com práticas caiçaras.

A perspectiva da apropriação do espaço por meio das práticas (atividades marcantes da chamada "cultura caiçara") que caracterizam um território caiçara foi adotada. Este enfoque envolve aspectos econômicos e culturais numa relação imbricada.

Alguns autores já se dedicaram a esta área de estudo, dentre os quais foram selecionados: Cavalieri (1999 e 2003), sobre os conflitos fundiários na Reserva Ecológica da Juatinga e a questão da reclassificação da unidade de conservação; Gomes Junior (2005), um trabalho etnográfico sobre a relação dos moradores da Praia Grande com a terra feito há poucos anos, quando a maior parte dos moradores ainda estava no local; e Soares (2006), que faz um levantamento das culturas material e imaterial caiçaras na Península da Juatinga, comprovando que existe uma matriz ligada, principalmente, à mata, à terra e à roça.

Outras fontes também foram pesquisadas como, por exemplo, os diversos materiais audiovisuais produzidos na Península da Juatinga. O vídeo *Lá e Cá,* de Clarissa Guarilha, foi utilizado como uma das bases do levantamento dos moradores que se deslocaram, visto que trata da problemática do esvaziamento da Praia Grande da Cajaíba. Outro filme também serviu de apoio, *Vento Contra* de Adriana Mattoso. Este último conta a história da especulação imobiliária em decorrência da construção da BR-101 e o consequente conflito entre pescadores e empresas pela permanência na terra.

Apesar de haver bastante material sobre a região, foi constatada a ausência de uma investigação geográfica da situação vivida pelos moradores saídos da Praia Grande da Cajaíba. Por conseguinte, considerou-se a produção de uma obra visada a contribuir sobre as transformações da cultura caiçara fora dos locais de onde ela se desenvolveu primordialmente.

---

[5] HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Dois eventos contribuíram para o presente trabalho ao ampliarem o conhecimento sobre o conflito no local: a participação nas reuniões do Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu[6]; e a participação no I Encontro de Populações Tradicionais e Áreas Protegidas do Mosaico Bocaina, realizado nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 2008 no Quilombo do Campinho da Independência, em Paraty[7]. Este último foi um importante evento para as comunidades tradicionais locais. A organização das mesmas estabeleceu um marco no que se refere à participação como atores sociais ativos e reivindicatórios de seus direitos de permanência pelo local onde vivem. O evento contou com a presença de mais de 120 participantes entre representantes de comunidades tradicionais, gestores de unidades de conservação, Organizações Não-Governamentais atuantes na região, Universidades e representantes da esfera pública.

A estrutura da dissertação

A presente dissertação foi produzida dentro de um programa de pós-graduação em Ciência Ambiental. Buscou-se inserir uma temática que envolve aspectos ambientais, como a conservação da natureza a partir de um olhar sobre as comunidades tradicionais, dentro do campo disciplinar da Geografia, e suas inter-relações com aspectos históricos e antropológicos. Não se trata de um trabalho de História ou de Antropologia, mas de uma proposta de realizar diálogos possíveis com temas relevantes de ambas as disciplinas.

Foram explanados os conceitos de caiçaras, memória, territórios em processo de transformação social. Houve um esforço, por meio destes conceitos, em produzir um diálogo dentro de uma Ciência Ambiental[8].

Os conceitos de população rural tradicional, caiçaras e migrantes rurais foram discutidos a partir das obras de Diegues (1988), Cândido (2001), Durhan (1973), Marcílio (2006), Ministério do Meio Ambiente e Mussolini (1980). Em Claval (1999; 2001) e Larrère & Larrère (1997), aparecem os conceitos de espaço e paisagem. Estes foram escolhidos como base de entendimento sobre a Praia Grande da Cajaíba como referência para o início da interpretação do espaço e ponto de partida para a análise da questão do presente trabalho.

---

[6] Unidade de Conservação da Natureza sobreposta à área da Reserva Ecológica da Juatinga. Atuação da autora como representante do "Raízes e Frutos" pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.
[7] Participação da autora como mediadora de um dos grupos de discussão.
[8] Considerando-a como uma ciência em formação.

O território, em Haesbaert (2006), trouxe o fundamento teórico da dissertação a partir de seus desdobramentos conceituais em desterritorialização, reterritorialização e des-reterritorialização.

Algumas pesquisas aplicadas sobre transformações em meios rurais, como a de Candido (1964), Willems (1961) e Durhan (1973), foram utilizadas como exemplos pertinentes ao tema do trabalho e como reflexões para a conclusão.

Três autores foram decisivos para o entendimento do universo da Praia Grande da Cajaíba: Lúcia Cavalieri (1999; 2003), geógrafa e mestre da USP, Tainá Soares (2006), historiadora ambiental da UFRJ, e Manoel Vieira Gomes Junior (2005), arquiteto da UFF e mestre pelo CPDA/UFRRJ. Estes realizaram reflexões em suas monografias e/ou dissertações sobre a Reserva Ecológica da Juatinga e, em especial, sobre a Praia Grande da Cajaíba e seus moradores.

Gomes Junior[9] realizou uma etnografia com os mesmos atores sociais aqui trabalhados, quando ainda moravam na Praia Grande, e deixou uma porta aberta em seu trabalho ao indicar a saída gradual de alguns deles. A história que se vai contar aqui é sobre a continuidade deste processo de saída dos moradores da Praia Grande, e sua adaptação em novos locais de moradia.

A dissertação está dividida em cinco capítulos. O primeiro situa o leitor sobre a área de estudo. Além disso, apresenta como os caminhos de Paraty influenciaram o fluxo de pessoas ao longo da história, e a Praia Grande da Cajaíba como uma localidade repleta de histórias, conflitos, produção material e imaterial, enfim, como uma paisagem que resulta, segundo Larrère & Larrère (1997, p. 223), "da interação entre processos naturais e atividades humanas".

O segundo capítulo versa sobre a dinâmica do caiçara e os elementos característicos que fundamentam sua cultura. Faz-se necessário enfatizar que o objeto não é a figura do caiçara em si, e sim as relações imbricadas de sua cultura e apropriação do espaço.

O terceiro capítulo, intitulado "Aportes Teóricos", traz um panorama dos conceitos geográficos de paisagem e território, memória, mobilidade e migrante. São discutidas algumas concepções que auxiliam a pensar a complexidade dos processos sociais em questão.

O quarto capítulo, "Resultados", apresenta uma descrição analítica da pesquisa prática a partir das mensagens das entrevistas. Os núcleos familiares foram detalhados em três grandes grupos: a família no Currupira, Saco do Mamanguá; a família no Sertão da Barra Grande; e

---

[9] Ibid.

duas famílias na cidade, nos bairros de Ilha das Cobras e Mangueira, constituindo um só grupo urbano.

Os elementos, por sua vez, foram pormenorizados como: “passado”, “deslocamento”, “adaptação” e “futuro”. E as situações vivenciadas foram categorizadas em termos dos marcos materiais e imateriais da cultura e re-apropriação. Ao final, procedeu-se à discussão do grau de permanência com relação à cultura caiçara de origem. Constatou-se que há diferentes graus de apropriação do novo espaço que variam de acordo com a história de deslocamento de cada família, bem como a decisão para determinado destino. Apontamentos reflexivos foram lançados na tentativa de discutir a pergunta central da pesquisa.

Metodologia

O início do presente trabalho deu-se pela construção do projeto de pesquisa, ou seja, com as definições do tema, problema, objetivos e premissas. A partir disto, determinou-se o universo a ser trabalhado: ex-moradores caiçaras que moravam na Praia Grande da Cajaíba. Esta escolha levou ao recorte espacial, o qual foi delimitado sobre os novos espaços vividos, tenham sido eles a cidade, o bairro rural ou a região costeira diferenciada da que se vivia anteriormente.

Em seguida, as entrevistas semi-estruturadas, com a observação direta de parte do cotidiano das famílias, foram o método de trabalho de campo estudado e escolhido. E, finalmente, o método para análise foi aquele em que as falas pudessem ser organizadas em função de seus conteúdos, e da aparição ou ausência de certos elementos. Portanto, as unidades de registro foram definidas em função dos temas elencados anteriormente às entrevistas.

De acordo com Freitas & Janissek (2000), a análise qualitativa é baseada na presença ou ausência de certas características. A novidade, o interesse, o tema ou o atributo subjetivo são os objetos. A adoção de referenciais (categorias representativas) é parte da exploração, e para determiná-los foram estabelecidos, na análise das falas, marcos materiais e imateriais destas ações e situações.

Almejou-se estabelecer um panorama dos moradores, não uma quantificação absoluta. A pesquisa teve caráter subjetivo, uma vez que interessaram mais as maneiras como os sujeitos se relacionam com o espaço que os circunda, e como isto é realizado, do que inferir algum padrão nestas práticas.

A hipótese é uma afirmação provisória que se propôs verificar (confirmar ou não), recorrendo aos procedimentos de análise. O tratamento e a interpretação dos resultados ocorreram em função dos resultados brutos – tratados de maneira a se tornarem significativos e válidos. O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode, então, propor hipóteses e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas (BARDIN, 1994).

Foram realizados estudos de casos exploratórios em quatro localidades de Paraty: os bairros da Mangueira e Ilha das Cobras, na cidade; Barra Grande, na área rural, e Currupira, no Saco do Mamanguá, área costeira rural. A escolha destes locais deveu-se aos seguintes fatores: (i) representam locais de destino de ex-moradores da Praia Grande da Cajaíba; (ii) representam especificidades diversas em termos de possibilidades de apropriação dos recursos naturais; (iii) representam casos expressivos de situações de contraste entre as famílias escolhidas para posterior análise.

Quatro famílias específicas foram escolhidas como base para a pesquisa dentre os entrevistados. Estes, além de serem ex-moradores da Praia Grande da Cajaíba, habitam hoje locais representativos, já justificados. Estes moradores também foram indicados, por pessoas que auxiliaram nos contatos em Paraty, como possuidores de histórias expressivas no contexto de expulsão-deslocamento-emigração do local onde habitavam anteriormente.

Considerou-se, para a análise, quatro núcleos: o casal Benedita e Hélio, da Ilha das Cobras; o casal Norvino e Domingas, da Mangueira; o casal Juvenir e Luis, da Barra Grande; e a história de Maria do Mamanguá. Avaliou-se a relevância da entrevista do senhor Eliziário, por ser a figura mais idosa e de certa influência na comunidade da Praia Grande da Cajaíba. Assim, também foi incluso na análise.

A escolha por trabalhar com estudos de casos se deu porque permitiu o procedimento de uma "investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real" (YIN, 2005, p. 20), tais como, nestes casos, as novas realidades das famílias pesquisadas.

Yin coloca que o primeiro passo para se definir a estratégia de pesquisa é identificar o tipo de questão pesquisada. Em função da pergunta da pesquisa – *como* ocorre a territorialização em novos locais de moradia? – Yin[10] explica que:

> Questões do tipo 'como' e 'por que' são mais *explanatórias,* e é provável que levem ao uso de estudos de casos, pesquisas históricas e experimentos como estratégias de pesquisa escolhidas. Isso se deve ao fato de que tais questões lidam com ligações

---

[10] Ibid., p. 25.

> operacionais que necessitam ser traçadas ao longo do tempo, em vez de serem encaradas como meras repetições ou incidências.

Portanto, procedeu-se a uma investigação exploratória em forma de estudos de caso que pode contar com outras técnicas concomitantes tais como, "pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta dos acontecimentos que estão sendo estudados e entrevistas das pessoas envolvidas" (YIN, 2005, p. 26).

O que se realizou foi a contextualização histórica da cidade de Paraty através de caminhos que compuseram a história de sua gente; contextualização da dinâmica do caiçara desde seus primeiros habitantes; observação direta e aplicação de entrevistas aos caiçaras presentes no estudo.

Outros autores, na mesma linha de pensamento, apontam que "estudos exploratórios são investigações de pesquisa empírica que têm como finalidade a formulação de um problema ou questões, desenvolvendo hipóteses ou aumentando a familiaridade de um investigador com um fenômeno ou ambiente para uma pesquisa futura mais precisa" (TRIPODI, FELLIN e MEYER, 1975, p. 65).

O diferencial está em "lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações [...]"[11]. Tripodi et al.[12] completam que enquanto uma variedade de técnicas de pesquisa pode ser usada num estudo exploratório, "menos interesse é dedicado à aplicação sistemática de procedimentos de pesquisa para descrever relações quantitativas exatas entre as variáveis".

Em resumo, "um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos"[13] e a coleta e análise de dados se beneficiam de proposições teóricas prévias a fim de conduzir a investigação.

Durante o ano de 2008, especialmente nos meses de abril, junho e julho, foram realizados trabalhos de campo com o objetivo de obter mais informações sobre os ex-moradores da Praia Grande da Cajaíba, hoje residentes na cidade de Paraty. Os seguintes dados secundários foram coletados – com o objetivo de melhor compreender o universo de estudo:

- Plano de Manejo da APA Cairuçu;

---

[11] YIN, op. cit., p. 26-27.
[12] Op. cit., p. 22-23.
[13] YIN, op. cit., p. 32.

- Ações Civis Públicas do Juízo de Direito da Comarca Paraty;
- Termo de Referência, parte do Projeto de Proteção à Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro – PPMA/RJ – com cooperação financeira Brasil-Alemanha (governo do Estado do Rio de Janeiro / KFW). Fundação Instituto Estadual de Florestas - IEF/RJ.
- Laudo de Vistoria Técnica nº 67/2007 com referência ao Processo Administrativo MPF nº 1.30.000169/2004-58, interessado: MPF – Procuradoria da República no município de Angra dos Reis, assunto: conflitos fundiários e população tradicional na Praia Grande da Cajaíba.

O Laudo 67 representou, especialmente, uma fonte valiosíssima de dados para a pesquisa ao informar uma listagem, quantitativamente não precisa, mas fiel à realidade das famílias que migraram e suas respectivas casas, derrubadas pelos supostos proprietários da Praia Grande da Cajaíba.

Durante os anos de 2007 e 2008, foram realizadas entrevistas exploratórias informais com representantes da APA Cairuçu, do Instituto Estadual de Florestas de Paraty, da Prefeitura Municipal de Paraty, com Luis Perequê, cantor e defensor da causa caiçara, com José Kleber, fundador do Silo Cultural, com pescadores de Paraty. Além das entrevistas, a estada na casa de representantes da ONG Verde Cidadania propiciou trocas de enorme valia ao trabalho.

Nesta pesquisa foram selecionados estudos de caso em três áreas distintas, centrados em quatro famílias. De acordo com Yin (2005), estudos de caso múltiplos oferecem situações de contraste onde não se procura uma replicação direta, ou seja, é o caso de se buscar o levantamento de questões, e não de respostas objetivas.

O trabalho de campo baseou-se em entrevistas semi-estruturadas[14], com temas-chave elencados previamente a partir do conhecimento da temática e da rede de relações sociais no local.

A elaboração das entrevistas[15] teve como suporte teórico o capítulo 7, intitulado *A entrevista*, do livro *A voz do passado: história oral*, de Paul Thompson (1992) e quatro eixos temáticos: i) o passado na costeira: lembranças, atividades que realizava; ligação com a cidade de Paraty, relação familiar e/ou com os vizinhos; ii) migração: mudanças no lugar de origem, fatores externos e internos, decisões; iii) adaptação, permanências, reminiscências:

---

[14] Aquela que "combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador" (MINAYO, 2004, p. 108).

[15] Apêndice A, p. 120.

sentimentos, pertencimento, isolamento; e iv) o futuro: o que pensa sobre sua vida dali para frente.

As entrevistas foram elaboradas de acordo com a pergunta do trabalho: como o caiçara se territorializa num outro local? Buscou-se a compreensão a partir "do pressuposto de que por trás do discurso aparente, geralmente, sempre se esconde um sentido que convém desvendar" (BARDIN, 1994).

A aproximação aos moradores se deu a partir do contato com uma pessoa de muita influência na comunidade da Praia Grande da Cajaíba. Líder, no sentido da convivência com o mundo letrado, mediadora dos conflitos fundiários, tradutora das leis, das divisões de terras Thatiana é, ainda, uma militante da causa caiçara e das populações tradicionais da região que dedica sua vida à luta por condições mais dignas, tranquilas e justas de se viver para estes grupos.

As inúmeras idas a Paraty, durante os anos de 2007, 2008 e 2009, foram repletas de conversas esclarecedoras, que permitiram entender a dinâmica dos moradores, a história do deslocamento, o porquê da permanência de alguns, as entrelinhas dos discursos dominantes, e também as dúvidas quanto aos direitos jurídicos dos caiçaras.

A proximidade com os moradores foi lenta e dependeu do amplo conhecimento sobre a temática da pesquisa, facilitada por conversas com pessoas de Paraty ligadas aos conflitos. Estas forneceram informações sobre a localização dos moradores, e indicaram os informantes que seriam mais solícitos ou representantes da comunidade. Este contato informal ocorreu durante o ano de 2007 e primeiro semestre de 2008.

Um morador caiçara da Praia Grande da Cajaíba concedeu o momento mais apropriado para introduzir e apresentar esta pesquisa aos moradores, abrindo caminho para uma conversa, para um cafezinho, e a combinação para uma visita posterior, a partir da segunda metade do ano de 2008.

Setembro de 2008 marcou o início da aproximação com os ex-moradores da Praia Grande da Cajaíba. Houve um trabalho de campo preparatório para a realização das entrevistas semi-estruturadas. Inserida no ambiente dos funcionários da Casa Escola[16] a autora foi apresentada a uma pessoa muito atuante entre os caiçaras, que os conhecia profundamente há mais de doze anos em convivência na Praia Grande da Cajaíba.

---

[16] Projeto social de educação complementar que atende crianças e jovens dos bairros de Ilha das Cobras, Mangueira, Matadouro que, em geral, são filhos de caiçaras que moravam na costeira. Este projeto é iniciativa de uma moradora de Paraty e a ONG Verde Cidadania, que atua juridicamente em defesa dos caiçaras da Península da Juatinga.

A presente pesquisa foi apresentada a esta pessoa, bem como a temática do trabalho que estava se realizando. Este homem relatou o que sabia sobre o processo de saída dos moradores. Confessou que os caiçaras responderiam o que se quisesse, pois tinham orgulho e não admitiam fracassar ao migrar. Ele relatou os conflitos internos da Praia Grande da Cajaíba – todos de alguma forma desencadeados por estratégia de um proprietário de terras morador do local.

Houve cinco momentos de trabalhos de campo com entrevistas semi-estruturadas. Um em setembro (cinco dias) e outro em outubro (cinco dias) de 2008, e três em 2009: em janeiro (quatro dias), fevereiro (quatro dias) e março (cinco dias). Em todos os casos a pesquisadora fez o contato na própria residência do morador observando e participando, de alguma forma, do cotidiano da casa.

As visitas em setembro foram facilitadas pelo mesmo homem que se apresentou como conhecedor da história da Praia Grande e que levou à casa de uma moradora da Ilha das Cobras, dona Benedita – uma das primeiras a sair da costeira e se mudar para a cidade.

Esta senhora foi indicada como sendo a pessoa ideal para iniciar as conversas e o diálogo sobre a história da Praia Grande da Cajaíba pela ampla vivência dos acontecimentos que levaram à saída gradual da quase totalidade da comunidade.

Eram muitos naquela casa, a senhora e o marido, quatro filhos e três netos. Todos morando na mesma habitação de alvenaria, com dois quartos e mais dois acima, na laje construída. A recepção foi muito calorosa por parte da família.

Em outubro, com a finalização da entrevista semi-estruturada a ser aplicada aos moradores de Paraty, houve um novo trabalho de campo, entre os dias 09 e 13 de outubro de 2008. Ao desembarcar em Paraty, o retorno à casa da senhora Benedita, na área urbana do bairro da Mangueira, foi imediato. Houve muita cordialidade neste encontro. Após o almoço, ela ofereceu um presente: um tapete feito a mão – um belo trabalho manual feito de retalhos, que ela demonstra ter muito gosto em executar. Uma nova visita ficou prometida, e a amizade se estabeleceu.

No dia seguinte, ela estava sentada na mesinha da máquina de costura, terminando a barra de um vestido de festa que prometera à nora. Em pouco tempo finalizou aquele trabalho e logo iniciou novos afazeres; desta vez, roupinhas de palhaço para crianças – era feriado de doze de outubro. Enquanto passávamos elásticos no cós das vestimentas, ela relatou a vida na cidade. Falou basicamente das dificuldades de quem “não se deu bem por lá”. Relatou sobre como as crianças ficam pela rua, até altas horas, muitas sem comer, envolvidas com drogas, tráfico, bebida e prostituição. A senhora lamentou a falta de atenção dos pais, que ao saírem

para trabalhar deixavam os filhos pela rua. Há muitas meninas jovens grávidas ou prostituídas e tiros que se ouvem de vez em quando nas redondezas, denotando algum possível "encomendado" a morrer por dívida de drogas. Este foi o cenário, nada animador, descrito por ela. Tomamos um cafezinho e logo começaram a chegar os demais membros da família. A casa vive sempre cheia. Marcamos uma nova visita, quando a senhora poderia falar com mais calma e atender a um pedido de realização de uma entrevista gravada.

A nova visita foi no domingo seguinte. A casa estava cheia de gente, todos parentes, e mais uma vez estava dona Benedita na máquina de costura – em que aprendeu a mexer sozinha. Tomamos um café e sentamos no sofá para bater papo. Ela parecia estar nervosa e apreensiva pelo quê a aguardava na tal "entrevista gravada". Aquela seria a primeira da pesquisa. Procurou-se, então, um lugar mais reservado para que ruídos e outros barulhos não incomodassem. Esta entrevista ocorreu na laje, no quarto de um dos filhos. Ali, nos sentamos na cama e (re) iniciamos a conversa.

Outra família entrevistada foi a de Dona Juvenir e o Senhor Luis dos Santos. Neste caso, o casal, juntamente com os filhos, foi morar num sítio no sertão da Barra Grande, bairro que se localiza a alguns poucos quilômetros do centro de Paraty, na BR-101, sentido Paraty-Angra dos Reis. Desde que saíram da Praia Grande da Cajaíba, há seis anos, eles moram neste mesmo local.

No mesmo trabalho de campo foi realizada mais uma visita, desta vez à casa do Senhor Eliziário, irmão de Dona Juvenir. Um rapaz, caiçara, morador da Praia Grande da Cajaíba, fez a introdução. Chegando à casa, próxima ao estaleiro, à beira-mar, andamos um pouco até chegar aos fundos. À frente havia outra casa. Na chegada, havia muitas crianças, lindas meninas. Eram as netas de Liziário, como é chamado pelos amigos e família.

A terceira visita foi à casa do senhor Norvino dos Santos. Ele mora com a esposa, a senhora Domingas, três filhos, suas noras e netos no mesmo terreno, em casas construídas coladas à dele. A habitação fica na Ilha das Cobras próxima ao rio Mateus Nunes.

Janeiro de 2009 marcou o encontro com mais quatro famílias na área urbana, nos bairros de Ilha das Cobras e Pantanal. No final do mês de janeiro houve um retorno a Paraty, após a primeira entrevista efetiva. O objetivo era entrevistar os moradores já conhecidos anteriormente: Senhor Eliziário, Senhor Norvino e Senhora Domingas, Senhor Luis e Senhora Juvenir, Senhor Hélio (Dedé) e sua filha Tatiane, e algum morador do Pantanal não

apresentado anteriormente. Neste caso, visitou-se a casa de Senhor Sevério e Senhora Carmela[17].

O trabalho de campo de fevereiro teve como objetivo voltar às casas dos moradores visitados anteriormente para complementar as entrevistas com novas questões surgidas, conhecer novos moradores e, se possível, entrevistá-los na medida em que fosse dada a abertura para tal.

Nesta pesquisa de campo houve o encontro com Dona Maria. Esta é uma moradora do Currupira, no Saco do Mamanguá. De tempos em tempos ela trabalha na cidade. Ela estava em um quartinho[18] quente e abafado, sem nenhuma janela. Apresentei a ela a pesquisa; falei sobre as intenções de conhecer os antigos moradores da Praia Grande da Cajaíba; e sobre o desejo de entender como havia sido a saída dela da comunidade e de como estava se adaptando ao novo local de moradia. Maria sorriu timidamente e disse que depois conversaríamos. Uma de suas filhas, também entrevistada, mora no Morro do Jacu – localizado numa encosta atrás do bairro Pantanal, após atravessar a BR-101.

Em todos estes casos, os encontros foram de porta em porta, de casa em casa. Tais encontros normalmente duravam algumas horas: tempo de apresentação, conversas informais, bate-papo com um café, até o momento apropriado para uma entrevista ou agendamento de uma próxima visita. O tempo de permanência na casa dos moradores tinha a limitação do bom senso, em que se percebia que era hora de deixar a família descansar em privacidade.

Compartilha-se aqui da informação de Durhan (1973, p.15), que aponta que "os migrantes rurais se dispersam na população e não podem ser estudados como grupo ou classe social, mas apenas como categoria de pessoas". Esta foi uma dificuldade encontrada na cidade.

A atuação da pesquisadora foi, no caso, de observadora como participante, estabelecendo-se, assim, uma relação breve, não muito profunda, utilizada como um complemento das entrevistas. Gold (1958) esclarece que *observador como participante* é uma modalidade de observação participante empregada como complemento ao uso das entrevistas, nas relações com o grupo estudado. Representa uma observação mais formal, num curto intervalo de tempo e, portanto, também tem suas limitações, que advêm desse contato superficial.

---

[17] Nem todas as entrevistas foram consideradas para análise. Definiu-se o recorte de estudo em quatro famílias de três áreas distintas e representativas de certas características.

[18] Um cômodo alugado por D. Maria com dimensões máximas de $12m^2$, com duas camas (sendo uma delas um beliche), um fogão, uma geladeira e um espaço com divisão onde estavam o chuveiro e o vaso sanitário.

No mês de março de 2009, houve a visita ao bairro do Currupira no Saco do Mamanguá – área costeira da Península da Juatinga. Além da entrevista estruturada, houve a permanência no local de moradia durante cinco dias. Neste caso, a pesquisadora estabeleceu uma relação mais próxima, porém limitada ao trabalho de campo, por meio da observação informal do cotidiano e vivência, mesmo que curta, de situações da rotina da família. Pode-se classificar este caso como de *participante como observador*. Neste tipo de estratégia, segundo Minayo (2004, p. 142), o pesquisador deve esclarecer que sua relação para com o grupo é de pesquisa, mas adverte que a participação:

> Tende a ser a mais profunda possível através da observação informal, da vivência juntos de acontecimentos julgados importantes pelos entrevistados e no acompanhamento das rotinas cotidianas. A consequência, dos dois lados, de uma relação temporária (enquanto dura o trabalho de campo) ajuda a minimizar os problemas de envolvimento que inevitavelmente acontecem, colocando sempre em questão a suposta 'objetividade' nas relações (grifos do autor).

Foram realizadas, no total, quinze entrevistas semi-estruturadas: doze gravadas e três entrevistas sem gravação. Totalizaram-se oito famílias. Utilizou-se como base documental o Laudo de Vistoria Técnica Nº 67/2007, já citado anteriormente.

Neste laudo há um levantamento de todas as casas abandonadas e posteriormente demolidas pelos caseiros da família Tannus Nottari. São apontadas vinte e nove casas, as quais constituíam vinte e seis núcleos familiares. Dentre este número, há sete falecidos que constituíam chefes de família. Uma Igreja e uma casa de pastor (de fora da comunidade) também faziam parte da paisagem. Apenas três casas continuam de pé, duas das quais servem à família Tannus e a outra está abandonada, pois foi comprada por uma moradora, hoje falecida, que não tinha herdeiros.

Excluindo-se os sete falecidos dentre os vinte e seis núcleos familiares, sobram dezenove núcleos. Destes, foram entrevistadas diretamente treze pessoas dentre as quais oito eram representantes dos núcleos. Apenas em duas ocasiões foi entrevistada a esposa e não o chefe propriamente dito. E quatro vezes, além do chefe de família, a esposa também foi entrevistada.

Dentre os entrevistados, constam um senhor idoso, morador da Ilha das Cobras; um chefe de família pescador e sua esposa, dona de casa, moradores da Ilha das Cobras; um casal entrevistado com cinco filhos, moradores da Ilha das Cobras; um casal morador do bairro urbano do Pantanal; um casal morador do sertão da Barra Grande, área rural de Paraty; uma senhora que mora em casa separada de seu marido; o próprio marido e o filho jovem pescador, de 26 anos, moradores do Currupira, do Saco do Mamanguá; uma senhora dona de casa, moradora do Currupira, Saco do Mamanguá; uma senhora dona de casa moradora do

Morro do Jacu. Dentre os oito núcleos familiares entrevistados, foram selecionados quatro a serem analisados, além de um senhor idoso – conforme critérios já descritos anteriormente.

As entrevistas foram transcritas na íntegra ao término de cada campanha de campo. Numa primeira etapa, as falas foram reproduzidas de forma completa. Em seguida, procedeu-se à retirada das perguntas por parte da pesquisadora e textualização da entrevista. O texto foi sendo separado de acordo com os temas em que se encaixavam: passado; mudança; adaptação e futuro. Dentro desses eixos, foram elencados temas fundamentais que pudessem ser agrupados da seguinte forma:

- Tema: Passado. Sub-temas: definição; criação; roça; pesca; trabalhos domésticos; venda; compras; solidariedade.
- Tema: Mudanças. Sub-temas: Causas; O que mudou?; O que levou à saída?; Quando saiu?; Escolha do destino.
- Tema: Adaptação. Sub-temas: Características da nova vida; melhor aspecto; pior aspecto; semelhança nas atividades; trabalho hoje; solidariedade; marido e filhos.
- Tema: Futuro. Sub-temas: Voltaria a Praia Grande da Cajaíba; caiçara na cidade; concorda com a saída; o que mudaria; objetivos futuros.

Esta organização teve como objetivo facilitar e organizar as informações em tópicos e agrupá-las de acordo com os assuntos e respostas semelhantes. A partir daí, foi possível escrever o texto com as informações de forma clara e sistematizada. Após a descrição, procedeu-se à análise dos resultados de acordo com os aportes teóricos oferecidos ao longo da dissertação. Nosso objetivo maior, de acordo com o estudo de caso, foi propor questionamentos mais do que chegar a conclusões fechadas.

A pesquisa não teve, de forma alguma, caráter quantitativo. Apesar de conhecido o número aproximado de famílias que morava na Praia Grande da Cajaíba, não teria sido possível entrevistar todos os moradores, por uma questão objetiva de tempo. Além disso, não era o intuito chegar a uma totalidade de entrevistados representativos estatisticamente.

1. Os caminhos de Paraty e o fluxo de pessoas

1.1. A ocupação humana de Paraty

A ocupação do litoral sul fluminense pelo colonizador data do século XVI. Antes disso, os índios guaianás eram os habitantes locais de Paraty, uma cidade histórica fundada no século XVII, mais precisamente em 1667, segundo Souza (2008). A cidade está localizada no extremo sul do Estado do Rio de Janeiro, sendo elo, pelo litoral, na rota de São Vicente ao Rio de Janeiro, e entrada do litoral para o Vale do Paraíba, o que conferia a Paraty uma posição estratégica.

A localidade atravessou diversos ciclos econômicos – ouro, cana e café – e sua historicidade está ligada a uma "economia influenciada pela alternância entre períodos de prosperidade e de declínio", proporcionados por uma "lógica mercantilista que dava prioridade à circulação de produtos da zona interior" (BRETON & PLANTE, 1994, p. 87).

O ciclo do ouro movimentou seu porto, de modo que durante longo tempo foi a principal entrada para a Serra da Mantiqueira. Em fins do século XVII e início do século XVIII, Paraty se constituiu no único caminho que ligava o litoral às minas. A cidade, nesse momento, era local de passagem de mercadorias, escravos e viajantes e este advento lhe conferiu certa prosperidade. Segundo Souza[19]:

> O caminho marítimo-terrestre por Paraty, onde era vencida a serra do Facão pela antiga trilha guaianá, era o único que existia ligando o Rio de Janeiro à zona das minas recém-descoberta. Neste período, muita gente se dirigiu àquela região, o que foi, inicialmente, estimulado pela Coroa portuguesa, entusiasmada com a descoberta de uma nova fonte de riqueza.

Com a abertura de um Caminho Novo, parte do fluxo de mercadorias foi desviada da rota de Paraty. O ciclo da cana de açúcar surgiu aliado ao declínio de minério para a exportação. Até os dias atuais, a cana complementa a economia da cidade com a produção de aguardentes. No final do século XVIII, a região que envolvia Paraty e Ilha Grande tornou-se o maior produtor de aguardente – mercadoria que representava importante moeda de troca por escravos (SOUZA, 2008) – e, assim, a vila continuou ligada à economia fluminense, de modo que ainda era o porto que estabelecia a comercialização do Vale do Paraíba.

---

[19] Op. cit., 2008, p. 39.

No século XIX, a produção de café estabeleceu-se como a principal atividade econômica do país, tendo como local mais representativo o Vale do Paraíba. Até 1860, para o escoamento da produção foram utilizados os antigos caminhos do ouro, incluindo o de Paraty (SOUZA, 2008). No porto, dentre as pessoas que circulavam, havia os comerciantes e produtores de aguardentes, que eram "os habitantes de maior destaque na vida social e política da vila"[20].

Esta autora destaca as folias e festas que ocorriam na cidade e passavam pelas roças com bandeiras, música, ladainhas e doações. Estes hábitos de cunho popular eram vividos livremente e de forma intensa nas roças, diferentemente do que ocorria na cidade, onde havia controle sobre os escravos, sobre as danças e os divertimentos em geral.

Somente em 1884 a vila de Paraty é elevada à categoria de cidade[21]. A autora aponta que Paraty "não conseguiu desenvolver uma produção local que a colocasse numa rede de relações mais ampla e lhe trouxesse riqueza e crescimento. [...] Uma economia bastante auto-suficiente assim como uma vida social e cultural voltada para si própria"[22].

Nesses últimos anos do século XIX, a cidade assistiu à sua decadência, que veio com a abolição da escravatura, momento em que os engenhos ficaram paralisados. Também contribuíram o grande êxodo de trabalhadores rurais e o consequente colapso das lavouras de banana e café, e o desenvolvimento do eixo São Paulo - Rio de Janeiro, que ocorreu por vias fora da rota da cidade. Nestes trechos, foram implantadas estradas de ferro que contribuíram para o isolamento da região de Paraty em fins do século XIX e início do século XX.

Durhan (1973, p. 55) aponta que, com a decadência do café, as comunidades do Vale do Paraíba entraram numa fase de estagnação, que provocou a decadência de toda a região até a costa. Por conseguinte, as comunidades rurais tornaram-se cada vez mais "auto-suficientes e isoladas".

Um panorama da cidade é fornecido por Souza[23] e ajuda a compreender a conformação de Paraty nos dias de hoje. Resumidamente, em se tratando de fins do século XIX e início do XX, a cidade vivia em função de suas tradições ligadas principalmente à religiosidade – resquício de um Brasil colonial que ali permaneceu solidificado, quer seja pela valorização das feições arquitetônicas, ou características geográficas e econômicas. Sobre as áreas rurais, a autora indica a predominância de "saberes herdados dos antepassados indígenas; canoas e

---

[20] Ibid., p. 53.
[21] Ibid., p. 58.
[22] Ibid., p. 62.
[23] Op. cit.

muares eram os principais meios de locomoção e transporte dos produtos" (SOUZA, 2008, p. 68).

Apenas em meados do século XX, a partir da abertura de uma estrada ligando Paraty a Cunha, a cidade reiniciou suas atividades e ligeiro crescimento econômico. Diversos adventos iniciaram esta nova ordem, tais como a elevação do centro histórico a categoria de monumento nacional e a implantação do Parque Nacional da Serra da Bocaina nas imediações, em 1966.

Mas as mudanças mais significativas deram-se definitivamente a partir da abertura do trecho rodoviário ligando o Rio de Janeiro a Santos (BR-101), na década de 1970 (especificamente em 1974). Houve uma transformação abrupta na paisagem, que anteriormente ocorria de forma bastante lenta. Este episódio marcou tanto a paisagem natural, com cortes de estrada e expropriação e/ou remoção de moradores das encostas, em geral agricultores, como também alterou a dinâmica de deslocamento dos moradores para a cidade de Paraty.

A partir da década de 1960/1970, portanto, com a construção e inauguração da rodovia interligando Paraty aos importantes eixos rodoviários de Santos e São Paulo, houve um aumento no fluxo de pessoas e das atividades econômicas (lavouras, comércio, serviços, turismo, construção civil, pesca). Valorizado pela presença de extensas áreas de mata atlântica preservada, o turismo de segunda residência tomou proporções ainda maiores.

Caiçaras[24] da costeira e agricultores rurais caipiras da região migraram para a porção urbana de Paraty, atraídos pelas oportunidades de emprego. Agricultores rurais, moradores das encostas da Serra do Mar, foram expropriados de suas áreas de moradia. Em diversos trechos, a rodovia cortou seus sítios, como pode ser constatado em Plante & Breton (1994, p. 88):

> Muitos deles eram antigos pequenos produtores agrícolas, afastados de suas terras pela criação do parque nacional, e atraídos pela possibilidade de um emprego assalariado. A partir dessa época, Parati conheceu um crescimento demográfico importante e os bairros da Mangueira e Ilha das Cobras se desenvolveram.

Muitos agricultores se deslocaram para áreas urbanas menos valorizadas de Paraty, conformando novos bairros. Plante & Breton[25] afirmam que "a morfologia social da comunidade [de Paraty], constantemente submetida aos efeitos centrífugos da migração de populações marginais, repousa agora na existência de bairros ou favelas que se caracterizam

---

[24] Termo a ser definido no capítulo seguinte.
[25] Ibid., p. 89.

por diferenças socioeconômicas crescentes". Localidades como os bairros Parque da Mangueira e Ilha das Cobras foram sendo ocupadas gradativamente. Estas áreas ocupadas se situam ao longo do rio Mateus Nunes, na porção leste da cidade. São desvalorizadas pela precariedade de infra-estrutura em função da proximidade do rio e, portanto, estão suscetíveis a inundações. As primeiras habitações constituíam-se de palafitas que se fixavam na área de mangue no leito do rio. Ao longo do tempo, os bairros foram gradativamente se adensando.

Estes locais são focos de imigração de população de baixa renda e caiçaras originários da Península da Juatinga – área costeira rural adjacente a Paraty. Os bairros representam casos de inserção caiçara no meio urbano. Ilha das Cobras passou de uma população de trezentas pessoas, em fins das décadas de 1960 e início de 1970, para quatro mil em 1994, segundo Diegues (2004, p. 39): "nessa favela se mesclavam os caiçaras que tinham sido expropriados de suas praias ou atraídos pelas melhores condições de saúde e educação [...] e os migrantes que tinham chegado à cidade para a construção da BR-101.". Plante & Breton (1994, p. 100) também afirmam que "a maior parte da imigração se efetue para a cidade de Parati, mais precisamente para as favelas Ilhas das Cobras e Mangueira". O Parque da Mangueira também foi se adensando, atendendo às demandas de novos trabalhadores para a construção civil e demais serviços.

O advento da construção da rodovia alterou significativamente a morfologia da comunidade de Paraty, segundo Plante & Breton[26]. A vinda de turistas foi maciça, o que provocou investimentos no Centro Histórico, abrindo precedentes para a especulação imobiliária. Este bairro, no passado habitado por muitos pescadores artesanais, apresenta, hoje, cenário completamente diferente. A localidade se constitui em zona privilegiada da cidade, contando com poucas residências e muito comércio de alto padrão. Apenas um caiçara, morador antigo, foi encontrado na localidade. É o pescador Mestre Hildo.

Plante & Breton[27] confirmam: "sob impacto de tal expansão imobiliária, muitos pescadores que habitavam as proximidades da Chácara, no bairro Patitiba, mudaram-se para a Ilha das Cobras". A este processo de urbanização soma-se, segundo estes autores, a "decomposição do campesinato na parte rural do município"[28].

Plante & Breton citam a proteção ao patrimônio imobiliário, por meio da criação de um "bairro cultural" no centro histórico de Paraty, como uma forma de produzir dificuldades de

---

[26] Ibid.
[27] Ibid., p. 103.
[28] Loc. Cit.

acesso e de utilização desses recursos entre os diferentes atores. No caso de Paraty, os autores se arriscam em afirmar que este tipo de política de "preservação do hábitat e da paisagem imediata na qual ela se insere [...] [representa um] desejo de consolidar uma memória coletiva, reforçando a identidade nacional e sua apropriação pelo Estado" (PLANTE & BRETON, 1994, p. 81). Esse processo provocou impactos negativos na ocupação popular por meio de uma apropriação desses espaços por empresários e agentes externos ao local. Outra consequência gerada foi a instalação de um tipo de turismo que se apropria dos espaços ao estabelecer "segunda residência[29]" no local. Os efeitos disso são "temas analíticos importantes em cujo contexto a privatização, a rentabilidade do capital e as preocupações ecológicas se entrecruzam de maneira acentuada"[30].

Soma-se à alteração da paisagem de Paraty a implantação de unidades de conservação da natureza em áreas de mata atlântica consideradas em bom estado de conservação. Este advento marca a delimitação de diversas áreas naturais protegidas que passam a ser regidas por restrições de usos diretos ou indiretos dos seus recursos interiores e limítrofes.

Os diversos moradores tradicionais residentes nestas áreas – índios, quilombolas, caipiras e caiçaras – sofreram com as restrições impostas, pois não poderiam mais exercer suas atividades associadas aos recursos naturais.

Esta circunscrição passa a restringir a mobilidade do caiçara. A dificuldade de retorno para suas áreas originais se estabelece como um novo elemento, devido à perda efetiva de seus locais de moradia no contexto das pressões fundiárias exercidas no território, decorrentes das políticas ambientais restritivas ou da valorização imobiliária.

Sobre este tema, Diegues (2004) estabelece um marco a partir de sua obra "O Mito Moderno da Natureza Intocada". Neste livro, é discutida a questão das populações tradicionais em áreas naturais protegidas, o que inaugura um olhar diferenciado sobre a importância da diversidade sociocultural no tocante à conservação da natureza.

Além disso, as políticas ambientais restritivas e a valorização imobiliária causaram uma migração rural-urbana que desde então não parou mais de ocorrer, e de forma desordenada. O processo que se seguiu após a abertura da BR-101 teve como consequência a chegada de

---

[29] "A residência secundária ou segunda residência é um tipo de hospedagem vinculada ao turismo de fins de semana e de temporadas de férias" (ASSIS, Lenilton F. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. Revista Território. Rio de Janeiro. Ano VII nº 11, 12, 13. p. 107-122. Set. / Out. 2003). Portanto, não tem vinculação social ao lugar.

[30] Ibid., p. 82.

turistas abastados, atraídos pelas áreas verdes conservadas. Caiçaras e moradores locais viram-se diante de situações nunca antes experimentadas, como confirma o trecho a seguir:

> A estrada [Rio-Santos] não alcançou todas as localidades de Paraty, mas seus reflexos, conhecidos nessa porção do litoral, como a vinda dos grileiros e dos turistas, chegaram e lançaram as comunidades num universo distinto daquele vivido pelas gerações anteriores. Os moradores que detinham a posse da terra conheceram, na década de 60, os processos de reintegração de posse, as ações demarcatórias e as fraudes de cartório para consolidar a propriedade da terra. Tais processos foram movidos, e continuam sendo, pelos recém-chegados proprietários, muitos deles paulistas. (CAVALIERI, 2003, p. 18)

1.2. O espaço físico de Paraty

A paisagem da cidade, atualmente, revela um espaço dividido. De um lado, bairros nobres residenciais, chácaras e comércio luxuoso. De outro, desordenamento urbano, traçado irregular, todo o tipo de comércio informal, inúmeros templos religiosos, cortiços, casas amontoadas e construções que se proliferam de forma horizontal e em um andar para cima das lajes das casas.

A área urbana de Paraty é composta por bairros da região do Centro Histórico (Pontal, Caborê, Jabaquara, Portal das Artes), e outros que se localizam entre a Avenida Roberto Silveira e o Rio Mateus Nunes (Parque Ipê, Vila Colonial, Chácara da Saudade, Parque Imperial, Patitiba, Mangueira e Ilha das Cobras).

O município é composto por três distritos: Paraty (distrito-sede); Parati-Mirim (antigo São João de Mamanguá) e Tarituba (antigo Humaitá)[31].

---

[31] Figura 1.

Figura 1 – Distritos de Paraty, RJ.

Fonte: Prefeitura Municipal de Paraty.

A península da Juatinga também compõe o município. Está compreendida "entre a ponta do Escalvado e a ponta da Trindade, no litoral sul fluminense, na baía da Ilha Grande, a sudoeste do município de Paraty" (VIANNA, 2008, p. 61). A área que representa hoje a Península é muito visada pelos turistas em função da grande diversidade biológica e remanescentes de mata atlântica. Esta abriga doze núcleos de comunidades caiçaras, segundo a caracterização ambiental do Encarte 2 – Caracterização Sócio-econômica do Plano de Manejo da APA Cairuçu. Segundo Vianna[32], "a expressão 'núcleo de ocupação' tem sentido geográfico e designa um grupo de uma localidade. É nos núcleos de ocupação que transcorre a vida dos caiçaras [...]".

A região conhecida como Cajaíba "é a porção continental da enseada do Pouso, composta pelos contrafortes do maciço do Cairuçu em sua face norte-nordeste, onde se destacam grandes paredões rochosos, que dominam a paisagem" (IBAMA, 2004, p. 162). A enseada da Cajaíba é composta pelas praias do Pouso, Ipanema, Calhaus, Itaóca, Grande e Deserta. Segundo o mesmo documento, havia cerca de 160 famílias na região no ano 2000.

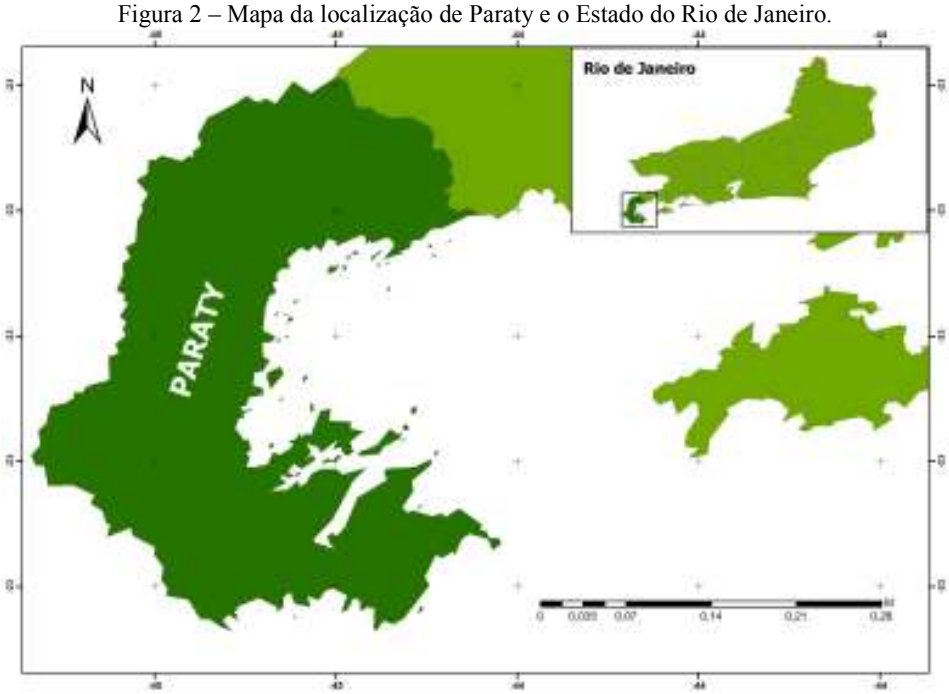
---

[32] Ibid., p. 62.

1.3. Reserva Ecológica da Juatinga – Praia Grande da Cajaíba

A Praia Grande da Cajaíba foi o local escolhido por representar um importante processo de emigração caiçara. A praia está localizada na Península da Juatinga, extremo sul do Estado do Rio de Janeiro no município de Paraty (Figura 2), e insere-se integralmente na Área de Proteção Ambiental de Cairuçu (APA Cairuçu) e na Reserva Ecológica da Juatinga (REJ). A APA Cairuçu engloba todo o território da REJ (Figura 3).

Figura 2 – Mapa da localização de Paraty e o Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: Base Fundação CIDE confeccionado por Carolina Helena Oliveira Silva

Figura 3 - Mapa da Península da Juatinga e as áreas protegidas.

Fonte: SOARES (2006).

A REJ foi criada em Paraty pelo Decreto Estadual nº 17.981, de 30 de outubro de 1992, com a justificativa de ser "impostergável preservar o ecossistema local", e estabelece, em seu artigo 4º, o fomento à cultura caiçara do lugar. Segundo a Lei Estadual nº 1.859, de 1 de outubro de 1991:

> Art. 2º - A Reserva Ecológica da Juatinga será declarada *non edificandi*, ficando preservadas as áreas tradicionalmente ocupadas pelas comunidades nativas de pescadores caiçaras, devendo o Poder Executivo encarregar-se das respectivas regularizações fundiárias. Art. 3º - Caberá ao Poder Executivo zelar pela preservação do ecossistema da Reserva, apoiar e orientar as comunidades de pescadores neste sentido, buscando recurso, se necessário [...].

À época de criação desta área protegida, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Lei 9.985 de 2000, não havia sido instituído. Esta Lei Federal representa um instrumento regulador da proteção ambiental em vigor no país. Segundo o Ibama (2002), seu objetivo principal é preservar e conservar, para fins científicos, educativos, estéticos ou recreativos, os patrimônios cultural e natural do Brasil. Este instrumento recebeu críticas mesmo antes de sua regulamentação – como em Diegues (2004) – o que se pode analisar como um reflexo do conservadorismo na preservação ambiental no Brasil.

O SNUC passou a definir por lei certas categorias de unidades de conservação, algumas dessas com caráter mais restritivo, chamadas de unidade de proteção integral, e outras com a

permissão de uso dos recursos, cunhadas de unidades de uso sustentável. A criação de unidades de conservação de proteção integral tem como objetivo básico "preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos em lei" (BRASIL, 2000). Esta implantação estabelece limites ao uso do território, restringindo a permanência de população tradicional em seu interior.

As unidades de conservação de uso sustentável preveem a "exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável" (SNUC, 2000, Cap. 1, Art. 2º, Inciso XI).

A Reserva Ecológica da Juatinga é considerada a primeira unidade de conservação de uso indireto criada no Brasil que teria como propósito o atendimento a uma nova forma de gerenciamento ambiental, por meio da coexistência com populações tradicionais em seu interior (VIANNA et al., 1994). No entanto, esta autora enfatiza que a unidade se limita ao seu decreto de criação, pois até hoje não conta com "plano de manejo ou regularização fundiária, seus encargos administrativos ainda não foram oficialmente criados e faltam recursos financeiros para sua administração e implantação" (VIANNA, 2008, p. 52).

A REJ não é considerada uma unidade de conservação dentro do disposto pela Lei 9.985. De acordo com a mesma Lei, Cap. VII, Art. 55º:

> As unidades de conservação e áreas protegidas criadas com base nas legislações anteriores e que não pertençam às categorias previstas nesta Lei serão reavaliadas, no todo ou em parte, no prazo de até dois anos, com o objetivo de definir sua destinação com base na categoria e função para as quais foram criadas, conforme o disposto no regulamento desta Lei.

O trabalho de Cavalieri[33] faz um amplo detalhamento sobre este aspecto e constata que os moradores enfrentam, também, o desafio de permanecer na terra em que sempre viveram sob a pressão de implantação de uma unidade de conservação com caráter ainda mais restritivo. Segundo esta autora, as transformações podem ser referentes a processos de reintegração de posse; zoneamento ou diagnóstico das comunidades que não "contemplem a continuidade do modo de vida tradicional" e conclui: "a mudança de categoria da Reserva prevista pelo SNUC pode expulsá-los de seu território ou inibir suas atividades"[34].

De acordo com a Lei nº 2.393, de 20 de abril de 1995, que dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro,

---

[33] CAVALIERI, Lúcia. *A comunidade caiçara no processo da reclassificação da reserva ecológica da Juatinga*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
[34] Ibid., p. 8.

fica a cargo do Poder Executivo "assegurar às populações nativas residentes há mais de 50 anos, o direito real de uso das áreas ocupadas, desde que dependam, para sua subsistência, direta e prioritariamente dos ecossistemas locais, preservados, dos atributos essenciais de tais ecossistemas [...]". Legalmente, as populações nativas têm assegurados seus direitos de uso da terra, desde que preservados seus atributos essenciais. O texto, porém, é contraditório, pois menciona que, ao mesmo tempo em que as populações só poderiam permanecer na terra desde que dependam dela para sua subsistência, devem manter os ecossistemas preservados. Neste sentido, não há nenhum tipo de projeto ou instrução que proponha o tipo de manejo desejado, pois, teoricamente, qualquer tipo de uso gera impacto. Resta saber o que se define por um "ecossistema preservado".

Diversas pressões externas são observadas. O fato de essas áreas apresentarem-se, em geral, em bom estado de preservação, gera especulação. A restrição de usos dos ecossistemas faz com que vários hábitos urbanos sejam adotados nas comunidades, reforçados pelas dificuldades de roçado, pesca e extração. A ingerência do Estado nas atividades tradicionais dos moradores é algo presente.

No caso da Praia Grande da Cajaíba, existe uma série de contratos ilegais de comodato, vendas de terras, abandono e derrubada de casas. O Laudo de Vistoria Técnica nº 67, de abril de 2007, em referência ao Processo Administrativo do Ministério Público Federal - Procuradoria da República no município de Angra dos Reis - nº 1.30.000169/2004-5, e relativo ao assunto "conflitos fundiários e população tradicional" na Praia Grande da Cajaíba, exemplifica o assunto acima. Sobre o zoneamento o Laudo afirma, resumidamente, que:

> A Praia Grande da Cajaíba possui seu território dividido entre as Zona de Conservação da Vida Silvestre - ZPVS, Zona de Conservação da Costeira – ZCC, Zona de Expansão das Vilas Caiçaras – ZEVC e Zona de Uso Comunitário, Cultural, Educacional, Esportivo e de Lazer - ZUCEL. As casas e ruínas das ocupações caiçaras encontradas durante as vistorias localizam-se em sua maioria sobre a ZEVC, havendo cinco casas na ZUCEL e três na ZCC. A casa da família Tannus Nottari localiza-se sobre área de mangue, área de preservação permanente (Figura 4 e Figura 5).

Figura 4 – Casa ocupada por caseiros

Figura 5 – Casa da família Tannus Nottari.

Fotos: Marina Mendonça, 2010.

O documento destaca, ainda, que o "modo de vida dos moradores encontrados durante as duas vistorias realizadas é compatível com os objetivos de conservação da APA Cairuçu".

Por se tratar de um documento oficial, do Governo Federal, que evidencia a questão do conflito do ponto de vista dos caiçaras, faz-se necessária a reprodução de alguns trechos para a sua contextualização e posterior comparação com os depoimentos dos moradores que não mais estão lá:

> A partir de 2002, foi observada a dramática redução desse número de famílias [50] para apenas duas. Muitas famílias abandonaram ou venderam suas casas, pressionadas pelos descendentes e funcionários da família de Gibrail Tannus Nottari, quem, na década de cinquenta teria adquirido uma sorte de terra naquela localidade, objeto de ação discriminatória pelo Estado (IBAMA, 2007).

À data de realização desta vistoria, foram encontradas apenas duas famílias caiçaras residindo na localidade. Lucia Cavalieri, já citada anteriormente, narra, nas considerações finais da dissertação de mestrado finalizada em 2003, que houve redução drástica no número de moradores da Praia Grande da Cajaíba. Em 2007, apenas duas famílias habitavam a praia. O agente repressor, representado na figura de um proprietário particular de terras, é fundamental nesse processo de saída dos caiçaras. Em nenhuma outra localidade da Reserva Ecológica da Juatinga houve tamanho esvaziamento como ocorreu ali.

Além dos problemas já relatados, os moradores dizem que "o atual administrador da área da qual a família Tannus Nottari se alega proprietária [...] pressionou as famílias caiçaras a venderem suas posses e deixarem a localidade, utilizando-se inclusive de funcionários caseiros e seguranças para exercer essa pressão". Há, ainda, "relatos de contratos de comodato que não são reconhecidos pelos moradores e de coação para assinatura de papéis cujo conteúdo é ignorado pelos caiçaras, que eram analfabetos". Na ocasião, que remonta às

décadas passadas, “muitos foram levados a assinar documentos que pensavam ser contratos de trabalho, mas que mais tarde vieram a descobrir que eram contratos de comodato de terra”.

No Laudo 67 foram relatadas formas de coação, por representantes e funcionários da família Tannus Nottari, que levaram as famílias caiçaras a abandonarem a Praia Grande da Cajaíba, como por exemplo: a introdução de búfalos que destruíam as roças familiares; a interdição da entrada para a cachoeira com fios de arame; ameaça armada pela polícia civil; realização de operação que resultou na queima e desmonte de diversos ranchos de pesca, com o apoio do Instituto Estadual de Florestas do Rio de Janeiro, em agosto de 2005; apreensão de material de construção dos moradores; intimidação com armas de fogo; e humilhação dos moradores pelos caseiros e seguranças contratados.

O Laudo aponta a informação, por parte dos moradores, de que os funcionários da família Tannus Nottari demoliram as residências abandonadas da vila com o intuito de evitar o retorno dos que saíram na Praia Grande da Cajaíba (Figuras 6, 7, 8 e 9).

Figura 6 – Casa de Dona Maria demolida

Figura 7 – Casa demolida de Senhor Eliziário

Figura 8 – Escombros da casa de Luis.

Figura 9 – Escombros da casa de Benedita.

Fotos: Marina Mendonça, 2010.

Os mesmos funcionários impedem, segundo o Laudo, "a permanência de turistas na praia, alegando ser propriedade particular, o que fere o art. 10º da Lei n° 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências":

> Art. 10 - As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.

O Registro de Ocorrência nº167-00411/2007 na Delegacia de Angra dos Reis comprova os relatos acima e configura constrangimento ilegal prestado aos moradores da Praia Grande da Cajaíba.

O plano de manejo da APA Cairuçu, unidade que sobrepõe a REJ, aponta esta área como Zona de Expansão da Vila Caiçara, de acordo com seu zoneamento. Seus objetivos são:

> 1. Viabilizar a conservação e valorização do assentamento e do estilo tipicamente caiçara, que ainda predomina nas comunidades do Pouso, Praia Grande da Cajaíba, Sono, Calhaus, Ponta Negra, Saco das Enchovas, Cairuçu das Pedras, Ponta da Juatinga e Cruzeiro.
> 2. Fazer cumprir as determinações da Lei Estadual que criou a Reserva Ecológica da Juatinga - Lei Estadual nº 1.859/91, e da Lei Estadual nº 2.393/95, que dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em Unidades de Conservação no Estado do Rio de Janeiro.
> 3. Estimular a operação do turismo sustentável pelos próprios caiçaras. (IBAMA, 2004, grifos nossos).

O Laudo 67/2007 aponta, ao final, o diagnóstico conclusivo de sua inspeção, do qual se faz necessária a reprodução literal:

> Tendo em vista os objetivos acima e considerando que a lei de criação da Reserva Ecológica da Juatinga não permite edificações por pessoas que não pertençam às comunidades caiçaras nativas, o conflito fundiário estabelecido pela alegação de propriedade de terra por parte da família Tannus Nottari tem como única solução possível a regularização da posse da terra pela comunidade caiçara tradicional. Sugerimos que o Estado promova o retorno das famílias que abandonaram a comunidade por coação e que garanta a permanência e integridade física e moral dos moradores restantes (IBAMA, 2007, grifos nossos).

Este processo de esvaziamento confronta os preceitos justificativos de criação da área protegida. Conflitos com caiçaras, neste local, já foram verificados em trabalhos como os de Cavalieri (1999, 2003), Gomes Junior (2005), Rosa (2005) e Soares (2006). No entanto, constatou-se a ausência de um estudo em relação aos caiçaras que emigraram da Reserva.

A REJ representa um importante remanescente de Mata Atlântica no país. A escolha por estudar esta área explica-se porque representa grande concentração de comunidades caiçaras, e pela Praia Grande da Cajaíba ser um foco de emigração representativo do processo de expulsão, grilagem de terras e conflitos por definição e legitimação de territórios caiçaras.

Na década de 1950, a localidade abrigou uma vila com mais de duzentos habitantes, exercendo uma grande importância na região, segundo Cavalieri (1999). Mas, nos dias de

hoje, conta com apenas duas famílias que resistem às pressões pela terra seja pelo próprio fato de permanecerem no local, seja por incorporarem atividades tais como o manejo agroflorestal – plantio consorciado que integra tanto espécies florestais quanto agrícolas, uma alternativa a antigas técnicas de lavoura que vem se estabelecendo como justificativa viável ao uso sustentado dos recursos em meios às impossibilidades de técnicas anteriormente utilizadas, que hoje são proibidas pelas leis ambientais.

O conflito fundiário é presente na região. Devido ao fato de que a Reserva Ecológica não é uma categoria de unidade de conservação aprovada em lei, e por haver sobreposição de área com a APA, o Plano de Manejo[35] desta regulamentou o zoneamento[36] sem prejuízo para com as demais leis Federais, Estaduais e Municipais, tais como o Código Florestal e o Plano de Gerenciamento Costeiro.

Portanto, segundo o *Encarte Sócio-Economia - Questão Fundiária* do Plano de Manejo da APA Cairuçu, aprovado pela Portaria IBAMA 28/2005, no caso da REJ "existem poucas escrituras de domínio em seu território, e inúmeras 'escrituras' de posse, que só podem ser registradas no cartório de títulos e documentos" (IBAMA, 2004, p. 117). Os casos de conflito são registrados em decorrência da contestação da legitimidade de um título de domínio de terras, que "depende da origem de sua cadeia dominial nas Sesmarias, ou a partir de ações de usucapião, que são ações judiciais promovidas por ocupantes, posseiros de terras de terceiros, escrituradas"[37]. Como no caso dos caiçaras o título da terra é algo que não faz parte de seu conjunto de regras e valores, e seu uso é determinado pela ocupação e trabalho na mesma, a titularidade não é reconhecida pelo Estado. Além disso, as terras pertencentes ao Estado não são disponíveis a usucapião, podendo apenas ser distribuídas e tituladas pelo Estado.

Ainda segundo o Plano de Manejo da APA[38], "as maiores áreas reivindicadas por particulares na REJ fazem parte do espólio de Gibrail Tannus: a Praia Grande da Cajaíba, com cerca de 1200 ha, e a Fazenda Santa Maria, com 1300 ha, que juntas totalizam mais de 25% da área total da Reserva, com cerca de 8 mil hectares". Este processo aguarda a decisão de

---

[35] Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. Capítulo I - XVII Art. 2º SNUC (BRASIL, 2000).

[36] Definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz; Capítulo I - XVI Art. 2º SNUC (BRASIL, 2000).

[37] Ibid.

[38] Ibid.

uma “Ação Discriminatória” cujo objetivo é verificar a distinção das terras que se reivindica: se pertencem ao Estado, se são devolutas ou particulares.

O mesmo encarte do Plano de Manejo APA Cairuçu (IBAMA, 2004) também apresenta informações coletadas entre os anos 1999 e 2000 sobre a Praia Grande da Cajaíba para fins de caracterização. Á época, havia 23 famílias na localidade. As atividades de pesca, fabricação de farinha de mandioca e o artesanato eram as principais práticas socioeconômicas e que geravam alguma renda para a comunidade.

Seu Manoel, antigo morador tradicional da Praia Grande hoje falecido, afirmou a naturalidade de todos os habitantes como sendo da própria localidade.

A comunidade da Praia Grande não contava (e não conta hoje) com infra-estrutura pública de energia, água, gás, esgoto, telefonia, iluminação, transporte, nem rede de drenagem. Todo o aparato utilizado era artesanal: a água provinha da cachoeira; a iluminação era realizada por vela, lampião ou gás; o lixo era enterrado ou queimado, pois não existe coleta; os banheiros existentes utilizavam fossa. Existiu uma escola que funcionava na Igreja, hoje desativada. A via de acesso à comunidade era utilizada somente por via marítima e apenas quatro famílias possuíam pequenas embarcações que se revezavam no transporte dos moradores. O acesso aos cuidados médicos era feito somente em Paraty, assim como o é atualmente. A organização comunitária, à época, se dava na Igreja e não havia associação de moradores – instituída alguns anos depois.

O conflito com o proprietário já era presente neste depoimento de Manoel no que se refere à proibição das atividades ligadas ao turismo; qualquer tipo de construção; e nas pressões pela venda das terras que os moradores habitavam. Nota-se que se trata de uma comunidade tradicional em que avôs, pais e filhos nasceram e viveram no próprio lugar e, portanto não tinham como preocupação a afirmação da propriedade da terra. Nem mesmo havia conhecimento sobre a existência de unidades de conservação em suas áreas ocupadas ancestralmente. Destaca-se, enfim, o desconhecimento das leis ambientais por parte dos moradores locais e o poder exercido pelo suposto proprietário.

2. A dinâmica do caiçara

Parte-se da premissa de que existe (e existiu no passado) uma comunidade caiçara na Praia Grande da Cajaíba. O Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu estabelece esta definição. De acordo com uma pesquisa sobre os moradores com origem no próprio bairro, no que se refere à REJ, 89% são nascidos no local. A fonte da informação é descrita no Encarte Sócio-Economia – Resumo Estatístico – Plano de Manejo APA Cairuçu (IBAMA, 2004, p. 35). A conclusão descrita é a de que "na região costeira, fora Trindade, ainda predomina, com folga, a população caiçara, principalmente na Reserva Ecológica da Juatinga".

O Laudo de Vistoria Técnica nº 67/2007, do Ibama de Paraty, solicita que seja informada a situação da população de caiçaras residente na localidade da Praia Grande da Cajaíba. Informa, também, conforme reprodução literal no capítulo anterior, que os moradores encontrados têm modos de vida compatíveis com os objetivos de conservação previstos do Plano de Manejo da APA Cairuçu e são considerados caiçaras, como população tradicional. A seguir, são apresentadas as características que definem a população caiçara como um grupo tradicional.

A população caiçara, de um modo geral, é formada por indivíduos e comunidades do litoral dos Estados do Paraná, São Paulo e sul do Rio de Janeiro, segundo Diegues (1988), e é expressão da mestiçagem da população brasileira entre portugueses, índios e, posteriormente, de negros africanos.

Mussolini (1980) destaca que essa população, ao longo de séculos, desenvolveu uma cultura muito vasta que incorpora elementos de agricultura, pesca, compadrio, novenas, folias, mutirões, entre outros hábitos. Esta união de saberes, costumes, valores e crenças conformaram um tipo de sabedoria, a qual constitui a sua cultura, originalmente territorializada num espaço costeiro.

Marcílio (2006, p. 17) afirma, em obra sobre a demografia e história social dos caiçaras centralizada em Ubatuba, que é possível generalizar as estruturas, a dinâmica e os padrões de seu estudo de caso para "todos os camponeses pobres que existiram em nosso litoral", do norte ao sul do país, "organizados nos interstícios não ocupados pela grande lavoura escravista e ao longo das praias e enseadas favoráveis à pesca e à navegação rústica de jangadas e canoas".

Durhan (1973, p. 49) assevera que se sucederam, na costa brasileira, formas de habitação esparsas "de uma população economicamente marginal, descendente de portugueses, negros e índios, que vivem em grande isolamento".

Marcílio (2006, p. 30) faz um resgate histórico da ocupação do litoral de Ubatuba com relação à numerosa presença de população indígena, assegurando que "havia indícios de uma pressão populacional sobre o território e os meios de subsistência disponíveis" entre os próprios habitantes, em função das guerras e do canibalismo, no contexto dos "meios e das técnicas de subsistência rudimentares". A autora reforça que o que importa é "a existência de populações numerosas num espaço limitado para suas formas de vida e população. Um provável desequilíbrio esboçado entre recursos e demografia"[39].

Eles exploravam o mar como fonte de alimentos e eram grandes pescadores, desenvolvendo técnicas apropriadas à prática como flechas e redes de cipó. Recolhiam o peixe em sistema de mutirão guardando-os, posteriormente, em recipientes, e faziam farinha ou secavam o mesmo a fim de conservá-lo. A agricultura "rústica" no interior da mata somada à caça e à coleta completavam as atividades de subsistência.

O invasor português trouxe a violência, a morte, a doença e a desculturação com o sistema colonial: "os índios que sobraram da primeira mortandade coletiva, tiveram duas opções de sobrevivência: a *submissão* ou a *fuga* para a mata próxima"[40]. As duas opções ocorreram e "assim, desapareceram os primitivos moradores de Ubatuba, desocupando o espaço para entrada dos novos ocupantes"[41].

Lentamente, após a morte do índio como dono da terra, os "conquistadores" o reintroduziram não mais como agricultor ou trabalhador autônomo, mas subjugado ao colonizador, como escravo. Alguns destes ainda conseguiram fugir e se esconder na mata onde sobreviveram, porém sob o medo da captura. A ocupação desta terra seguida à retirada dos índios foi desempenhada em função das "áreas que ficaram fora da produção agrícola colonial para exportação", e se estabeleceu nos "padrões de uma agricultura rústica"[42].

O povo que vai se estabelecendo, segundo Marcílio, "é um morador que, apesar de seus grandes esforços, não conseguiu sair do estado da roça rústica de subsistência em quase toda sua história". Não interessa, porém, o mérito de julgamento desta afirmação, apenas seu conteúdo em si.

---

[39] Ibid., p. 31.
[40] Ibid., p. 32, grifos do autor.
[41] Loc. Cit.
[42] Ibid., p. 40.

Durhan (1973) também afirma que todo o povoamento do litoral se fez à margem dos sistemas econômicos voltados para a exportação. A economia de subsistência aparece como única forma possível de trabalho livre, gerando a cultura rústica ou cabocla. Por consequência, quanto ao patrimônio cultural, permaneceram conservadas "apenas as instituições indispensáveis à manutenção de um vital mínimo e de um mínimo de sociabilidade"[43]. Essa sociabilidade pode ser representada pelas relações de parentesco[44] e compadrio[45] (princípios de organização social), que criam relações permanentes; mutirão e troca de dias (cooperação econômica), que conformaram os grupos de vizinhança: unidade da vida social cabocla[46]. Esta autora assegura existirem características comuns às populações rurais brasileiras que são definidas por "princípios de organização social e do trabalho subjacentes às variações que decorrem de situações regionais"[47].

A partir do século XIX, a economia camponesa respondia, ao mesmo tempo, à subsistência familiar e alguma contribuição à economia global (economia industrial), mas nunca totalmente satisfatória por si só. Cita Marcílio (2006. p. 36) que:

> Ela precisa extrair de sua produção um excedente para adquirir dos artesãos ou do exterior os produtos e serviços de que tem necessidade e que não pode produzir dentro do grupo doméstico: ferramentas, habitação, vestuário. E deve tirar de sua produção um meio de troca com o exterior, para obter bens que a coletividade não possui e não pode possuir (sal, pólvora, etc.) além de ter que oferecer uma contribuição à sociedade global, sob forma de impostos em dinheiro ou *in natura*. (grifos da autora).

As características dessas sociedades de base camponesa são definidas em função da coletividade familiar, centrada no grupo doméstico que "está orientado para a subsistência dele próprio e, ao mesmo tempo, deve comprar bens e serviços". As atividades agrícolas e artesanais se fazem também no meio doméstico. Sua força de trabalho é aplicada na produção e tem como finalidades a própria subsistência e aquisição de bens e serviços que não se produz, ou que não se pode alcançar ou adicionar aos "meios de produção"[48]. Por conseguinte, o trabalho não tem objetivo de remuneração e há uma divisão destinada a cada indivíduo, não necessariamente um parente, específico de acordo com faixa etária ou gênero.

---

[43] Ibid., p. 56.
[44] O parentesco é definido por aqueles que "derivam diretamente da família elementar, isto é, as relações entre pais e filhos e entre irmãos. Essas relações se apresentam como extensão da solidariedade do grupo doméstico (na medida em que persistem mesmo após a segmentação da família de origem) e se manifestam através de obrigações amplas, mas não bem definidas, de ajuda mútua e de amparo em qualquer situação de crise" (DURHAN, 1973, p. 71).
[45] "O compadrio estabelece apenas vínculos recíprocos entre as pessoas, duas a duas" (Ibid., p. 74).
[46] Ibid., p. 56-57.
[47] Ibid., p. 59.
[48] Ibid., p. 36.

As comunidades rurais tradicionais brasileiras se apresentam também como caboclas, dentro de uma caracterização rústica[49]:

> Como comunidades rústicas (*folk communities*) elas se caracterizam pelo isolamento relativo, pela produtividade limitada do sistema econômico, que está voltado em grande parte para a produção direta da própria subsistência; culturalmente, elas se apresentam como comunidades sem escrita, tradicionalistas e imbuídas de religiosidade. De modo geral, são comunidades onde predominam as relações primárias e a reciprocidade direta. Por outro lado, as comunidades caboclas, como comunidades 'rústicas', caracterizam-se pela dependência estrutural da sociedade mais ampla, nesse caso a sociedade nacional. (DURHAN, 1973, p. 92, grifos do autor).

A organização interna da "economia rústica do caiçara" é baseada na família, como afirmado anteriormente por Marcílio (2006, p. 41), que "era a unidade básica e vital da existência", considerada ao mesmo tempo "grupo de reprodução, grupo de trabalho e grupo de produção e consumo". Seguindo este pensamento, Durhan[50] propõe que grupos locais ou grupos de vizinhança são compostos por famílias conjugais. A relação entre os grupos se dá entre as famílias, e a vida comunitária das populações rurais vai se organizar sobre essas bases de unidades com relativa autonomia.

A autora exemplifica duas dinâmicas das populações rurais: quanto à dimensão espacial "os grupos locais podem subdividir-se em grupos de vizinhança ou se agrupar em unidades maiores para atividades especiais, como festas religiosas, mantendo frequentemente relações intervicinais baseadas em laços de parentesco ou compadrio". Quanto à dimensão temporal, "o núcleo pode ganhar ou perder população através da mobilidade dos membros, evoluir para povoados ou vilas, ou se desagregar ou desaparecer"[51].

Com relação à terra, este "não é apenas um meio de produção, mas também um meio de definição social, o ponto de partida do status. Por isso mesmo, ela é a principal fonte de tensões e conflitos"[52].

Esta população vive "dispersa em pequenas comunidades ou, até mesmo, em células familiares em meio a clareiras na mata. Elas são ligadas entre si e com os centros urbanos ou semi-urbanos, através de relações de economia e de dependência política e religiosa" e recebem maiores porções de população em dias de festa ou eventos religiosos (MARCÍLIO,

---

[49] Cândido (2001, p. 28) também se apropria do termo (comunidade e sociedade) rústica(s) que implica, "não obstante o isolamento, em constante incorporação de traços, que vão se alternando ao longo do contínuo rural-urbano" (p. 27). E completa: "no caso brasileiro, rústico se traduz praticamente por caboclo" e designa "o mestiço próximo ou remoto de branco e índio que em São Paulo forma talvez a maioria da população tradicional".
[50] Op. cit. p. 60-70.
[51] Ibid., p. 70.
[52] Ibid., p. 37.

2006, p. 39). Durhan (1973, p. 79) também aponta neste sentido ao declarar que as atividades lúdico-religiosas relacionam a comunidade local à sociedade mais ampla, extravasando o âmbito local e criando laços difusos, porém necessários, com a sociedade local.

Marcílio (2006) alega também serem eles auto-suficientes, não implicando, com essa tese, isolamento completo, pois sempre existiu certa porção de excedentes alimentares, com a finalidade de troca. Esta autora assegura que os caiçaras de Ubatuba são agricultores de economia camponesa. Nos mesmos termos existe uma "relação mínima e marginal com o mercado, através de um sistema precário de trocas"[53].

Durhan[54] afirma que "essas comunidades [caboclas] nunca são (nem foram) completamente isoladas e auto-suficientes". Como exemplo, ela cita os equipamentos materiais que mesmo quando são de fabricação doméstica, derivam de "sistemas socioculturais mais complexos: é o caso do monjolo, da prensa de cana, mesmo do vestuário e, em parte, do modo de preparo dos alimentos". E apresenta sua tese: "Tal dependência não impede o isolamento, mas impõe limites ao distanciamento cultural das sociedades tecnologicamente mais complexas"[55].

Gioconda Mussolini aponta, na obra "Ensaios de antropologia indígena e caiçara", aspectos das populações rurais do litoral que, apesar das especificidades locais, compartilham elementos culturais e sociais comuns. Ela alega, quanto ao sul do país[56], "uma situação histórica também comum, que fez com que o litoral se convertesse em *área de deserção* à medida que o povoamento avançava para o interior" (MUSSOLINI, 1980, p. 219).

Os fatores geográficos, ora de atração ora de repulsão, contribuíram para "uma variação nas densidades de população dos grupos litorâneos, na sua morfologia social, nas suas formas de ocupação do solo e utilização dos recursos naturais, na sua fixação ou mobilidade"[57]. No entanto, ressalta esta autora, "seria simplificar demais a questão, porém, reduzir as influências diferenciadoras a meras condições geográficas"[58].

No caso dos caiçaras da Costa Verde, a seguinte explanação define a sua dinâmica de formação[59]:

> Basta, portanto, frisar que esses pequenos núcleos que se formaram graças a certas condições particulares da linha costeira, aproveitando-se das melhores condições

---

[53] Op. cit. p. 83.
[54] Ibid., p. 82.
[55] Loc. cit.
[56] Considerou-se Paraty pelas características físicas semelhantes que a autora propõe entre as regiões.
[57] Ibid., p. 220.
[58] Loc. cit.
[59] Ibid., p. 221.

> que pudessem ser favoráveis aos homens, passaram em geral a gravitar ao redor dos centros maiores, tornando-se seus satélites, enviando-lhes sua parca produção – farinha de mandioca, peixe, algum café – quando não se converteram em compartimentos estanques, com pouca comunicação para o interior e não raro também entre si, em virtude dos obstáculos à comunicação por terra.

As influências indígenas e portuguesas são marcantes na produção de farinha de mandioca para subsistência, nas técnicas e aparelhamento de pesca, nas propriedades de plantas e no aproveitamento dos recursos do meio, em consequência de uma intimidade criada entre o homem e o habitat (MUSSOLINI, 1980).

As atividades caiçaras baseiam-se principalmente na pesca: "uma forma de organização de trabalho e produção que transcende os limites meramente familiares para se converter em atividade comunitária"[60]. Quanto à roça, a família se contenta sendo auxiliada, quando necessário, pela colaboração de um compadre ou amigo. Mussolini enfoca que é na pesca que se fundamenta uma série de interações entre os habitantes de um bairro, conjugando-os em cooperação, constituindo-se, pois, definitivamente, em grupos locais.

A pesquisa de Mussolini data de fins da década de 1940 e início da de 1950, e desde então faz alusão a que mesmo sendo a dinâmica destes grupos "entregue a uma economia fechada", estão ligadas a um "conjunto maior"[61]: "não raro o equilibro da vida social e a cultura desses pequenos aglomerados se modificam por fatores que exercem sua ação à distância" para onde são atraídos os "moradores das pequenas unidades marginais"[62].

Ao relacionar o litoral paulista com o progresso do porto de Santos, Marcílio (2006, p. 239) enfatiza que este advento colocou a organização pesqueira dentro do "plano capitalista". Esta motivação foi suficiente para que "os moradores dos pequenos núcleos litorâneos se entregassem a uma mobilidade pronunciada, com a consequente quebra da organização dos grupos locais e a perda dos elementos de sua cultura 'folk'" (grifos da autora).

No entanto, Durhan (1973, p. 82) propõe que "a inserção das comunidades caboclas em sistemas sociopolíticos mais amplos e diferenciados não destrói necessariamente as características fundamentais da organização dos grupos de vizinhança". A transformação estaria muito mais ligada às mudanças na sociedade que as envolve do que uma evolução ou transformação da estrutura das comunidades em si. É preciso analisar a inserção da comunidade nas estruturas mais amplas.

---

[60] Ibid., p. 238.
[61] Loc. cit.
[62] Ibid., p. 239.

Diegues (2004), autor que discute a diversidade biológica e cultural em áreas úmidas brasileiras, também destaca a questão da mudança como parte da cultura caiçara. A dinâmica social caiçara foi caracterizada desde os seus primórdios pelo processo de migração entre os litorais do sudeste e do sul como também para o meio urbano nas épocas dos grandes ciclos econômicos da costa sul fluminense e norte paulista. As atividades tradicionais eram abandonadas em favor de outras. Este era um processo socioeconômico comum e tinha como destino final o retorno às áreas de origem nos períodos de estagnação econômica. Suas práticas foram marcadas pela constante incorporação de elementos culturais das áreas para onde migraram. A mudança estava, portanto, incorporada a sua cultura.

Durhan (1973, p. 119) propõe algo no mesmo sentido:

> A emigração se oferece à população como recurso tradicional para aliviar tensões econômico-sociais. É um recurso adaptativo na economia de subsistência. A mobilidade dos componentes é uma característica da organização dos grupos de vizinhança. A migração é um padrão universal no equipamento cultural tradicional.

A migração rural-urbana deve ser explicada pela estrutura da sociedade rural como um todo. Passa a ser, inclusive, uma solução para diversos tipos de problemas das populações rurais como, por exemplo, tensões características do próprio funcionamento normal da vida tradicional, conflitos familiares, morte e desorganização do grupo doméstico, abandono de um dos cônjuges[63].

A autora afirma ser a mobilidade espacial uma das características da cultura tradicional das populações caboclas. A organização interna das comunidades é caracterizada pela fluidez e grande mobilidade entre os membros.

Durhan[64] apresenta inúmeras causas das emigrações rurais-urbanas que partem das forças e conflitos que procedem da sociedade global. Em pesquisas de campo, muitas vezes, as causas da migração são apresentadas de forma pouco clara e, portanto, necessitam de uma grande compreensão por parte do pesquisador. Algumas causas apresentadas por Durhan são: migração como resposta a condições normais de existência; quando a situação de miséria é permanente; ou, ainda, quando as possibilidades de ascensão social, influenciadas pelo contato com a sociedade nacional e a criação de novas necessidades, não são vislumbradas no lugar de origem.

O trabalhador, seja ele um lavrador ou pescador, ao ser incluído numa economia mais competitiva – causa e consequência de uma ruptura do relativo isolamento, passa a vislumbrar

---

[63] Ibid., p. 125.
[64] Ibid.

maiores níveis de produção e também de consumo. A produção de subsistência é substituída pela necessidade de produção para o mercado ou mesmo por outras atividades que supram a necessidade do dinheiro. No caso dos caiçaras, a atividade do turismo e seus desdobramentos, como aluguel de camping, preparo de refeições, venda de bebida, entre outros[65], passa a substituir outras mais tradicionais.

Essa situação "permanente" pode ser condicionada ainda por fatores como a perda da propriedade, a morte de um membro da família com a desorganização do grupo doméstico, ou então a persistência de um parente que já mora em outro lugar (DURHAN, 1973, p. 112-114).

Segundo a autora, há quatro tipos de dificuldades mencionadas na vida rural: a miséria e a falta de conforto; o trabalho pesado; a incerteza da produção; a impossibilidade de melhoria[66].

No caso da pesquisa de trabalhadores rurais que emigraram para o campo, Durhan destaca que "a migração foi explicada como uma tentativa de mobilidade social, isto é, como resposta a problemas criados pela estrutura da sociedade nacional e que são fundamentalmente econômicos"[67].

No entanto, outro fator também aparece como primordial nessa estrutura. A mobilidade em termos de família: "a migração, que aparece como solução para problemas que afetam a família e tendem a ser resolvidos em termos familiais, é um processo condicionado pelo tipo de organização social da sociedade rural"[68].

A migração acontece em função de uma rede de contatos, principalmente familiares, no local de destino: "só com a consolidação dos membros no ambiente urbano é que se procede à migração dos outros e o abandono da posição ocupada na sociedade rural"[69]. O que diminui os riscos dessa migração é "o fato de possuir parentes no local que determina a escolha do destino. O migrante [...] é levado a escolher baseado mais na proximidade das relações sociais do que na proximidade física ou compatibilidade das atividades econômicas que espera exercer"[70].

---

[65] Não se está, aqui, defendendo uma ou outra atividade. Apenas apresentou-se o processo que pode dar início às emigrações.
[66] Ibid., p. 114.
[67] Ibid., p. 128.
[68] Loc. cit.
[69] Ibid., p. 131.
[70] Ibid., p. 137.

A situação no novo local, desconhecida até então, é traduzida pelos intérpretes – amigos e parentes que já vivam ali – e assim o migrante se apoia nessa experiência das relações pessoais transmitidas pelos outros, o que favorece o aprendizado necessário à nova vida.

Os grupos de vizinhança – marca constitutiva das sociedades rurais tradicionais – são caracterizados por uma homogeneidade, ou seja, ausência de diferenciação social que se traduz em laços de natureza personalista. A migração se estabelece como uma forma de amadurecimento da personalidade, pois é "através das próprias relações pessoais que o migrante consegue superar o personalismo do seu universo de origem aumentando sua experiência e aprendendo a manipular novos padrões" (DURHAN, 1973, p. 141).

Na cidade, o migrante rural não forma uma comunidade. Pelo contrário, ele "não vive mais em um universo relativamente fechado; as atividades se dissociam; rompe-se a teia de significados inter-relacionados que abrangia a quase totalidade dos modos de vida"[71].

Quanto às permanências, ficam "apenas a família e os parentes, como grupos de relações pessoais que orientam a participação no novo universo sociocultural e dentro dos quais se elaboram as novas representações"[72].

2.1. Populações Tradicionais

Diegues (1988) define as populações tradicionais em função de onze características comuns, cujos critérios definem o grupo no qual se incluem os caiçaras, tais como o conhecimento da natureza e seus ciclos, que resultam em formas de manejo e uso dos recursos, reduzindo o impacto sobre o meio ambiente. Por se tratar de grupos sociais geralmente iletrados, o conhecimento é transmitido de geração em geração por meio da oralidade. Haveria uma idéia de território ou espaço na qual o grupo se reproduz entre si e economicamente. Os grupos estabelecem formas de habitação e ocupação do território por gerações, mesmo sendo a mobilidade um elemento presente na sua cultura. A atividade de subsistência é um elemento presente, mesmo existindo uma relação de compra e venda de produtos. Essa relação com o mercado representa pequena acumulação de dinheiro. A unidade familiar é um elemento fundante da cultura. As relações de parentesco, compadrio

---

[71] Ibid., p. 15.
[72] Ibid.

estabelecem os parâmetros das atividades socioeconômicas e culturais. O trabalho artesanal é presente. O artesão juntamente ou não com sua família, domina o processo produtivo até a etapa final. E por fim, as populações tradicionais se caracterizam pela auto-identificação como tais ou por outros de pertencerem a uma cultura diferenciada.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, lei que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão dessas unidades, está intimamente ligado às populações tradicionais na medida em que é o instrumento regulador das áreas onde estas se encontram.

O debate, hoje, no contexto da criação – pelo Decreto 10.884, de 13 de julho de 2006 – da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), entra em conflito com a implantação de unidades de proteção integral previstas no SNUC, que não contemplam moradores em seu interior.

O Inciso III do Art. 2º propõe: "[...] ações necessárias para a articulação, execução e consolidação de políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais [...]". Ou seja, traz uma proposta inovadora quanto às situações de conflito na medida em que sugere atendimento às situações de caráter emergencial, em geral àquelas vinculadas às unidades de proteção integral.

Neste sentido, o conteúdo da Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) – Decreto 6.040 – inaugura um novo paradigma em termos de políticas ambientais no Brasil, tendo como um dos objetivos específicos solucionar conflitos gerados pela implantação de unidades de conservação de proteção integral em territórios tradicionais. Segundo o decreto, a definição dos povos e comunidades tradicionais é a seguinte:

> Art. 3º, Inciso I: "grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição" (BRASIL, 2007).

Refletiu-se, assim, sobre como classificar e nomear uma comunidade que não mais se encontra em seu local de origem. E colocaram-se também outros questionamentos: Se as razões para seu deslocamento foram aquelas ligadas, justamente, ao seu contexto social de exclusão, como considerá-las dentro da PNPCT? O direito ao território está ligado somente à utilização dos recursos naturais? Essas são perguntas às quais, por ora, não se tem respostas, diante da situação encontrada na comunidade da Praia Grande da Cajaíba.

3. Aportes teóricos

3.1. Sobre a cultura

Cândido (2001, p. 252) alega serem chamados "fatores de persistência, ou permanência, os que contribuem para a continuidade dos modos tradicionais de vida", e são nomeados fatores "de transformação, os que representam a incorporação aos padrões modernos".

Na obra clássica *Os parceiros do Rio Bonito*, Antonio Cândido estudou a transformação dos meios de vida do caipira paulista e descreveu, a partir da urbanização, no estado de São Paulo, o processo de mudança da realidade humana deste grupo social.

Parece um pouco evidente que os padrões modernos se sobressairiam sobre os modos de vida tradicionais. No entanto, este autor aponta que o processo de urbanização não causa simples processos evolutivos na tendência de uma aculturação totalizante. O que ocorre, no caso da pesquisa citada, "não é a substituição mecânica dos padrões; mas de incentivos tradicionais, por meio do ajustamento dos velhos padrões ao novo contexto social"[73].

Cândido apresenta três possibilidades quanto à situação de grupos e indivíduos em presença de novos valores (em relação ao seu comportamento e concepção de mundo): "os valores são rejeitados, e os antigos mantidos na íntegra; os valores são aceitos em bloco, e os antigos rejeitados; os valores antigos se combinam aos novos em proporções variadas". Essas possibilidades dependem, ainda, de alguns fatores, tais como: o tamanho do grupo; a duração e a intensidade dos contatos; a utilidade dos traços propostos, e do ritmo que se dá a incorporação dos traços[74].

Willems (1961) discorre, na obra *Uma vila brasileira: tradição e transição,* sobre os diversos fatores que incidem sobre uma comunidade em mudança. O autor afirma que "à descontinuidade das regras de comportamento corresponde a desagregação de agrupamentos sociais. Assim, a desorganização é cultural e social a um tempo"[75]. O autor enfatiza que as mudanças não têm um marco específico, mas vêm ocorrendo a todo tempo na vida das comunidades. Estas comunidades não são nem nunca foram imóveis. Existe, sim, a realidade

---

[73] Loc. cit.
[74] Ibid., p. 253.
[75] Ibid., p. 10.

de fases críticas, com rápida modificação dos valores tradicionais, porém, este processo sempre remete a uma transformação contínua, em que a comunidade não retorna a uma ordem social isenta de conflitos que anteriormente já eram presentes.

O trabalho de Marina de Mello e Souza (2008) apresenta Paraty, a cidade e suas festas do ponto de vista histórico e antropológico. A autora busca continuidades e transformações existentes na cidade de Paraty pela análise das manifestações culturais do passado e do presente.

Muitos paralelos podem ser traçados com o tema da presente pesquisa. Seja pelo resgate histórico da cidade e a movimentação de pessoas, mercadorias, cultura e memória local; como pela associação entre transformação e permanência, que revela a história e os percursos trilhados pelos seus habitantes. A autora evidencia a importância do fluxo de pessoas do passado e a dinâmica econômica que compuseram o que hoje se vê como a estrutura da cidade, a qual está ligada às manifestações culturais presentes atualmente.

Há concordância com o conceito de cultura trazido por esta autora: "A cultura é aqui considerada como algo constantemente produzido num processo que conta com a interferência dos indivíduos, das sociedades nas quais eles se organizam e vivem o dia-a-dia, e mesmo dos fenômenos da natureza e do acaso"[76]. E, ainda, "a cultura é o contexto dentro do qual podem ser descritos de forma inteligível os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições, os processos"[77].

Souza considera as realidades expressas no tempo e no espaço considerando a relação entre tradição e mudança. Assim, também se considera esta ideia ao se propor o estudo da apropriação do espaço por uma população denominada caiçara, habitante de Paraty, no mesmo lócus de estudo desta autora, buscando compreender "comunidades humanas específicas a partir de suas racionalidades internas"[78].

Esta autora apresenta a cultura como um "conjunto de sistemas simbólicos"[79] reproduzido constantemente, em atualização com relação ao presente, e dentro de uma dinâmica entre a tradição e a mudança. Aqui, esta ideia foi apropriada em relação ao conjunto de elementos que compõem a cultura caiçara para verificar, a partir de transformações sociais, quais as mudanças e permanências existentes nos novos locais de moradia.

---

[76] Ibid., p. 20.
[77] Ibid., p. 22.
[78] Loc. cit.
[79] Ibid., p. 23.

Sahlins (1997, p. 1) define a cultura como a "organização da experiência e da ação humanas por meios simbólicos", onde "as pessoas, relações e coisas que povoam a existência humana manifestam-se essencialmente como valores e significados". Em seu artigo sobre *a primeira sociedade da afluência,* fala sobre a economia de povos caçadores e coletores, e afirma serem estes produtores de cultura e satisfação de vontades materiais. Para tanto, se apoia no fato de que a aculturação não é tragédia predestinada destes povos: "afirmar que os caçadores e coletores são afluentes é negar que a condição humana seja tragédia predestinada, com o homem prisioneiro do trabalho pesado caracterizado por uma disparidade perpétua entre vontades ilimitadas e meios insuficientes"[80].

Uma crítica do autor diz respeito às inúmeras fontes de concepções errôneas sobre este tipo de sociedade, relacionadas a reduções como: "mera economia de subsistência", "lazer limitado", salvo, em certas circunstâncias, "recursos naturais 'pobres e relativamente incertos', ausência de excedente econômico"[81], entre outras. O comentário que se segue é o de que "a antropologia dos caçadores é estudo amplamente anacrônico de ex-selvagens – inquérito sobre o cadáver de uma sociedade dirigida por membros de outras"[82]. A pergunta que se põe, aqui, em referência aos caiçaras é, se as suas características atuais "representam mais esforço supremo [de sobrevivência] do que prova nítida de suas capacidades produtivas?"[83]. Acredita-se na capacidade produtiva que representa a sua importância como população humana com uma cultura associada.

Vale lembrar o aprisionamento: a redução do território original a apenas uma parcela daquela que usufruíram no passado, antes do aparecimento das grandes rodovias, especuladores imobiliários e política ambiental restritiva.

Sahlins aponta que os caçadores-coletores têm um padrão de vida baixo – assim como se pode dizer dos caiçaras. No entanto, os caçadores e coletores "vistos de dentro de seus objetivos e dado seus meios de produção, todas as necessidades materiais das pessoas podem ser facilmente satisfeitas"[84]. O mesmo poder-se-ia dizer dos caiçaras que ainda possuem parte de seu território original garantido e que vivem da agricultura, pesca e extrativismo. O autor afirma que "os mais primitivos povos da terra têm poucas posses, mas não são pobres. A pobreza não é uma certa relação de bens, nem simples relação entre meios e fins; acima de

---

[80] Id., 1978, p. 7.
[81] Ibid., p. 8.
[82] Ibid., p. 14.
[83] Ibid., p. 15.
[84] Ibid., p. 41.

tudo, é relação entre pessoas. A pobreza é um estatuto social, invenção da civilização" (SAHLINS, 1978, p. 42).

A definição de populações tradicionais deveria partir deste pressuposto bem como se basear em estudos etnográficos autênticos, sincrônicos e como registro de culturas completas. Muitos dos argumentos que levam a expulsão da população caiçara de seus locais de origem se baseiam no desaparecimento da cultura caiçara – como se a cultura fosse algo estanque.

A sugestão de Watson[85] (1958 apud SAHLINS, 1997, p. 228), no caso da tribo dos Mambwe, leva à reflexão sobre as questões que envolvem caiçaras que vivem hoje no espaço urbano:

> Os efeitos do industrialismo e do trabalho assalariado sugerem que, no processo de mudança social, uma sociedade tenderá sempre a se ajustar às novas condições através das instituições sociais já existentes. Essas instituições sobreviverão, mas com novos valores, dentro de um novo sistema social.

Em sequência, Sahlins[86] sugere que "justamente por participarem de um processo global de aculturação, os povos 'locais' continuam a se distinguir entre si pelos modos específicos como o fazem". Neste sentido, no caso da população desta pesquisa, uma nova apropriação territorial se faria presente, em um processo de reelaboração da cultura.

3.2. Memória

Seguindo a lógica do trabalho de Souza (2008, p. 27), a memória é colocada como um componente de "continuidade do passado no presente" ligada à tradição.

Segundo Bosi (1994, p. 414):

> O grupo é suporte da memória [...] As lembranças grupais se apóiam umas nas outras formando um sistema que subiste enquanto puder sobreviver a memória grupal. Se por acaso esquecemos, não basta que os outros testemunhem o que vivemos. É preciso mais: é preciso estar sempre confrontando, comunicando e recebendo impressões para que nossas lembranças ganhem consistência.

Para o pesquisador da memória coletiva Halbwachs (1994), lembrar não é reviver, é refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje as experiências do passado. Em

---

[85] WATSON, W. **Tribal cohesion in a money economy**: a study of the Mambwe people of northern Rodhesia. Manchester: Manchester University Press for the Rhodes-Livingstone Institute. 1958.
[86] Id. 1997, p. 9.

concordância, Chauí (1994, p. 20) alega, em outro trabalho distinto, que "os recordadores são, no presente, trabalhadores, pois lembrar não é reviver, mas re-fazer".

Esta autora apresenta o livro "Memória e sociedade: lembrança de velhos", de Ecléa Bosi, e afirma que "o modo de lembrar é individual tanto quanto social: o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e no como lembra, faz com que fique o que signifique"[87].

Souza (2008, p. 27) também se apropria dessa mesma linha de pensamento e afirma que a memória individual "não é suficiente para o ato de lembrar, sendo a lembrança apoiada nos dados e noções comuns ao grupo". Há uma relação imbricada entre o coletivo e o ato de lembrar individual. A memória individual é "interna, pessoal, autobiográfica", e a memória coletiva é "social, histórica"[88] – mas uma não subsiste sem a outra.

Souza[89], ao dissertar sobre a cidade e as festas em Paraty, defende que "a memória coletiva apresenta ao grupo um quadro de si mesmo ao longo dos anos e persiste em membros que, mesmo longe dele, sofrem a influência". Propõe-se, através da presente pesquisa, confirmar esta afirmação, pois se supõe – assim como a própria autora afirma, na sequência – que o que foi esquecido pode ter relação com o "desaparecimento dos grupos que guardavam tais lembranças"[90].

Na presente pesquisa, as memórias dos entrevistados migrantes estão vivas nas lembranças sobre o passado da vida na Praia Grande da Cajaíba. Entende-se que houve a tentativa, por parte dos antigos moradores da localidade, em dar significado a essas lembranças, que são selecionadas de acordo com o que tem sentido para eles. Este significado foi elaborado enquanto a comunidade existia, e o é também atualmente, em momentos em que as pessoas se encontram, conversam, re-elaboram suas lembranças, absorvem novas experiências e produzem novas significações.

Halbwachs (1990, p. 84) pontua que definir quando uma lembrança coletiva deixou de existir é tarefa muito difícil, pois "basta que se conserve uma parte limitada do corpo social para que possamos encontrá-la sempre ali". E Soares (2006, p. 59) exemplifica esta afirmação ao tratar da memória da herança indígena nos caiçaras da Península da Juatinga:

---

[87] Ibid., p. 31.
[88] Ibid., p.27.
[89] Ibid., p. 28.
[90] Loc. cit.

> Mas mesmo décadas de pressão ideológica não interferiram nas respostas dos caiçaras que responderam orgulhosos serem descendentes de antigos indígenas. Lembram que os pais e avós contavam muitas histórias de como eram os índios, como eles viviam suas histórias, suas entidades protetoras, mas que por não repetirem as histórias há muitas décadas haviam embaralhado tudo na cabeça e tinham apenas uma imagem dos mais velhos contando.

A ausência da repetição da fala sobre as histórias indígena e da ancestralidade trouxe dificuldades nas lembranças. No entanto, bastou uma referência para se lembrarem e se orgulharem de suas origens. Em mais um exemplo, Soares (2006) admite que haja um tabu sobre a herança indígena entre as mulheres, mais tímidas e receosas, pois durante séculos essa associação foi motivo de desprezo ou perigo. Assim, elas negavam sua descendência mesmo sendo esta notável fisicamente aos olhos do observador. Já entre os homens, era motivo de orgulho e bravura. Estes exemplos demonstram uma construção coletiva da memória.

3.3. Componentes espaciais da memória

Souza (2008) reforça o papel do espaço concreto de um grupo na memória coletiva, dado que "certos aspectos e detalhes dos lugares possuem sentidos inteligíveis apenas para seus membros". Este componente reforça a reconstituição de "pensamentos e lembranças comuns, de acontecimentos e sensações vividas naquele lugar. [...] O espaço é uma das condições de existência dos grupos, que imprimem de alguma forma sua marca sobre o lugar que ocupam, sendo indissociável da memória"[91].

Schama (1995), em sua obra sobre paisagem e memória, relata diversas lembranças a que a infância pode remeter: imagens, aromas, gostos, cores, imaginação, que atuam como símbolos de algo de representativo. O autor exemplifica que o rio pode representar a fluidez ou o divisor de tempo e de espaço, cursos d'água como elementos da paisagem que transportam a carga da história. Florestas e árvores podem simbolizar a implantação de algo do passado que remonta à marca da passagem do tempo, onde o ciclo da vegetação representa a vitalidade.

A inseparabilidade entre natureza e percepção se faz presente apesar do hábito de as situarmos em campos distintos. "A paisagem é obra da mente", compondo-se "tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas" (SCHAMA, 1995, p. 17). A noção de

---

[91] Ibid., p. 28.

paisagem constrói-se, portanto, do olhar do homem sobre a imagem. Porém, é preciso dizer que os ecossistemas atuam independentemente da existência humana, ainda que não exista sistema natural que não tenha sido modificado pela cultura humana.

Schama (1995) relaciona paisagem e memória às origens do ambientalismo moderno ao criticar os seus fundadores, que afirmam que a salvação para a sociedade industrial está na preservação representada pela natureza selvagem. Porém, este mesmo desejo, segundo o autor, é um produto da cultura humana, e a própria identificação de um local como selvagem ou intocado já pressupõe um olhar humano a partir de sua bagagem cultural e, portanto, é, também, uma construção social.

O autor pretende investigar a compreensão das camadas de lembranças e representações indo até a formação de elementos naturais e voltando ao conhecimento contemporâneo. Ressalta que os velhos mitos nunca desapareceram e se justifica pelo objeto de sua pesquisa, que é a tradição da paisagem como produto de uma cultura construída através de mitos, lembranças e obsessões. A interlocução do lugar-comum é analisada pelo que há por debaixo desses, recuperando a memória que recompõem os espaços. Posiciona-se criticamente quanto à relação categórica entre as formas naturais e o desígnio humano, defendendo que nem todas as culturas percebem a natureza e a paisagem mutuamente. Contudo, afirma que os mitos e lembranças partilham a permanência ao longo dos séculos e a capacidade de moldar instituições com as quais se convive.

A relevância do estudo de Schama[92] está na associação da memória a um conceito espacial. Sendo a paisagem o produto de uma cultura feita também de lembranças, o autor inclui um componente geográfico como produtor de sentido à memória. Este é ponto de evidência que se almeja aqui ao se destacar a lembrança do passado como um dos temas empíricos desta dissertação.

3.4. Perspectiva cultural da geografia humana

A paisagem, segundo uma concepção da teoria francesa, "é uma estrutura espacial, que resulta da interação entre processos naturais e atividades humanas. [...] Contendo sempre os vestígios do passado, a paisagem, quer seja ordenada ou abandonada, transforma-se

---

[92] Ibid.

necessariamente" (LARRÈRE & LARRÈRE, 1997, p. 223). Nesta concepção, a paisagem tem um caráter integrador entre natureza e história, em que a primeira é fruto da "história comum de uma sociedade e do meio que a habita"[93]. O caráter que define o conceito de paisagem e o diferencia de outros conceitos geográficos é colocado por Larrère & Larrère[94] como "um olhar sobre o meio" e não apenas uma porção no espaço.

Partiu-se, em conformidade com essa concepção teórica, de um olhar sobre a paisagem da Praia Grande da Cajaíba que indica uma história. Uma história que envolve a cultura caiçara e o seu artefato material e, também, um conjunto de elementos imateriais tais como as relações sociais (estrutura familiar, solidariedade, compadrio, festas e danças, por exemplo) que envolviam seus moradores e que fizeram da Praia Grande uma comunidade caiçara.

Ressalta-se que, ainda que a paisagem não seja uma categoria de análise do nosso trabalho, este conceito foi apropriado em dois aspectos: (i) no que se refere à elaboração da natureza por parte dos caiçaras, elemento presente em suas falas quando são assunto a construção das formas de habitação, a lavoura e a disposição da comunidade; e (ii) também quanto ao estado de abandono e destruição das casas deixadas para trás pelos moradores, o que remete a um conflito e a um agente repressor.

Paul Claval (2001), no texto *O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana*, apresenta uma nova concepção da geografia. A partir deste ponto de vista, a geografia não é mais vista como baseada simplesmente em condições materiais:

> A transformação que começa a afetar os estudos culturais conduzidos pelos geógrafos a partir do início da década de 1970 repousa sobre uma mudança completa de atitudes e nasceu da constatação de que as realidades que refletem a organização social do mundo, a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais são puramente materiais. São a expressão de processos cognitivos, de atividades mentais, de trocas de informação e de ideias[95].

Esta nova abordagem se preocupa com a relação entre os homens e o meio ambiente a partir das "sensações que as pessoas experimentam e das percepções a elas ligadas", as quais são expressas "por meio de práticas e habilidades que não são completamente verbalizadas" e estruturadas "pelas preferências, conhecimentos e crenças que são o objeto de discursos e de uma reflexão sistemática"[96].

Claval (2001, p. 40) afirma que a "geografia humana ganha em profundidade. Seu propósito não é mais partir do espaço e da paisagem para estudar as especificidades e a

---

[93] Ibid., p. 227.
[94] Ibid., p. 224.
[95] Ibid., p. 39.
[96] Ibid., p. 39.

maneira pela qual são diferenciados regionalmente". Agora, "trata-se de compreender como a vida dos indivíduos e dos grupos se organiza no espaço, nele se imprime e nele se reflete". À pergunta da geografia do passado:

> 'Por que os lugares diferem?' acrescentam-se outros [questionamentos]: 'por que os indivíduos e os grupos não vivem os lugares do mesmo modo, não os percebem da mesma maneira, não recortam o real segundo as mesmas perspectivas e em função dos mesmos critérios, não descobrem nele as mesmas vantagens e os mesmos riscos, não associam a ele os mesmos sonhos e as mesmas aspirações, não investem nele os mesmos sentimentos e a mesma afetividade?' (CLAVAL, 2001, p. 40)

Claval afirma que esta nova perspectiva (dos anos 1980, aproximadamente) enriqueceu a Geografia ao ultrapassar a visão material que se destacava desde o final do século XIX. Nesta visão antiga, os focos eram a "tipologia das paisagens" e o "inventário das combinações produtivas (gêneros de vida ou modos de produção)". Nos dias de hoje, trabalha-se com a "dialética das relações sociais no espaço, com sua ligação ao meio ambiente e ao papel complexo das paisagens, ao mesmo tempo suportes e matrizes das culturas"[97].

A escola francesa, representada aqui por Claval, vê na paisagem um conceito integrador. Apesar de a presente pesquisa não ter entrado em questões epistemológicas, adota o conceito de paisagem que possibilita um diálogo profícuo por estabelecer um viés imbricado entre natureza e história, natureza e cultura.

Assim, neste trabalho é utilizada esta perspectiva da Geografia, pois o objeto vai ao encontro de suas premissas. De acordo com Claval[98], "trata-se de interrogar os homens sobre a experiência que têm daquilo que os envolve, sobre o sentido que dão à sua vida e sobre a maneira pela qual modelam os ambientes e desenham as paisagens" sem perder de vista o contexto histórico que os gerou.

No caso de caiçaras que estão fora dos seus locais de origem, a intenção, em concordância com Claval, não é somente explicar porque há diferenças de acordo com os lugares. Deseja-se "compreender por que as pessoas associam aos mesmos lugares sentimentos, atitudes e humores diferentes"[99]. O que é fundamental é "a maneira como as pessoas vivem nos lugares onde residem ou os que visitam, deles extraindo uma experiência"[100].

---

[97] Ibid., p. 41.
[98] Ibid., p. 42.
[99] Ibid., p. 45.
[100] Ibid., p. 46.

Abaixo, foram reproduzidas as colocações de Claval (2001) sobre "A perspectiva cultural como nova fundamentação da geografia humana", que embasaram o objeto do trabalho e são premissas teóricas:

> O termo cultura deve ser utilizado com precaução, porque não existe nada que se assemelhe, no mundo objetivo, a esse conceito, que só existe no espírito das pessoas. Não existe uma cultura unificada, pois esta é feita de elementos retransmitidos e reinterpretados permanentemente, o que quer dizer que cada um desenvolve sua própria cultura um função do meio ambiente onde vive, trabalha ou viaja, das dificuldades que encontra e da informação que recebe de fontes próximas ou distantes[101].
> A abordagem cultural não está limitada àquilo que há meio século era classificado sob o rótulo de 'geografia cultural'. Seu campo é muito maior: conscientiza os geógrafos de que suas atividades fazem parte da esfera cultural e que é impossível construir uma abordagem científica livre de determinação cultural.[102]

Em suma, o objetivo dessa Geografia e o mesmo que se compartilha aqui é compreender como são feitas as experiências dos lugares, qual é o sentido dado a estes e quais as tentativas de modificação das realidades[103]. A modificação da realidade inclui o desenvolvimento de "ações individuais ou coletivas para melhorar seu estatuto econômico e social" ou ainda "seus desejos e sonhos de organização alternativa da sociedade e de reestruturação das paisagens e territórios"[104].

As entrevistas realizadas na presente pesquisa visaram a reconstrução do passado, do ato vivido quando da saída da Praia Grande da Cajaíba, da reconstrução da vida em outro local, e as perspectivas de vida futuras.

A abordagem cultural, assim, se faz necessária a uma análise das novas formas de vida dos caiçaras em locais diferenciados daquele do qual sua cultura se originou. O que é impossível de se fazer "sem analisar a maneira como conduzem a si mesmas, falam de sua situação e desenvolvem redes de relações"[105]. A Praia Grande da Cajaíba, longe de representar uma forma somente material, é o espaço que contém toda a história e o simbolismo daquilo que formou o que são os seus antigos habitantes, assim como o que os formou como pessoas no mundo.

3.5. Território

---

[101] Ibid. p.50
[102] Id., 1973, p. 52.
[103] Id., 2001, p. 62-63.
[104] Ibid., p. 64-65.
[105] Id., 1973, p. 53.

> Na vida real atribuem-se muitos sentidos aos lugares onde se vive e às pequenas e grandes pátrias. A construção das identidades está intimamente ligada à organização territorial e à maneira como é percebida por quem é responsável por essa organização ou a experimenta (CLAVAL., 2001, p. 66).

Este autor afirma que "boa parte da nova geografia cultural francesa é consagrada aos problemas territoriais". Alguns autores descobriram "a singularidade de sociedades primitivas ou camponesas nas quais as pessoas são incapazes de construir uma identidade independente de suportes localizados"[106].

> Quaisquer que sejam os bens materiais, pessoas e informações implicadas em uma transação social, um elemento novo surge nessa ocasião: o fato de os parceiros se encontrarem, se falarem e tentarem achar um terreno de entendimento comum os faz existir socialmente. Graças às interações que desenvolvem entre si, os indivíduos se beneficiam de um reconhecimento coletivo e adquirem uma identidade (Ibid, p. 66).

O mesmo autor, em trabalho anterior, aponta que a geografia dos anos sessenta atribuía tudo ao espaço, e que, nos dias de hoje, se fala mais em território[107].

Rogério Haesbaert (2006), no livro "O mito da desterritorialização", apresenta as diversas perspectivas que definem o conceito de território para depois apresentar a ideia de desterritorialização. Ao contrário do que muitos autores discorrem sobre a desterritorialização, ele afirma existir, nesses casos, a multiterritorialidade, que seria a "possibilidade de experimentar vários territórios reconstruindo sempre o nosso". Ele destaca que a desterritorialização, do seu ponto de vista, seria a "territorialização extremamente precária a que estão sujeitos os aglomerados humanos na luta pelo 'território mínimo' do abrigo e do aconchego cotidianos"[108].

Cândido (2001, p. 32) traz a ideia de que, apesar da cultura por si só já representar uma "solução coerente de sociabilidade e equipamento material em relação ao meio", haveria, em cada momento, "certos mínimos abaixo dos quais não se pode falar em equilíbrio. Mínimos vitais de alimentação e abrigo, mínimos sociais de organização para obtê-los e garantir a regularidade das relações humanas". E conclui que "devemos, pois, ter em mira que certas culturas resolvem de maneira mais satisfatória que outras os problemas de ajuste ao meio e às transformações sociais, graças não só ao equipamento material como à organização adequada das relações"[109].

---

[106] Ibid., p. 66.
[107] Id., 1999, p. 7.
[108] Ibid., contracapa.
[109] Ibid., p. 32-33.

As várias concepções de território, segundo Haesbaert, são políticas (principalmente estatais), econômicas, culturais, ou simbólico-culturais e naturais. As perspectivas específicas da presente pesquisa foram a naturalista, a econômica e a cultural.

O território 'natural' é aquele que pode se definir a partir das áreas protegidas. Haesbaert (2006, p. 55) justifica esta existência pela obrigação do homem em reinventar a natureza por meio de concepções ecologistas ou ambientalistas:

> [...] A reclusão a que algumas áreas do planeta foram relegadas, em função de sua condição de áreas 'protegidas', provoca a reprodução de territórios que são uma espécie de clausura ao contrário, já que muitas vezes têm praticamente vedadas a intervenção e a mobilidade humana em seu interior. É claro que, aí, as questões de ordem cultural, política e econômica envolvidas são tão importantes quanto as questões ditas ecológicas.

No caso desta pesquisa, esta ideia é fundamental por tratar-se de unidades de conservação da natureza – áreas destinadas à proteção e conservação dos ecossistemas. Conforme propõe Haesbaert, a posição defendida aqui é crítica quanto a esta delimitação de espaços (que estabelecem territórios), ou seja, quanto ao fato de vetar práticas tradicionais de grupos humanos nativos em seu interior.

A concepção econômica de Haesbaert (2006) é centrada em Godelier (1984), que caracteriza o território como fonte de recursos. Em geral, os antropólogos, como Godelier, remetem suas análises às comunidades ditas tradicionais, "que, economicamente dependem muito mais das condições físicas do seu entorno, ou que fazem uso de referentes espaciais da própria natureza na construção de suas identidades"[110]. O território, para as comunidades tradicionais, pode ser encarado como uma fonte de recursos no sentido de Godelier, que, se entende, não descarta a importância simbólica dos referentes espaciais para a construção identitária, permitindo também a interpretação do conceito de território como abrigo – numa referência a atores hegemonizados.

Haesbaert[111] admite que todo território sugere a ideia de movimento, circulação e flexibilidade, em oposição à fixação, enraizamento e estabilidade que supostamente a noção geográfica propõe. Mesmo Godelier[112], em sua perspectiva materialista, apresenta os "poderes invisíveis" de "reprodução da vida" que as sociedades reivindicam em defesa de seus territórios-recursos e, portanto dele também fazem parte.

Haveria uma "lógica funcional estatal moderna" com territórios fixos e a "lógica identitária pós-moderna", contraditória e flexível, onde o território "reforça sua dimensão

---

[110] Ibid., p.56.
[111] Op. cit.
[112] Op. cit.

enquanto representação, valor simbólico" (HAESBAERT, 2006, p. 71). Fazendo referência a exemplos de comunidades primitivas, o autor diz que os territórios não seriam possuídos, mas sim os grupos teriam relação de identificação com ele.

Pode-se supor que a partir do momento em que um grupo tradicional não mais se identifica com um território, não há razão para permanecer no mesmo. Para Bonnemaison e Cambrèzy[113] (1996 apud HAESBAERT, ibid., p. 73), o território talvez seja o construtor de identidade mais eficaz de todos.

Haesbaert[114] sugere uma perspectiva integradora em que o "território carregaria sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural, em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política".

Sack (1986) define, em síntese, a territorialidade como uma fonte de significado geográfico por meio da qual se experimenta e dota o mundo de sentidos. A territorialidade enquanto componente do território está ligada ao modo como se utiliza a terra, como as pessoas se orientam no espaço e como são estabelecidos significados aos lugares. A territorialidade permanece mesmo quando uma dada forma de território desaparece. É causa, processo, e produto da existência de um território[115].

O conceito de território se justifica para o entendimento do processo de deslocamento, fundamental a este estudo.

3.6. Desterritorialização e reterritorialização

Em poucas palavras, desterritorialização é o movimento pelo qual se "abandona" (nem sempre com mobilidade espacial) o território, e a reterritorialização é o movimento de construção do território.

Diversos são os exemplos apresentados de desterritorialização do "social" por Haesbaert (2006), como o trabalhador desterritorializado de Marx, que possui somente a força de trabalho para vender; ou a própria divisão de terras devido a processos administrativos, fundiários ou residenciais representados pelo Estado, responsável por todas as questões da

---

[113] Bonnemaison, J. e Cambrèzy, L. Le lien territorial: entre frontières et Identitès. Geographies et Cultures (Le Territoire), nº 20. Paris: L'Harmattan. 1996.
[114] Ibid.., p. 74.
[115] HAESBAERT, op. cit.

vida através de seus agenciamentos. Também é exemplo o movimento constante do cotidiano de estar sempre "passando de um território a outro" (HAESBAERT, 2006, p. 138), bem como o do "boia-fria morador de periferias urbanas" que, enquanto habita o espaço urbano, está sob a codificação dos controles do Estado em oposição à vida como trabalhador rural.

Em uma perspectiva cultural, a sociedade seria mais desterritorializadora do que a comunidade, segundo Haesbaert[116] em referência à Tönnies[117] (1961). Na "comunidade" haveria construção afetiva, "natural" ou "original", e indivíduos se manteriam essencialmente unidos apesar dos fatores de separação. Já na "sociedade" haveria construção artificial, racional, e as pessoas se manteriam separadas apesar de todos os fatores unificadores[118]. O próprio autor relativiza esta concepção de Tönnies ao colocar que o território, em seu sentido político e econômico, muito mais representado na figura da sociedade, teria sentido mais territorializante do que a comunidade, feita de laços mentais e espirituais. No entanto, o autor sugere também ter a impressão de que "ao contrário do que muitos afirmam, o caráter simbólico dos laços 'comunitários' era muito mais forte do que o caráter territorial ou de ligações com o espaço material [...]"[119], e em certo sentido nem seria possível distinguir as dimensões materiais e simbólicas.

A desterritorialização, para alguns autores que a definem somente do ponto de vista cultural, pode ser lida como "a desvinculação cultural de espaços específicos e a mescla de identidades ou o hibridismo como norma cultural dominante"[120]. Haesbaert defende a tensão entre desterritorialização e reterritorialização para entender o processo de forma completa dentro das "entradas-saída(s)" da modernidade. Ele se refere à Canclini[121] (1997, p. 288 apud HAESBAERT, ibid., p. 223) quando trata de dois processos: "a perda da relação 'natural' da cultura com os territórios geográficos e sociais e, ao mesmo tempo, certas relocalizações territoriais relativas, parciais, das velhas e novas produções simbólicas".

A desterritorialização pode ser vista também como fragilização do comunitário reforçado pelo individualismo e pela homogeneização. Para Weil (1996, p. 411), "o enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana". Todo ser humano pressupõe uma raiz de participação em uma coletividade da qual façam

---

[116] Ibid.
[117] TÖNNIES, F. Gemeinschaft and gessellschaft. In: Parsons, T. et al. (eds.) **Theories of society**: foundations of modern sociological theory. Vol. I. Nova York: The FreePress of Glencoe. 1961.
[118] HAESBAERT, op. cit.
[119] Ibid., p. 217.
[120] Ibid., p. 221.
[121] CANCLINI, N. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1997.

parte elementos de seu "lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes" (WEIL, 1996, p. 411). A autora ainda afirma que:

> As trocas entre meios muito diferentes não são menos indispensáveis que o enraizamento no ambiente natural. Mas um determinado meio deve receber uma influência exterior, não como uma importação, mas como um estimulante que torne sua própria vida mais intensa. As importações exteriores só devem alimentar depois de serem digeridas[122].

Bosi (2003, p. 181), numa leitura sobre Simone Weil, elucida que "entre os mais fortes motivos desenraizadores está a separação entre a formação pessoal, biográfica mesmo, e a natureza da tarefa, entre a vida no trabalho e a vida familiar, de vizinhança e cidadania". Esta concepção é entendida aqui como um termo semelhante ao geográfico "desterritorialização". Trata-se de uma definição, no caso do "desenraizamento", que traduz o despojamento do homem da terra, de sua própria humanidade[123]. No entanto a própria noção de enraizamento carrega consigo a ideia de que não precisa, necessariamente, de materialidade. Ela pode se vincular à memória, aos entrelaces de apropriação cultural frente às pressões desarticuladoras. Bosi atesta sua tese com o seguinte questionamento: "Como poderia tal tradição desgastada ser o amparo dos que foram despojados do seu único saber?". E responde a si mesma: "Só laços comunitários nascidos a despeito dessas relações, só uma práxis de solidariedade entre espoliados, poderia criar novos valores". E finaliza: "Esses exemplos confirmam a asserção hegeliana de que *é o passado concentrado no presente* que cria a natureza humana"[124]. A verificação destas questões será elucidada nos capítulos seguintes através de trabalho empírico.

3.7. Desterritorialização na mobilidade

Haesbaert (2006, p. 233) ressalta que a imigração e sua relação com a desterritorialização não deve se circunscrever somente à dimensão cultural, pelo fato de ser um "processo multidimensional" e comportar toda a "complexidade da des-re-territorialização das sociedades".

---

[122] Loc. cit.
[123] Ibid., p. 177.
[124] Id., 1987, p. 24, grifos da autora.

É importante enfatizar que se trata aqui da mobilidade material, mobilidade de pessoas. Não se faz referência aqui à mobilidade imaterial, muito discutida atualmente, ligada aos "fenômenos da compressão tempo-espaço" e ao território-rede (HAESBAERT, 2006, p. 236).

A pergunta feita por Haesbaert[125] é fundamental: "até que ponto a mobilidade geográfica pode ser vinculada à desterritorialização?" O autor pede, primeiramente, que se esclareça o tipo de mobilidade a que se está referindo. Aqui, trata-se da mobilidade na figura do migrante, o caiçara que se deslocou.

É necessário, pois, qualificar o que se entende por migrante. Definiu-se aqui a partir da obra de Eunice Durhan, "A caminho da cidade", que investiga a migração rural-urbana do ponto de vista de trabalhadores rurais em deslocamento. A autora enfatiza que as migrações de populações rurais representam uma movimentação no universo social e não devem ser compreendidas como mero deslocamento geográfico: "a migração consiste em abandonar um conjunto de relações pessoais permanentes que passam a ser esporádicas e integrar-se num outro conjunto de relações que eram esporádicas e passam a ser permanentes". Essa movimentação é mais bem definida pela alteração nas relações sociais do que do lugar geográfico de residência. A emigração não implicaria, pois, uma renúncia das relações originárias que estabelecem seu universo, mas sim um "rearranjo" dessas relações (DURHAN, 1973). O grupo se romperia para depois se reorganizar e se reconstituir na sociedade em que se inseriu.

Haesbaert[126] propõe: "Em que sentido, contudo, podemos dizer que as migrações são também processos de desterritorialização?" A reposta vem a contento do que se acredita, e fundamenta a hipótese deste trabalho:

> Se até mesmo o nomadismo [...] constrói um território (no movimento), a migração em sentido estrito, onde a mobilidade é mais um meio do que um fim, uma espécie de intermediação numa vida em busca de certa estabilidade (em sentido amplo), certamente não poderá ser vista simplesmente como um processo de 'desterritorialização'[127].

O autor conclui que "a migração deve ser vista como um processo em diversos níveis de des-reterritorialização"[128], e alerta para a necessidade de se qualificar a migração[129], pois cada condição abarca graus distintos de des-reterritorialização associadas às diversas

---

[125] Ibid., p. 237.
[126] Op. cit., p. 245.
[127] Ibid.
[128] Ibid., p. 246.
[129] Refere-se aqui à desterritorialização de um grupo social expropriado, quando esse processo pode ocasionar uma territorialidade insegura em que a mobilidade por vezes é compulsória; consequência da falta de escolhas na busca pela "sobrevivência física cotidiana" (HAESBAERT, 2001).

"possibilidades que o migrante carrega em relação ao 'controle' do seu espaço, ou seja, à sua reterritorialização – o que inclui também, é claro, todo o tipo de relação que ele continua mantendo com o espaço de partida" (HAESBAERT, 2006, p. 247).

O migrante seria "um somatório das mais diversas condições sociais e identidades étnico-culturais"[130]. A identidade sociocultural referenciada ao território original dependerá da relação com os "espaços específicos, seja para a reprodução de seus ritos, seja como referenciais simbólicos para a 'reinvenção' identitária"[131].

Marcus (1991, p. 204), em seu artigo sobre identidades passadas, presentes e emergentes, questiona os conceitos de comunidade associados a uma localidade específica e a uma identidade determinada:

> As conotações de solidez e homogeneidade relacionadas com a noção de comunidade (seja esta concentrada num local ou dispersa) foram substituídas, nos estudos da modernidade, pela ideia de que a produção localizada de identidade – de uma pessoa, de um grupo, ou até de uma sociedade inteira – não depende apenas e nem principalmente das atividades observáveis concentradas em uma localidade específica, ou em uma diáspora.

Em acordo com o autor, acredita-se aqui que a identidade do caiçara que migrou incorpora elementos de sua localidade de origem bem como a de sua nova paragem. Outra apropriação territorial realiza-se, e as idas e vindas para visitar parentes e amigos se estabelecem como um elo entre os dois lugares. Neste sentido, Marcus[132] sugere atenção às dispersões dos sujeitos na modernidade.

Permite-se pensar em uma pesquisa que capture o processo de dispersão das apropriações e marcas dos sujeitos em locais de natureza diversa. O interesse pela apreensão deste processo talvez se assemelhe àquele dado por Magnani (2007, p. 1) no relatório final de seu trabalho sobre a memória e o cotidiano em Santana do Parnaíba:

> [...] é preciso reconhecer que a vida, aí, continua. As relações entre os atuais atores com esses cenários [cidades históricas] nem sempre são levadas na devida conta pelos órgãos de preservação. Esta omissão pode ser percebida em algumas premissas que orientam a prática preservacionista. A primeira é a suposição de que os critérios com os quais se selecionam e classificam os bens culturais são universais e que são compartilhados de forma homogênea por todos os usuários. A outra é considerar estes últimos como meros obstáculos à preservação já que na maior parte das vezes a relação usuários/órgãos preservacionistas é conflitante, seja no que diz respeito aos critérios de escolha, seja com respeito à intervenção do Estado através do mecanismo do tombamento.

---

[130] Ibid., p. 249.
[131] Ibid., p. 250.
[132] Ibid.

As semelhanças desta citação com o problema da pesquisa se fazem presentes no modo como o Estado opera suas políticas, no caso, ambientais, com relação às percepções dos moradores sobre seu espaço – ou seja, sobre as instituídas unidades de conservação. De acordo com a legislação ambiental em vigor, a primeira suposição, tal como Magnani colocou, se confirma. Os critérios com os quais se selecionam e classificam os bens – no caso, aqui, naturais – seriam universais e compartilhados de forma homogênea por todos os usuários – ou os moradores caiçaras. A outra suposição seria considerá-los como obstáculos à preservação – no nosso caso, ambiental –, já que a relação moradores/Estado é conflitante, seja no que diz respeito aos critérios de escolha, seja com respeito à intervenção do Estado através do mecanismo de implantação de áreas naturais protegidas. Assim, como fica a vida dos moradores que migraram destas áreas? As representações sobre este conflito são uniformes e compartilhadas entre os moradores que migraram?

Com caráter qualitativo, propôs-se aqui analisar as diferentes visões acerca de uma mesma problemática sócio-territorial em uma relação de colaboração entre os atores, sujeitos desta construção. Interessou, pois, uma história que não está presente nos documentos formais, uma história que está presente na experimentação de quem viveu e sofreu as consequências de todo o processo de deslocamento do seu território de origem – no caso, os moradores e ex-moradores da Reserva Ecológica da Juatinga. Os processos orais de memória são apreendidos e interpretados por ambas as partes: pesquisador-observador e observado. Em se tratando de uma minoria social caracterizada pela tradição oral, torna-se fundamental a leitura deste processo de deslocamento.

Marcus (1991, p. 206) coloca que "as representações coletivas são, portanto, filtradas de modo mais eficaz através de representações pessoais". Esse processo, segundo o autor, deriva "não de tradições enraizadas ou da vida comunitária, mas da sua emergência no seio de outras associações que se processam na memória coletiva e na individual"[133]. Mais uma vez, a noção de processo é enfatizada em detrimento da noção cristalizada de comunidade ou, ainda, de identidade. Este é o grande ponto a que se pretendeu chegar com a pesquisa.

---

[133] Ibid.

4. Resultados da pesquisa de campo

4.1. Apresentação

Os resultados obtidos com os trabalhos de campo resumem-se a dados qualitativos. Estes provêm de entrevistas semi-estruturadas aplicadas aos moradores identificados como sendo de origem da Praia Grande da Cajaíba, hoje residentes em diferentes localidades de Paraty: Ilha das Cobras, Mangueira, Barra Grande e Currupira, este último no Saco do Mamanguá.

A unidade de registro corresponde ao segmento a ser considerado como unidade de base. Foi definido, aqui, o "tema" como unidade de registro, e, assim, procedeu-se à seleção de eixos temáticos para estruturar as entrevistas, conforme Bardin (1994, p. 105):

> *O tema*: O texto pode ser recortado em ideias constituintes, em enunciados e em proposições portadores de significações isoláveis. Fazer uma análise temática consiste em descobrir os "núcleos de sentido" que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido (grifos do autor).

Os quatro temas são: i) o passado na costeira: lembranças, atividades que realizava; ligação com a cidade de Paraty, relação familiar e/ou com os vizinhos; ii) deslocamento do lugar de origem, fatores externos ou internos de mudança, decisões; iii) adaptação, permanências: sentimentos, pertencimento, isolamento, mudança; e iv) o futuro: o que pensa sobre sua vida dali para frente.

Os dados recolhidos através das entrevistas podem ser definidos como falas abertas, advindas daquilo que se elaborou sobre a lembrança de seu passado, o desencadeamento de mudanças na Praia Grande, o momento vivido durante a saída, o estabelecimento em um novo local de moradia, a realidade da situação de vida atual, e o pensamento sobre o futuro.

Diferentemente de quando uma população habita um local em forma de aldeia ou estabelece uma comunidade, estar na casa das pessoas na cidade não é empreitada muito simples. Em geral, os moradores vivem com toda a família na mesma casa e em poucos cômodos, e receber alguém "de fora" a fim de realizar uma observação participante, em nossa avaliação, não seria bem aceito. Portanto, procedeu-se a uma investigação com menos detalhamento, porém não menos valiosa.

Conforme já exposto por Eunice Durhan (1973), os migrantes rurais não dão origem a comunidades fechadas na cidade. O conjunto de significados inter-relacionados é rompido e permanecem os elementos mais característicos e fundantes da cultura, no caso, a família, o parentesco e o compadrio. Orientados por esses elementos, os migrantes vão reelaborando os novos valores apropriados.

O fato de não haver um cadastro do local de destino destes moradores nos órgãos ambientais competentes, nas associações de bairro, ou na Prefeitura Municipal, estabeleceu uma dificuldade de coleta de informações, o que se impôs à pesquisa como uma barreira a ser ultrapassada por meio de contatos e informações interpessoais. Os habitantes, em sua maioria, não possuem telefone nem outros meios de contato. Para qualquer tipo de agendamento ou inquérito de pesquisa, a presença física na cidade era fundamental.

4.2. Descrição das entrevistas

4.2.1. Moradores de Ilha das Cobras e Mangueira

As localidades de Mangueira e Ilha das Cobras constituem-se em bairros urbanos periféricos de Paraty. Conformando bairros vizinhos, não se distinguem os limites físicos de um e de outro, e apresentam características, origens e formas de ocupação muito semelhantes às da beira do Rio Mateus Nunes (Figuras 10 e 11).

Figura 10 – Bairro da Mangueira.

Foto: Marina Mendonça, 2007.

Figura 11 – Bairro de Ilha das Cobras.

Foto: Marina Mendonça, 2010.

A cidade caracteriza-se por ser uma área de destino clássica dos migrantes rurais e, portanto, as formas de adaptação e permanência interessaram pela riqueza de possibilidades de sua apropriação, no caso de caiçaras migrantes. Esses bairros comportam a maioria dos migrantes da Praia Grande da Cajaíba e da costeira em geral. O contraponto entre duas famílias que exercem atividades distintas ressaltou a importância da escolha dos entrevistados.

Na Ilha das Cobras, foram escolhidos o chefe e a esposa de uma família de pescadores e um senhor idoso, considerado uma figura de respeito no local de origem. Na Mangueira, os escolhidos foram o chefe e a esposa de uma família de sete integrantes que não mais pratica, aparentemente, nenhuma atividade tradicionalmente caiçara.

Morador idoso da Ilha das Cobras

Eliziário Manoel Rodrigues, ao falar sobre suas reminiscências, afirmou que, no passado, a Praia Grande da Cajaíba era densamente povoada. Declarou que vivia uma época melhor, pois tinha roça, terreno e “tudo era a seu favor”.

Destacou a existência das festas populares como a ciranda e a Folia de Reis, e diz que assim conseguia ganhar algum dinheiro nesse período, vendendo artesanato. Devido à precariedade dos transportes, longas distâncias eram percorridas a pé. Utilizava canoa a remo para ir a Paraty.

O velho Liziário, como é chamado pelos amigos e parentes, obtinha sua sobrevivência a partir do extrativismo, fabricando tapitis, balaios e esteiras para vender. Também sobrevivia ora da venda de cocos, ora da pesca. No passado, inclusive, pescou "muito tempo para fora também". Destacou que havia tempo para descanso e não lhe faltava nada. Havia ainda o cultivo de laranja, fruta, pão, batata, banana, mandioca, que garantiam sua subsistência. Não havia tanta dependência de produtos industrializados. Os moradores da Praia Grande da Cajaíba iam à cidade comprar açúcar, mas quando este acabava utilizavam o caldo da cana para adoçar o café. O uso dos recursos naturais extraídos da terra foi colocado em relevo pelo senhor.

Com relação ao trabalho, havia solidariedade, como atestam suas palavras: "nós ajudava tudo uns aos outro".

Eliziário relembrou como se deu o processo de mudança de sua praia de origem para a cidade de Paraty. Ele afirma que houve um esvaziamento motivado por pressões econômicas praticadas por um grande proprietário de terras. Este, muitas vezes, além do poder econômico, utilizava da força bruta para amedrontar e influenciar a população local na decisão de saída da Cajaíba. Os moradores, por vezes, aceitavam deixar a localidade por um preço muito aquém do valor de mercado de suas casas.

Seu egresso foi há seis anos. Quando perguntado sobre as motivações de sua saída, diz que o fez porque "todos estavam indo embora". Assim, também resolveu vender sua posse. Com toda a sua família e juntando todas as posses (dos filhos), recebeu 70 mil reais para ir morar na cidade.

Hoje em dia, o dinheiro lhe falta: "com o salário que a gente ganha não dá pra fornecer a família tudo". Ele constatou a necessidade do dinheiro inclusive para as necessidades básicas, incluindo alimentação e locomoção.

O senhor lamentou não poder exercer as atividades manuais anteriores, por não encontrar os materiais necessários à prática. Ao comparar os hábitos atuais com os anteriores, disse que é "tudo a mesma coisa", mas conclui que até para comer é preciso pagar.

Apenas uma única vez retornou à Praia Grande da Cajaíba, com a falecida esposa, e prefere não voltar para não sentir saudade. Apenas retornaria à sua residência caso os demais familiares pudessem ir junto, mas isto lhe parece um sonho distante. Alguns filhos estão à procura de emprego, outros trabalham informalmente como pedreiros e caseiros. Na cidade, cada um é para si – afirmou o senhor.

Eliziário concluiu que não pensa mais em nada, hoje em dia. Já não pode trabalhar, e só pensa em "passar o resto da vida até Deus querer". A casa na cidade ficará para os filhos, se algum dia ele faltar.

Família que vive da pesca na Ilha das Cobras

Domingas e Norvino, seu marido, moram com mais quatro filhos, noras e netos em três casas de um mesmo terreno no bairro de Ilha das Cobras, Paraty.

Dona Domingas, ao relatar sobre o passado, disse que "foi nascida e criada lá" na Praia Grande da Cajaíba. Ela contou que teve todos os filhos com parteira ali mesmo, pois não havia condições de enfrentar o mar para ir à cidade. Gostava muito do lugar, mas ressaltou que não havia condução por terra e tudo era muito longe. As idas à Paraty tinham como objetivo a venda de peixes e as compras no mercado, além de um passeio com os filhos pela cidade.

A senhora relatou que trabalhava na roça e o marido se dedicava à pesca de cerco. Ele largava o cerco lá fora, pegava o peixe e trazia para casa. Os trabalhos domésticos eram parte de sua tarefa diária e assim era sua vida. Lembrou-se de que gostava das festas dos santos e para ela os moradores lá "era tudo legal" e, assim, em "dias de ano, natal, carnaval, todo mundo se ajuntava".

Ela relembrou o tempo em que os turistas acampavam "lá no nosso lugar tudo" e não havia confusão. Depois que o dono do terreno morreu e seu neto assumiu o posto, as coisas começaram a mudar. A partir deste episódio, não se permitia "montar mais barraqueiro lá". Também não era mais possível vender aos turistas, e até mesmo força policial era acionada para intimidar os moradores. Aos poucos, a população foi desgostando do lugar, como comprova o trecho: "A gente não podia fazer nada, não podia...". A palavra de ordem era proibir as práticas caiçaras, incluindo aquelas associadas ao lazer como, por exemplo, jogar bola.

Todos estes fatores associados ao fato de que os filhos não podiam estudar, pois a escola era longe e precária, influenciaram a decisão de saída de Domingas. Em sua fala, ela pontuou que "ele não tocou ninguém", se referindo ao proprietário e, por conseguinte, todos saíram por vontade própria. Acrescentou ainda que não havia outros meios de sobrevivência além da pesca, e assim a vida estava difícil.

Já na cidade, definiu que "a vida é essa mesma a que a gente leva", e disse que não tem do que se queixar. Destacou os pontos positivos da mudança, como a proximidade ao

atendimento médico, a escola para os filhos e a obtenção de utensílios domésticos, como a geladeira, onde se pode guardar alimentos frescos. Ela classificou o modo de preparo da comida como semelhante ao da vida na costeira, assim como o jeito se vestir.

Domingas trabalha em casa, cuida de crianças para a vizinha e, em épocas de final de ano e carnaval, retorna à Praia Grande para auxiliar os parentes que lá ficaram encarregados do serviço aos turistas.

Com relação à solidariedade entre os moradores da cidade atestou: "são tudo estranho. É pouca amizade". No entanto, acha que para a terra natal não voltaria mais, pois teria que começar toda uma vida novamente e isso seria muito custoso. Ela refletiu que sob certas condições como, por exemplo, a permissão para voltar a oferecer o serviço de camping, que garantiria o sustento e a construção de uma boa casa, voltaria para lá. Do contrário, não. Ela finalizou seu pensamento admitindo que não sonha mais nada para si. Quer apenas um bom futuro para os filhos, como atesta a passagem: "Quero que ele estude bem, é... Seja alguém na vida dele né? E cresça. Pra mim não penso mais em nada não".

O senhor Norvino dos Santos também foi "nascido e criado lá", na Praia Grande da Cajaíba. Ao relembrar o passado, orgulha-se de ser herdeiro de seu bisavô, que era dono de cinquenta braços de terra na frente do mar. No entanto, lamentou o fato de não possuir escritura do antigo terreno.

Segundo ele, havia muita festa no lugar, com a presença de toques de viola e danças. A Bandeira do Divino Espírito Santo levava mais de quatro dias ali, e a praia vivia cheia de gente. Era um tempo bom em que "todo mundo ajudava um ao outro". Era uma época em que se "dividia", como comprova o trecho:

- "O cara vai fazer uma plantação: ô seu fulano o senhor vai fazer uma plantação? Vou. Ah, amanhã vou lá cavoucar um pouco de terra. O outro dizia: ah, também vou lá te dar uma mão. O outro: eu vou te dar uma mão. Pra fazer um pitirão e fazer, tá entendendo? O negócio era esse aí. Todo mundo ajudava. Puxava o barco pra encalhar na praia, pintar o barco, ajudava todo mundo, todo mundo lá pra cima. Ia lá, um ajuda o outro, a gente ia lá dar uma mão. Era um pro outro, tá entendendo? E, já era bão o lugar".

As atividades do chefe de família eram de pesca ou de cerco, com as quais ele obtinha o peixe para venda na cidade. Ele contou que remendava a rede e assistia ao jogo de futebol na televisão. Acampava barraqueiros e, com isso, garantia um sustento a mais. Havia roça com plantação de banana, cana, mandioca pra fazer farinha e biju, e havia batata pra comer. Todos os alimentos eram retirados da terra a qualquer hora e não era necessário comprar. A família criava porcos e galinhas. Não se pagava imposto de nenhuma espécie.

Não havia energia elétrica. As fontes utilizadas eram placa solar e gerador: “Que as mulher gosta de uma televisão pra ver novela”. Quanto aos homens, se justifica: “A gente não tem tempo pra ver porque a gente passa a noite no mar, tá compreendendo? Às vezes não volta nem pra casa. Passa a noite no mar, só vai no outro dia. Agora a mulherada não pode deixar”.

Assim como sua esposa, ele constatou que, após a morte do velho proprietário, a dinâmica do lugar mudou muito. As atividades tradicionais não eram mais permitidas. Norvino ressaltou, com emoção, que a praia é da Marinha e não tem dono, ao lembrar os conflitos com o novo herdeiro proprietário:

- “A praia não é de ninguém não! Não é lá de São Paulo, não é de Minas que vocês vêm morar aqui e vêm dizer que a praia é de vocês! A praia é da Marinha! E tô com cinquenta e seis anos de pesca, trabalhei no Rio quatro anos, trabalhei em Cabo Frio três anos, trabalhei em Santos mais dois anos. E de lá fui pra Rio Grande, trabalhei seis meses no Rio Grande. Conheço o mar inteiro! Conheço o mar de ponta a ponta! A vida inteira pescando! A praia é do pescador, pescador não tem ordem de morar na praia, por que que não tem? E vai pagar imposto? Não pode pagar imposto, ele é pescador. Ele tem a carteira, ele tem a habilitação. Ele tem tudo. Por que que ele vai pagar? Não pode pagar nada”.

Sobre a migração, Norvino destacou que os moradores foram saindo aos poucos: alguns familiares, o senhor mais velho da comunidade, até restar ali somente um irmão. Os moradores que chegavam à cidade diziam que era uma opção boa, mas ele desconfiava. Até que um dia, por causa da insistência da esposa, resolveu sair também. Ele definiu: “saímos mesmo porque nós quisemos. Não, ameaça não ameaçou ninguém”. Em seguida, não por acaso, relembrou o episódio em que foi ameaçado com arma de fogo por um dos caseiros do proprietário que não permitia o jogo de futebol dos moradores. Ele concluiu com raiva: “não tenho medo de morrer!”.

Na cidade há quatro anos, usa as mesmas roupas e tem o mesmo jeito, mas estranhou muito, pois não é igual à roça: “tem que trancar a porta de casa”. Diz que há muita gente usando drogas na rua, e que a polícia está sempre rondando. Mesmo assim há ajuda mútua e quando alguém precisa sempre ajuda, um vai à casa do outro, e justifica: “A gente é pescador, né?”

Com relação aos filhos, contou que um trabalha em obra como pintor, o outro trabalha na pesca, um trabalha na peixaria e o mais novo está estudando: “se tá aqui tem que aprender né? Leitura é boa”.

Disse que a situação é favorável para quem tem seu barco de pesca. Ele trabalhou em peixaria um ano e foi melhorando de vida. A sua grande conquista foi o aperfeiçoamento do barco (Figura 12). Contou que, quando o dinheiro falta, "sai no mar, pega um camarão, vende e já sai com um dinheirinho".

Figura 12 – Barco de pesca do Senhor Norvino no cais da Ilha das Cobras.

Foto: Marina Mendonça, 2008.

É preciso ter dinheiro para pagar as contas, pois se paga luz e imposto do terreno, que pertence à Prefeitura. No novo lugar, se diz dono: "Aquilo ali é meu. Por enquanto é de boca, não, não dei papel nenhum ainda pra eles ainda. Tudo é meu. Pagamos imposto da casa direitinho". Há três casas dos filhos no mesmo terreno. Há também um "barraco de fazer almoço".

Norvino, pensando alto, disse que "se achasse um lugar mais suficiente igual a Praia Grande" se mudaria para lá, mas concluiu que se a juíza de Paraty decretasse que todos pudessem voltar ao lugar onde nasceu, "ia morar lá tranquilo porque aí eu não ia morar no canto do Cristiano. Ia morar na posse do meu pai que ele não pagou. Porque ele me roubou eu, o meu irmão e o outro irmão, né? Então ele só me pagou a benfeitoria que eu fiz quando eu tinha família".

Para satisfazer a saudade, ele aparece na Praia Grande de vez em quando. Norvino demonstrou pesar ao falar de sua saída, não concorda com o ocorrido e, se pudesse, responde quase em silêncio: "mudaria muita coisa", pois nenhum lugar é igual à Cajaíba, pois "nas horas que a gente volta do mar, fica em casa assistindo uma televisão, pra passar o tempo, passar o tempo. E lá não".

Com relação ao futuro, Norvino sonha em poder trabalhar, comer, brincar, passear e também "divertir a vida porque a nossa vida é trabalhar e divertir, né?". E, para os filhos, deseja o estudo e a leitura: "Não deixar de estudar, tá compreendendo? Ele estudando pra ele, então, quer dizer que ele não vai trabalhar igual o pai tá trabalhando".

Família moradora da Mangueira

Hélio dos Santos também foi "nascido e criado na Praia Grande". No relato de seu passado, contou que trabalhou em uma fábrica japonesa de enlatados de sardinha na Ilha Grande, e também trabalhou durante muito tempo embarcado para pesqueiros de Santos. Ele contou que percorreu toda a costa do Rio Grande (do Sul) a Macaé (norte do Rio de Janeiro). Somente parou de exercer esta atividade quando teve o terceiro filho e a pesca já estava diminuindo, as passagens para Santos eram caras e a esposa não podia mais visitá-lo.

Senhor Dedé, como é apelidado, é casado com Benedita dos Santos. Juntos, têm cinco filhos e três netos. Sobre a criação dos filhos, o senhor admitiu: "Foi muito bom criar eles lá". No entanto, pondera que era bom em parte, "porque se der um tempo bravo lá você não sai. Só se tiver uma lancha e ainda assim é perigoso".

Dona Benedita ou, simplesmente, Bidica, nasceu na Itaóca – localidade costeira ao lado da Praia Grande. A migração para a praia vizinha ocorreu somente após o "casamento". Casamento é uma palavra curiosa no caso de Bidica e Dedé. Em meio a risadas envergonhadas com as lembranças, ela relatou que, naquela época, era comum o casal começar a namorar escondido e fugir de casa para morar junto, por temer a reação dos pais. Somente após quatro anos, assumiram para a família o romance e efetivamente se tornaram marido e mulher. Ela declarou: "Acontecia, quase todo mundo. Difícil alguém casar no início. Primeiro vai embora depois é que casa".

Na Praia Grande, suas atividades eram de criação de galinhas, trabalho na roça, fabrico de farinha, pesca de barco e canoa de cerco. Dona Bidica confessou: "Eu ia por necessidade, gostar de pescar eu não gostava não". O peixe capturado e os produtos da roça eram para consumo próprio e também vendidos em Paraty. Ambos realizavam trabalhos domésticos e Bidica adquiriu o hábito da costura, que admite ter aprendido sozinha: "Eu costurava pra todo mundo lá", atestou a solidariedade da senhora que não media esforços para vestir a criançada e arrecadar fundos para as festividades infantis com roupas feitas por ela mesma. Em retribuição, ela contou: "Aí passava um dia vinha um com uma galinha, me dava, vinha outro

com uma penca de banana me dava, laranja, ovos, era assim...” Os moradores diziam que ela era como uma “mãezona” da comunidade.

As idas a Paraty, segundo Benedita, tinham como objetivo o tratamento médico e odontológico e compras de materiais necessários, pelo menos uma vez por mês. Benedita admitiu a existência de muita a solidariedade entre os moradores: “Se a gente não ia pescar, já tinha outro, a gente ia lá e a gente pegava o peixe”. Já Dedé foi enfático ao afirmar: “nunca compremo nada, tudo nós tinha, vendia, comia”.

Com relação às festas populares, Bidica não fez nenhum comentário, mas Dedé foi taxativo: “Não gosto de festa!” justificando ser evangélico.

Da parte de Dedé, a decisão de saída foi pela necessidade de um “lugar para morar”. A mulher não queria. Segundo ele: “Nós não era dono da terra, era inquilino da terra e os outros donos foram vendendo pra esse homem. [...] O meu pai não tinha terra. Depois que meu pai morreu é que apareceram umas pessoas que diziam ser donos e foram comprando. [...] Era muita gente e depois foi diminuindo, o pessoal foi saindo”. Ele afirma que “não podia mais plantar nem derrubar, porque virou reserva. Mudou muito. Não deixavam mais plantar”. Os filhos já eram grandes e um já morava fora da Praia Grande, porém ainda na costeira.

Benedita fez uma análise mais profunda das mudanças que ocorreram na comunidade como, por exemplo, a chegada do turismo. As mudanças sentidas são referentes à entrada do dinheiro na localidade: “Quando começa o dinheiro entrar e a pessoa não sabe controlar aí começa aquela ambição que o dinheiro é tudo aí começa a botar tudo a perder”. As atividades também se transformaram em venda de produtos específicos aos turistas, como coco, pastel, bolo e refeições. Havia também muita bebida. Quanto a este ponto, atestou que “Isso já é uma coisa muito antiga dos morador”. Este problema havia se resolvido, em parte segundo ela, com a entrada da Igreja Evangélica, exceto em época de feriados.

Outro tema destacado por ela foi a implantação da Reserva Ecológica da Juatinga. Benedita declara que “as pessoas já não podiam muito mexer, trabalhar, aí uns que não gostavam de trabalhar também na roça já foi pegando esse lado: Ah, não vai trabalhar porque não pode mexer... Mas eu não, eu sempre trabalhei. Sempre trabalhei na roça”.

Ao enfatizar mais uma das causas da mudança, ela apontou a presença do proprietário de terras da localidade. Ela confessou que houve época em que foi necessário enfrentar polícia armada. Aguerrida, Bidica admitiu que “chegou até a botar polícia para fora de lá”. Ela relatou inúmeros casos vivenciados para fugir de mandados de despejo indevidos. Em um destes episódios, foi preciso que a família se escondesse no meio do mato para não assinar o

documento. Sem água e sem comida, mãe e filha passaram um dia inteiro às escondidas até que a situação fosse resolvida no Fórum de Paraty.

Havia, ainda, a dificuldade de lidar com os moradores dentro da própria comunidade, pois "Tinha morador que era contra e tinha aqueles que puxavam pro lado do Gibrail e tinha os caseiros que moravam lá que a gente não podia deixar escapar nada".

Por acaso, Dedé e Bidica descobriram contratos de comodato assinados sem nenhum conhecimento, no nome do chefe de família em acordo com o proprietário de terras. Bidica relatou o que o marido lhe confessou:

- "Muitos anos atrás, um dia eu encontrando com Gibrail em Paraty e ele pediu pra eu assinar um documento pra comprovar que eu morava aqui na terra dele. Aqui na Praia Grande e eu assinei. Mas tinha testemunha? Não, não tinha testemunha! Era eu sozinho e ele. E tinha o nome das duas testemunhas e tudo. Aí depois foi descoberto que todo mundo tinha esse documento".

Benedita, que já entendia um pouco do assunto, refletiu:

- "As terras pertenciam a minha família já nem pertencia a eles por direito. Minha avó, minha bisavó moravam lá. Só que o ruim deles é que antigamente eles davam as coisas e não assinavam documento, né. Que se eles assinassem um pedaço de papel lá, eles tinham como valer aquela, mas eles nunca assinaram. Então só dava assim de boca: ah você vai morar ali na minha terra e pronto. Tinha confiança, né. E não assinavam nenhum outro documento. E também não tinha ninguém que orientava".

Bidica contou que foi entendendo tudo isso aos poucos, com a chegada do turismo. Havia turistas advogados frequentadores da praia que lhe explicavam a questão fundiária, e assim ela foi aprendendo.

A "briga pela terra" na Praia Grande iniciou-se, em grande parte, em função da determinação dela e de sua família em não ceder às pressões. Ela confessou que não saiu por causa deste motivo, mas em virtude de brigas internas entre os próprios moradores, conforme o trecho confirma:

- "Na minha verdade a minha saída de lá nem foi por causa da briga da terra. Porque se fosse pela briga da terra, eu guentava até o final. O ganhar ou perder". [A saída foi] "Mais por causa das pessoas..."

Ela contou que a comunidade já estava muito dividida, pois havia os que trabalhavam para o proprietário e, supostamente, recebiam dinheiro para denunciar irregularidades ambientais de outros moradores.

Para a saída definitiva, foi necessário reunir toda a família em comum acordo. Ela conta que sentaram todos à mesa e discutiram o assunto até chegarem a um consenso. A meta de vida era baseada no seguinte princípio:

- "Se a gente luta aqui pra sobreviver, trabalha na roça, trabalha com pesca, faz de tudo pra se manter. Lá vai ser a mesma coisa. Vai ser a mesma coisa, a gente não vai pra cidade pra ficar de braços cruzados. A gente tem que ir à luta".

A garra e a vontade de melhorar de vida eram os ideais de Benedita. Um recado foi dado aos demais moradores que permaneceram: "eu vou sair, mas atrás de mim eu não quero que ninguém venha". No entanto, o efeito foi inverso. Logo após a sua saída, muitos moradores também o fizeram, inclusive o senhor conhecido como o habitante mais velho da localidade, que nunca se pensou que partiria. Ela tem a certeza de que cada um saiu porque quis. Alguns nem mesmo tinham contrato de comodato e poderiam, segundo ela, garantir a posse na justiça, pois "Tinha como garantir... e hoje pelas leis né. Ninguém tem direito de tirar o caiçara do lugar que tá".

O objetivo do marido era morar em Santos, no entanto, após refletirem juntos, chegaram à conclusão de que é uma "cidade longe": "Lá é uma cidade grande, a gente não conhece nada", e a família ficaria muito distante de Paraty, onde os outros parentes moram.

Na cidade, Bidica confessou que, no início, foi difícil, e que se assustou muito com o barulho e o movimento, coisas inexistentes na Praia Grande. Ela admitiu, hoje, já ter se acostumado e não pensar mais em voltar, pois "lá eu vou ter que começar lá tudo do zero". Refletiu que não entende como os moradores residentes conseguem permanecer numa praia tão solitária como é hoje. Já Dedé foi sucinto e afirmou:

- "Nós cheguemos e graças a Deus não encontremo nada difícil. A gente tem que ter coragem pra enfrentar, se a pessoa tem apetite de trabalho, qualquer lugar tem jeito. Agora depois de tantos anos, quando já enfrentei muita tempestade, não tenho medo de nada". A vida para ele é do "mesmo jeito" e não sente saudades: "a gente já tá colocado direitinho". A única diferença é que se quiser comer tem que comprar. Para o futuro: "só Deus mesmo" – professa o evangélico fervoroso.

Nos dias de hoje, Benedita reflete que, caso não tivesse ocorrido o aborrecimento com outros moradores, talvez ainda estivesse morando na Praia Grande. Após seis anos de residência na cidade, analisa o passado e reflete que estaria "trabalhando na roça, numa vida mais cansativa. Hoje em dia como eu tive câncer de pele, o médico proibiu de pegar sol, não podia mais trabalhar muito no sol".

Suas atividades na cidade são variadas, conforme a demanda de trabalho. Já trabalhou em pousada, em peixaria, limpou camarão, depois trabalhou como merendeira numa escola. Organiza trabalhos comunitários e frequenta cultos evangélicos. E o trabalho de costura é atividade que mais lhe agrada e lhe dá prazer. Todos os antigos moradores da Praia Grande levam trabalhos de costura para ela, o que faz com gosto, e pelo qual quase nunca cobra nada.

Com relação aos filhos do casal, dois dos homens trabalham com carpintaria de barco. Segundo a mãe: "o trabalho das crianças é esse que eles queriam, eles sempre lá trabalhavam com carpintaria assim essas coisas, fazia cadeira de bambu, tudo. Então esse era o trabalho que basicamente eles começaram a aprender desde pequenos. Pescar eles não queriam pescar mais". A filha de vinte anos já estava morando na cidade há um ano, pois não queria parar os estudos. Quer ser professora e não mede esforços para isso. É a melhor aluna do colégio. Os livros estão sempre embaixo do braço e é muito elogiada por todos os professores. Para seu sustento, trabalha em loja de roupas durante o dia. Outra filha, de vinte e seis anos, é dona de casa e tem três filhos. E o outro filho desde pequeno mora no Saco do Mamanguá e, também desde criança, trabalha com pesca.

Dedé é aposentado e é "crente graças a Deus e não quero saber de confusão com ninguém". Sobre a vida na cidade, matutou: "eu não vou dizer que não sou caiçara, pois eu sou, nasci na beira do mar e criado também. É o pessoal de Paraty e quem mora em Paraty é caiçara. Porque toda esta costa do mar a bem dizer é tudo caiçara. Quem mora perto de praia é caiçara".

Bidica também se sente caiçara:

- "Quando eu vou lá pro sítio lá na Itaóca, quando eu vou limpar a casa lá do patrão do André, é gostoso. Quando eu estou lá eu não tenho vontade de ir embora da Praia da Itaóca. Que na verdade, a Praia foi o lugar que eu nasci. A praia é um pedacinho de mim, meu umbigo foi enterrado lá. Mas depois que eu to aqui já eu não sinto aquela vontade de ir pra lá". E concluiu: "Na verdade nesses cinco anos eu já comecei a me enraizar".

4.2.2. Moradores do sertão da Barra Grande

Barra Grande é um bairro situado a alguns poucos quilômetros do centro de Paraty, na BR-101, no sentido para Angra dos Reis. A descrição regional – sertão – utilizada para caracterizar o lugar é justificada da seguinte forma: "O território do sertão era local de

trabalho e nunca da moradia ou do comércio. Era aonde alguns membros da família iam diretamente cuidar da lavoura, cortar algum pau, recolher lenha ou caçar" (NOFFS, s/data). Aparece também como contraposição à praia. Esta região, próxima à Serra do Mar, caracteriza-se por áreas de alta declividade.

A escolha desta localidade para a análise deveu-se por representar uma área que mescla aspectos rurais e urbanos. O interesse nesta escolha surgiu da possibilidade de verificação, em se tratando de uma área que permite a prática de atividades tradicionais caiçaras, da existência ou ausência destas. Uma família foi escolhida, e seu chefe de família e a esposa foram entrevistados.

A localidade apresenta uma porção de terras que permite a prática de roçado e criações de animais. A praia não fica longe e, assim, é possível a pesca de canoa. Além destes aspectos, apresenta a facilidade de estar próxima à rodovia e, portanto, é servida por transportes. Desta forma, o mercado, o posto médico e outros serviços são acessíveis aos moradores, na medida de sua necessidade e disponibilidade monetária.

A família

O Senhor Luis foi "nascido e criado na Praia Grande", assim como Dona Juvenir, sua esposa, que diz: "Nasci e me criei lá".

Ao relembrar de onde nasceu, Luis Santos, hoje morador de um sítio no sertão da Barra Grande, contou que era um lugar de muitas famílias, bom de morar e de trabalhar. Para ganhar dinheiro, porém, não era o lugar certo. Ali não se encontravam recursos, não havia transporte, pois o bairro era muito distante da cidade. Com o tempo, o pessoal mais velho foi morrendo e aquele "foi ficando um lugar mais fracassado".

Desde os oito anos de idade, Luis é pescador: "fui criado na pesca mesmo". Pescou muito "pra fora", embarcado - como se diz localmente – e, quando parou, depois que casou, pescava de canoa com a esposa.

Juvenir, aos seus sessenta e cinco anos, lembrou que quando tinha saúde "era tudo bão". Trabalhava na roça no sertão, na "mata virge", onde havia "terra forte". Neste espaço, plantava cará, batata, banana, pepino, tomate, cebola, maxixe; e arrancava, carregava, forneava, mexia e cevava a mandioca e fazia a farinha. Também pescava de canoa, pescava de linha na costeira, pulava das pedras, mariscava e tinha água fresca da cachoeira em abundância. Exercia, também, trabalhos domésticos: cuidava dos filhos e das tarefas de casa.

Juntos, os dois criavam galinhas e porcos. Luis fazia remo para canoa e Juvenir confeccionava esteiras de palha. Estes produtos, assim como o excedente da roça e das criações, também eram comercializados no Pouso da Cajaíba, localidade próxima à Praia Grande, e em Paraty. O casal[134] lembrou-se de festas populares como a do Divino Espírito Santo, de São Roque e São João. Uma vez por mês, eles iam de canoa a remo à Paraty comprar "coisas miúdas".

Com relação à solidariedade entre os moradores, nesta época "cada um fazia para si", mas a puxada de rede de pesca, por exemplo, era sempre um trabalho coletivo. Luis explicou alegremente: "leva a rede e ia lançar lá fora. Aí ficava um cabo aqui em terra. Aí quem chegava ia puxando inté a rede chegar na praia pra matar o peixe". Sobre este tema, Juvenir sintetizou que os moradores se davam bem, pois havia muitos parentes.

Questionados sobre fatores que, supostamente, levaram a mudanças na comunidade, os dois alegaram que nada os afetou, pois nem mesmo viam os turistas[135]. Após um momento de reflexão, Luis declarou que a implantação da Reserva trouxe mudanças significativas como, por exemplo, a proibição da roça e da retirada de pau para canoa. Juvenir confessou que a morte dos velhos da comunidade acabou com as festas do lugar.

A motivação para a saída da Praia Grande é unânime entre os dois. Ambos garantem que "o lugar não tinha recurso" e que a distância para obter atendimento médico dificultava a vida, já que era necessário passar longas horas remando em uma canoa para chegar à cidade. Juvenir já tinha diabetes à época e necessitava de consultas frequentes. O fato de os filhos já não morarem mais na localidade foi mais um fator decisivo no deslocamento do casal para um novo sítio. Como havia a possibilidade real de venda da posse à família Tannus Nottari, que lá se instalou há mais de 30 anos, se aventou a decisão de saída.

Senhor Luis conta que trabalhou como caseiro para a família de proprietários e que mantinham boas relações: "o homem nunca mandou ninguém sair, nunca ameaçou. As pessoas saíram porque quiseram!". Quando decidiu vender a casa, procurou a família Tannus, a qual prontamente se comprometeu a procurar outra morada para ele, sua esposa e filho.

Assim, há cinco anos, deixaram a praia. A escolha do local de destino na área rural deveu-se ao gosto de Luis – que declarou na entrevista: "eu gosto de roça" – e à decisão de Juvenir, que calculou gastos maiores na cidade. O sertão da Barra Grande foi o local escolhido. Senhor Luis sempre teve em mente que, ao sair da Praia Grande da Cajaíba, iria

---

[134] As entrevistas foram realizadas separadamente. No entanto, nota-se uma memória comum.
[135] O casal morava no sertão e não havia *camping* em sua área.

para um terreno em que pudesse ter sua roça e uma vida semelhante à que levava na costeira, podendo criar suas próprias condições de sobrevivência. A cidade não lhe atraía. Sua casa foi vendida por uma quantia de sete mil reais e, assim, ele escolheu o terreno no sertão da Barra Grande, "lugar tranquilo" onde poderia plantar e criar animais, beber água da fonte, ter sua casa de farinha e, ao mesmo tempo, estar perto do mercado e do hospital.

Com suas próprias mãos, Luis construiu a casa, a cozinha de estuque do lado de fora, a casa de farinha, o galinheiro e a roça (Figura 13). Ele trouxe os aviamentos do fabrico da farinha e ali mesmo rala, prensa, forneia e torra a mandioca (Figura 14). Quando sente vontade de peixe, Luis vai até a costeira com o filho e de canoa pesca para a família – relembrando os tempos em que na Praia Grande da Cajaíba saía de canoa para pescar com a esposa. O senhor faz compras esporádicas no centro de Barra Grande, local aonde se chega de ônibus rapidamente. Um filho mora com os pais e outro mora em casa próxima, com a esposa e filhos. Estes já habitavam o local anteriormente.

Figura 13 – Casa do Senhor Luis com cozinha caiçara. Figura 14 – Casa de farinha.

Fotos: Marina Mendonça, 2008.

A vida é boa, segundo ele, "melhor que lá". Juvenir, bastante enferma, se orgulha de ter um espaço próprio, de estar próxima aos serviços de infra-estrutura. Sua visão hoje é bastante prejudicada, e ela se lamenta por não mais poder enxergar o mar da varanda de casa, hábito bastante comum logo que se acomodou no novo lar. Gosta tanto de onde mora atualmente que declara: "mais tempo que a gente tivesse vindo pra cá, mais cedo que tinha fartura, trabalhava...", e reflete: "esse lugar aqui me faz lembrar donde que eu morava". Luis faz

menção à importância da terra como propriedade ao revelar que: “se eu morresse lá, meus filhos não tinham nada que era deles e aqui não”, e completa que seu único sonho futuro é “deixar a terra para os filhos”.

Sobre a o processo de saída dos demais moradores da Praia Grande da Cajaíba, ambos são taxativos ao afirmar em diferentes entrevistas que “Foi a vontade deles!”. Caso pudessem mudar algo, também em consenso afirmam que teriam saído antes. Juvenir ainda finaliza dizendo que o marido estaria menos cansado e menos comprometido fisicamente caso não tivesse trabalhado tão duro na lavoura e na pesca, como o fazia na terra natal, concluindo que no novo local há mais conforto.

4.2.3. Currupira, Saco do Mamanguá

O Curupira, ou Currupira, como dizem os moradores – e, portanto, a opção de escrita –, é uma praia localizada no fundo do Saco do Mamanguá (Figura 15). Faz parte de Parati-Mirim, o segundo distrito de Paraty. A localidade representa uma “área litorânea de tipo estuarina ou de ‘ria’, inserida no domínio da Mata Atlântica, formada por uma reentrância do mar de aproximadamente 9 km de comprimento por 1,5 km de largura” (DIEGUES & NOGARA, 2005, p. 23). Por se localizar no fundo do Saco do Mamanguá, sua enseada se caracteriza por ter águas calmas e turvas, em função dos sedimentos em decomposição que se acumulam com a diminuição do movimento das marés.

Figura 15 – Saco do Mamanguá

Foto: Marina Mendonça, 2009.

Currupira constitui-se em um bairro rural com aproximadamente dez casas, algumas de estuque e outras já de alvenaria, ou uma junção de ambos (Figura 16). Quase todos os moradores têm roça e vivem basicamente da pesca e da extração de marisco e siri. Há uma escola, uma casa de veraneio, dois templos (um deles em fase final de construção), e nenhum bar, pousada ou camping.

Figura 16 – Comunidade do Currupira, Saco do Mamanguá.

Foto: Still do filme Lá e Cá, de Clarissa Guarilha, 2007.

A escolha da localidade se deve, primeiramente, por apresentar famílias migrantes da Praia Grande da Cajaíba. Sua importância se define por representar características físicas

muito semelhantes à Praia Grande como, por exemplo, a área de pesca, recursos naturais que permitem a prática do artesanato, da extração de frutos do mar e de alimentos, e área de roça. Além destes elementos, o fato de a comunidade ser constituída basicamente de parentes também se constituiu num elemento importante, uma vez que se trata de uma característica das comunidades caiçaras. A verificação das causas da preferência por este local de destino, e não pela cidade, também se constituiu num elemento-chave para a seleção desta localidade para a análise.

No Currupira, cinco pessoas foram entrevistadas: três membros de uma mesma família – pai, mãe e filho – e a matriarca de outra família. Todos forneceram depoimento em entrevistas gravadas, exceto um senhor muito idoso, que não sabia a própria idade. Considerou-se para análise a entrevista de Maria, muita rica em detalhes.

A história de Maria

Dona Maria "se criou" na Praia Grande da Cajaíba. Ao lembrar seu passado, contou que seu pai não parava no mesmo lugar mais do que seis, sete anos. Sempre mudava de casa. Diziam dele: "não cria limo". Lá mesmo, nesta praia, construiu quatro casas, mas ela sempre morou na mesma. No entanto, havia três habitações da família: "uma na roça, uma lá em cima para facilitar porque a roça era longe e uma na praia." Maria relembrou que a gente do lugar "só vivia com a roça e pegando as coisas no mato, pra fazer e pra vender pra poder comprar as coisas que não tinha. Comprava sabão, macarrão e arroz que ninguém plantou. Querosene, lamparina e quando não achava para comprar a gente fazia lamparina de vidro."

A senhora rememorou que para fazer a lamparina de vidro "pegava uma lata boa, furava em cima, botava um canudo e botava querosene". "Quando eu ganhava criança, até sete dias, a gente tinha que deixar a luz acesa, a noite toda. Botava querosene na luz e botava lá". A luz acesa tinha um por que: "Que diz que a casa na roça dá muita barata né? E diz que a barata é bruxa né? E a casa que tem muita barata, chupa as crianças e aí mata. Minha mãe, meu pai, minha sogra falava. De primeiro quando a gente tinha criança a gente fazia um tabaco no mato. Pegava tabaco no mato, queimava um fogo, socava numa banca, numa tabuinha limpinha, socava com alho, só pra tirar o pó, ponhava um pano, uma porção, um punhado, um tanto assim e depois guardava. A gente botava um pedacinho de pano embaixo do umbigo da criança e aí botava um pano em cima e deixava e todo dia fazia isso e aí o umbigo da criança ia secando, secando, caía e ficava sequinho, não criava catinga, não dava doença, não dava nada. E agora já não ponho mais isso. Agora, parece que bota mercúrio né? Eu tive uma

criança que tava com sete dias, aí foi uma mulher lá em casa trazer uma farinha e chegou lá em casa e queria ver a criança e eu disse ah! Ele ta dormindo e ela queria ir embora e queria ver a criança. Aí fui pro quarto e as crianças menores estavam brincando e aí fui lá e abri a janela e ela viu o menino e foi embora; quando chegou de noite, deu um negócio no menino, ele pegou a chorar a chorar, arregalava os olhos e aí eu disse ta morrendo, ta morrendo, aí botava no peito, acalenta daqui acalenta dali e o menino chorava, chorava, chorava. E daí a pouco outra vez aquele grito, revirando os olhos e o menino levou três dias assim. E o pessoal dizendo, para levar na cidade porque é doença que tá dando, é não sei o quê. Aí eu levei para a cidade e o médico começou a dizer que foi do remédio do umbigo, do tabaco. E eu disse não é, porque meus filhos todos foram tratados com isso aí e nunca, nunca deu nisso. Aí o pessoal da roça começou a dizer que foi um mal de sete dias, que não se deve falar perto de uma criança pequena e antes de sete dias não presta visitar uma criança pequena dentro do quarto. Ou antes, ou depois. E o médico teimando que era por causa do remédio".

Dona Maria recordou que na comunidade havia solidariedade, como atesta a passagem: "A gente ajudava, porque de primeiro tudo era mais unido do que agora; muito mais". Ela citou como exemplos a fabricação coletiva de balaios, de tipitis, de taquaruçus e de cipós, ou quando "na hora de fazer uma roça, quem queria fazer uma roça grandona, grandona, aí lá falava para dois ou três homens e aí dava almoço e isso para fazer roçada, para derrubar, plantar, cavucar e todo mundo também se ajudava, não era nada pago com dinheiro. Quando tinha puxada de canoa era bonito todo mundo junto, cantando".

Contou que vendiam muitos balaios, esteiras e cestos que as mulheres fabricavam junto com os filhos, e por causa deles apareciam pessoas até mesmo da Ilha Grande para comprar. Depois, vieram os balaios maiores para carregar roupa, lixo, e todos participavam e aprendiam com aquele trabalho. Seu pai fazia muita farinha para vender: "era dois alqueires de farinha que tirava por vez". A família toda plantava e comia muita mandioca.

A senhora era "juntada" com o senhor Almerindo e com ele teve onze filhos. Apenas cinco sobreviveram. Dois deles são deficientes físicos. Maria e Almerindo eram primos – um tipo de união muito comum na localidade.

Com relação às demais atividades, pescava na barra do rio, fazia cerca, criava galinha e pato. "E nossa vida foi isso", relembrou a senhora. "E depois acabaram com tudo", finaliza seu pensamento.

Ela apresenta como motivos da mudança na dinâmica de vida da Praia Grande a chegada de pessoas de fora com "coisas mais bonitas", que não se interessavam pelos produtos fabricados pelos caiçaras. Os moradores passaram a oferecer espaço e serviço de

acampamento para os turistas em seus terrenos, construíam barracas para servir aos turistas. Maria contou que "vendia muito", mas depois a aconselharam a procurar algo mais fácil, pois "coisa de comida era mais difícil", e então lhe sugeriram servir refrigerante e aipim.

A partir destas mudanças, ela contou que "arrancava um cesto de aipim" e vendia para a irmã, para outros moradores e também para os turistas. Este tipo de transação comercial não existia, pois anteriormente era baseada na troca. A relação entre os moradores mudou, contou ela. Dizia-se que não podia mais plantar e "não podia nada". Ela esclareceu que não a deixavam montar barraca de sapê para receber e vender para turistas. Policiais rondavam a praia armados e ameaçavam quando encontravam alguma suposta irregularidade. Com o tempo, Maria foi se aborrecendo e pensou: "sabe de uma coisa? Vou-me embora". E se explicou: "Eu já tava velha cansada, não podia fazer muita coisa que o pessoal não deixava também, minha irmã queria que eu ajudasse na barraca. Também eles [IEF] queimaram a primeira barraca, aí quem podia fazer foram fazendo, e tive que parar com a farinha que tinha lá, eu pedia ajuda e ninguém podia ajudar". Segundo ela, o pessoal dizia que "se o Eliziário não saía ninguém saía". Eliziário era o senhor mais velho da comunidade, e ele e alguns outros também saíram. Dona Maria tinha um irmão muito querido e a cunhada – que "gosta muito de trabalhar" – que moravam na Praia Grande e a ajudavam nos serviços. No entanto, eles deixaram a praia há mais de dez anos. Ela passou a sentir muita falta de ajuda e lamentou: "eu queria uma nora perto porque a gente reparte junto o que tem e também pra fazer companhia pra gente, pra ir no mangue, pra ir pra cidade e eu queria um neto e uma nora pra ir pra cidade comigo".

A irmã continua lá até hoje, mas justifica: "Mas ela tá bem atrapalhada lá. Mas ela tem uns filhos bons, eles sabem ler e escrever e tem um filho que vai lá de vez em quando e ajuda".

Na história contada por Maria, ela saiu por causa da falta de ajuda dos moradores e dificuldades no transporte à cidade. Apenas uma família tinha barco há este tempo. Ela recorda:

- "Algumas vezes eu vim com um barco pequeninho, mas era muito sacrificado e o barco mais perto e maior era dos filhos da X. Mas depois eu já cansada e tinha que carregar a carga de longe peguei e saí".

A família de proprietários pagou apenas "uns trocados, porque meus filhos saíram de lá sem nada, sofreram todos". Maria não tinha título de posse da terra.

A escolha pelo bairro do Currupira, no fundo do Saco do Mamanguá, foi devido à presença de parentes na localidade e a facilidade de deslocamento por terra para a cidade.

No Currupira, Maria disse não ter estranhado nada, pois afirmou que “Todo lugar que eu vou eu gosto”. O importante para ela é fazer “um serviço” e assim se distrai e “não fica escolhendo lugar bonito”. E complementou:

- “Se eu tiver uma enxada, uma foice, uma faca, um pau, um bambu, um cipó pra mim fazer um balaio, pronto... Quer ver ficar melhor, é ter uma mandioca pra fazer biju e é tudo que eu quero”.

Instalada neste lugar, ela organizou o espaço com cerca e um pequeno portão. A casa de Maria é de estuque: há duas salinhas, dois dormitórios e uma cozinha caiçara com casa de farinha. Na ocasião, o forno – um fogareiro a lenha no canto da cozinha no chão com alguns tijolos – estava sendo utilizado, pois Maria está sem a prensa da mandioca. Ela cozinha de uma maneira muito própria: agachada, pois o fogão a lenha é no chão. Todos os utensílios de cozinha ficam ao alcance de sua baixa estatura (Figura 17). Há uma moenda de cana manual (Figura 12).

Figura 17 – Cozinha de Maria.

Foto: Marina Mendonça, 2009.

Figura 18 – Moenda de cana.

Foto: Marina Mendonça, 2009.

Maria reaproveita tudo o que pode: utiliza a casca de ovo como fonte de vitaminas, lança os sacos plásticos ao fogo para não acumular lixo; recolhe e utiliza os restos de sabão para formar um novo. Qualquer pedaço de madeira é utilizado como suporte. A vassoura é feita de galhos e folhas secas. E tudo é meticulosamente organizado.

Não há luz elétrica. À noite, utiliza-se a luz proveniente de placas solares. Maria e seu filho Arildo estão acostumados com o escuro, com o não ligar a luz. O sapê deixa a casa fresca, e não se sente calor dentro.

Seu outro filho, Santana, tem um rancho de pesca na praia (Figura 19). Sai para pescar no remanso todos os dias. Também pesca camarão. Quando não há comida, Maria pede para que ele pesque rapidamente algum peixe fresco. O tempero é só no sal. Maria e os filhos reclamaram que o peixe do Mamanguá vem com lama e o gosto é diferente do da Praia Grande. Eles também compararam o corocó (espécie de marisco) com o da Praia Grande, que tem o sabor, o modo e a cor diferentes e é mais gostoso, assim como o mexilhão e o sururu, no entanto, são mais fáceis de retirar no Mamanguá. Também vendem siri "pra fora", nos restaurantes do Saco do Mamanguá.

Figura 19 – Rancho de pesca de Santana.

Foto: Marina Mendonça, 2009.

Maria tem o desejo de cercar melhor a casa, pois assim "não entrava nada, nem cachorro nem galinha". Queixou-se da falta de solidariedade. Tem roça de feijão, cará, banana, milho e mandioca. O marisco é mais fácil de pegar, pois é extraído do mangue e não mais da costa, como na Praia Grande. Há também o caranguejo acessível para extração.

Maria ressaltou a facilidade de locomoção para a cidade, pois não depende de barco nem de condições favoráveis do mar, que ali é sempre manso. A casa em que mora hoje é maior, pois tem dois quartos em relação à da Praia Grande, que era de um quarto e uma sala.

Com relação aos ganhos, Maria vive do auxílio do Governo por invalidez. Segundo ela, "só to encostada por doença da coluna". No momento, ela deseja se aposentar, pois já teria idade. No entanto, o pai só a registrou depois que ela já estava grávida do quarto filho, quando necessitou de documentos para adentrar o hospital, em seu primeiro parto assistido por um médico. A dúvida que tem é com relação à precisão de sua idade: "Hoje em dia eu tô com 58 anos no documento, mas eu tenho 63. Eles foram especulando, especulando e pela idade da minha filha mais velha, chegaram à conclusão que eu tô com 63".

Ela se mostrou satisfeita com o novo lugar de moradia e lastimou, às lágrimas, a pouca ajuda mútua:

- "Por enquanto o que eu tenho aqui se eles me ajudarem a fazer plantação, se me ajudarem pra comer, porque não é pra mim sozinha e sim pra todo mundo. Trabalhamos junto tanto aqui tanto ali, a roça aí, ajudou eu fazer, ajudou eu limpar, quer fazer junto, vamos fazer

e na hora de comer nós dividimos, mas eles não querem, eles não querem fazer nada. Eu sozinha não dou conta, não posso".

Sobre seu futuro, afirmou que quer saúde. Concluiu que, se não estivesse com tanta dor nas "cadeiras", ia trabalhar de empregada doméstica na cidade "pra viver melhor e com o dinheiro que eu ganhasse eu sabia o que sobrava. Mas precisaria ser serviço leve né? Porque pros patrão gostar da gente tem que fazer tudo o que eles mandarem fazer".

Ao ser questionada se aguentaria viver longe da roça e da vida ligada à natureza que vive hoje, ela assegurou que sim e argumentou: "Mas que a gente vai fazer? Me diziam: Maria você saiu da Praia Grande e não gostava de cidade que na cidade não presta pra nada nem pro lixo. Eu digo é verdade, mas eu tenho pelo menos um pensamento no meu coração..." – e o guarda para si não revelando os reais motivos de sua saída.

4.3. Aspectos recordados

4.3.1. Passado

O passado na Praia Grande da Cajaíba foi rememorado por todos os moradores entrevistados que lá nasceram pela seguinte frase inicial: "Fui nascido e criado ali naquele lugar", ou variações da mesma frase. Esta memória coletiva aponta para um sentimento de pertencimento e identificação com o lugar que nasceram. Esses mesmos moradores indicaram a praia como um lugar bom de se morar, e a associaram a uma lembrança positiva. Ou seja, a praia é, para eles, um elemento de identidade.

Estes detalhes apontam para aspectos comuns ao grupo. Uma memória individual, que é interna, pessoal, mas que se representa coletivamente em diversos outros discursos é, portanto, também social e histórica. O que é lembrado – no caso, a praia – pode ser considerado um elemento material e simbólico dos caiçaras justamente por se manifestar nessas lembranças. Como coloca Weil (1996), os elementos do lugar, do nascimento, da profissão e do ambiente dos seres humanos compõem uma raiz de participação em uma coletividade. Um dos filhos de Maria, por exemplo, relembrou com muito carinho imagens da Praia Grande, como a cachoeira, os jogos de futebol, os banhos de mar. Um carinho visível no brilho do seu olhar, enquanto relatava.

O denso povoamento do local também foi citado por muitos como, por exemplo, na seguinte passagem do senhor idoso: “Tinha muita gente que eu nem conhecia naquele lugar lá. Tinha muita mesmo, demais. E depois que eu me parei homem, que eu fiquei, ainda tinha muita gente”.

Em geral, a memória do passado aparece em conexão com as atividades exercidas. No caso dos entrevistados, as práticas de roça, de pesca, de extração e de fabricação manual de utensílios são indícios de ligação com a terra, com o espaço que os circundava. A territorialidade, portanto, estava presente no modo como utilizavam a terra, como organizavam o espaço, e como davam sentido ao lugar.

As atividades tradicionalmente descritas como caiçaras pela literatura eram claramente praticadas em regime de subsistência, com a venda do excedente ao mercado local mais próximo, sem intuito estrito de comercialização.

A atividade de caça não foi citada nas falas dos caiçaras. Talvez por ter sido proibida a partir das restrições ambientais e, assim, tendo sido mais praticada somente entre os mais velhos, maiores detentores do conhecimento sobre as matas e fundos de vale. Mas o que não é dito também tem valor, enquanto esquecimento. O silenciamento, neste caso, indica uma também uma lembrança. Não falar pode significar lembrar. Pode haver uma possível “morte” das vivências. No entanto, o lugar não desparece. Está presente na fala sobre a própria mata e no pertencimento ao lugar em que se nasceu.

No que se refere à alimentação, apenas as criações de galinhas ou porcos, peixes e frutos do mar foram citados como fonte de obtenção alimentar (protéica).

Os homens, em maioria, já trabalharam com pesca embarcada em pesqueiros de Santos e percorreram toda a costa do sudeste em busca dos melhores pescados. O cessar desta atividade ocorreu, comumente, em função de casamentos, nascimento de filhos ou responsabilidade na criação dos mesmos junto à esposa. Ou seja, há relevância da família, do grupamento familiar.

As lembranças do passado, no caso das mulheres, muitas vezes, foram associadas aos inúmeros partos que sofreram com parteiras da localidade. Diversos “causos” foram descritos, e estavam relacionados à locomoção precária pelo mar ou a técnicas locais utilizadas para lidar com bebês, como as descritas por Maria. Mais uma vez, a memória coletiva foi reconhecida em um fato marcante e comum na vida das mulheres locais.

A memória coletiva do grupo entrevistado apontou para uma lembrança de solidariedade, ajuda mútua e sociabilidade entre os moradores no tempo em que não havia turistas, não existia delimitação de área protegida, ou pressão pela propriedade da terra. As

festas também foram lembradas como um momento celebrativo em que a praia ficava cheia e a Bandeira do Divino ali permanecia por vários dias. Ao que tudo indica, habitantes de outras localidades de juntavam e a festa engrandecia, confirmando Durhan (1973), quando aponta que os grupos locais podem se reunir em unidades maiores para atividades especiais, como festas religiosas, mantendo as relações intervicinais.

Essas são características fundadoras do caiçara: atividades e práticas baseadas nas relações de parentesco, de compadrio, mutirão, troca de dias, além dos grupos de vizinhança (grupos de reprodução, de trabalho, de produção e consumo) e da coletividade familiar.

Quanto aos aspectos negativos relacionados ao local de origem, a maior parte dos entrevistados apontou para a dificuldade de locomoção até a cidade, pois que não possuíam embarcação. A falta de recursos de atendimento médico e educação também foram citadas como pontos dificultosos. Ou seja, havia uma dependência estrutural da sociedade urbana. Os pontos apresentados indicaram precariedade de serviços oferecidos aos caiçaras em Praia Grande da Cajaíba, comparativamente às provisões urbanas de Paraty e redondezas.

Os elementos aqui apresentados indicaram certa relação dos habitantes com o seu ambiente e entre os grupos de vizinhança. A descrição deste cenário traz o contexto explicativo das rupturas que se sucederam para a motivação e/ou decisão de deslocamento dos caiçaras, impostas ou não por fatores externos. A seguir são apresentadas as ligações com as causas das mudanças na localidade.

4.3.2. Deslocamento

Este tema foi tratado em função de quatro sub-temas: (i) o que causou mudanças; (ii) mudanças ocasionadas; (iii) decisão de saída e quando saiu; e (iv) a escolha do lugar e sob que condições.

A causa das mudanças foi descrita por alguns fatores comuns destacados nas falas dos entrevistados, como a chegada do “novo” proprietário opressor, em referência ao falecido patriarca da família Tannus Nottari. O “velho” é citado como alguém que gostava da praia e aceitava, de alguma forma, a presença dos caiçaras. Um morador antigo o citou como responsável pela soltura de búfalos na localidade, o que destruiu roças, cercas e plantações de árvores frutíferas. A esta figura, citada inúmeras vezes, foi creditada toda a sorte de opressões praticadas aos moradores: proibições às atividades tradicionais e aos *campings*; queimadas

dos ranchos de pesca dos moradores; ordens de despejo; ameaça por força bruta representada pela figura de policiais armados, chamados a mando do mesmo.

Os episódios de coação relatados apontam para a reprodução de um ambiente hostil, desmembrado pouco a pouco em termos das relações de sociabilidade. As relações entre os grupos de vizinhança antes presentes foram sendo quebradas, aos poucos e sutilmente, por ações indiretas introduzidas na comunidade. Dentre elas, a introdução do dinheiro e de novas relações de compra e venda de produtos, a disputa pelo melhor ponto de vendas para os turistas, e a divisão entre protestantes e católicos e entre os que eram contra ou a favor do proprietário.

A chegada do turismo também exerceu mudanças significativas na comunidade. A dedicação às atividades de serviços aos turistas – jovens aventureiros ou milionários que atracavam suas lanchas – passou a ser uma prática cotidiana. Em contrapartida, o abandono de algumas práticas tradicionais mais laboriosas foi inevitável. A descontinuidade do fabrico da farinha foi uma das primeiras. O início de outras atividades também foi consequência: venda de pastéis, coco, bolinhos, pratos feitos. O resultado desse processo foi a introdução de mais dinheiro na comunidade e, assim, novas relações se firmaram, por efeito da venda de matéria-prima entre os próprios moradores, pela disputa de espaço para venda, e pela perda gradual da relação de reciprocidade e consequentes brigas internas.

A implantação da Reserva Ecológica da Juatinga representou outra fonte de problemas aos habitantes caiçaras locais. As "ordens" delegadas pela figura do proprietário eram validadas pelas restrições ambientais descritas na legislação, que ofereciam o suporte legal necessário para a ação coercitiva. Em nenhum outro local da Reserva a lei foi cumprida com tamanho vigor quanto na Praia Grande, influenciada pelos poderes econômico e hierárquico que tal proprietário possui.

Ao lado do que até este momento foi relatado, adventos mais antigos já reproduziam mudanças significativas na comunidade. A entrada do protestantismo, por exemplo, provocou mudanças nas crenças, hábitos e costumes dos moradores. Relatos informais, externos às entrevistas, indicaram a presença religiosa protestante na localidade há mais de vinte anos. Como decorrência desta prática religiosa – materializada na figura de um pastor na comunidade – foi citada a proibição das festas e das danças populares e de santos, que eram considerados grandes momentos festivos de congregação entre as comunidades vizinhas. A morte dos velhos também foi descrita como causa da interrupção das festas. Além disso, a presença do pastor foi indicada também como fonte indireta nos conflitos entre moradores: havia divisão entre os católicos e os adeptos do protestantismo.

Uma das senhoras entrevistadas apresentou a entrada da Igreja como um fator positivo. Segundo ela, a bebida era tradição das festas populares na comunidade. Este era um problema antigo dos moradores, pois sempre havia brigas e confusões. A senhora Benedita relata que, com a doutrina, "foi melhorando um pouco, aí que as pessoas foram começar a ir pra Igreja, as pessoas começaram a dar ensinamento da Bíblia aí começou mais a melhorar a situação desse povo". Instauraram-se, por conseguinte, conflitos que dividiam os católicos "desregrados" e os protestantes.

Os relatos sobre as motivações de saída dos moradores revelam estes fatores desencadeadores das mudanças que, em proporção elevada, culminaram na saída dos mesmos.

Alguns dos motivos alegados foram a falta de recursos do lugar como, por exemplo, a ausência de escolas e de hospitais próximos. A fim de exercerem tais direitos, era necessário o deslocamento até a praia mais próxima, onde houvesse ensino e, ainda assim, a educação formal só era oferecida até o primário (4ª série). Para o atendimento médico era preciso ir até Paraty e, para tanto, se dependia de boas condições do vento e do mar e de embarcações, as quais nem todos possuíam.

Outras justificativas alegadas foram relativas às pressões pela posse da terra. Na realidade, este ponto foi muito destacado pelos entrevistados, apesar de ter sido pouco associado à decisão de saída. Alguns resignados afirmaram: "As posses que nós morava lá era dele", em referência ao proprietário. Ou ainda: "Ele não tocou ninguém". Essa declaração de vontade própria alerta para uma barreira na linguagem, para a capacidade de o indivíduo expressar aquilo que sente e que o faz decidir abandonar o local onde viveu toda a vida. Há certa opressão nessa fala significada pelo não reconhecimento de um agente repressor que, mesmo que indiretamente, forçou e justificou situações de desconforto, insegurança e desagregação comunitária para com os moradores locais.

Houve quem dissesse que saiu por desavenças dentro da própria comunidade. Alguns alegaram discordância e discórdia tão profundas a ponto de não "haver clima" para a permanência no local e o convívio com pessoas com as quais não mais se identificavam. Estes motivos estavam relacionados às disputas por conta da introdução do comércio e assalariamento dentro da comunidade. Ou seja, mais uma vez, deparou-se com a desorganização dos grupos domésticos.

A emigração, neste sentido, aparece como um recurso tradicional adaptativo que aumenta a experiência da personalidade, segundo Durhan (1973), em oposição ao que o mundo comunitário dos grupos de vizinhança rurais possibilita.

A maior causa de emigração mencionada pelos moradores foi o fato de que a "comunidade foi se esvaziando". A ausência de algum membro da família, ou a saída precoce de um filho para a cidade – fato recorrente na comunidade, inclusive citado por Diegues (2004) como parte do modelo de cultura caiçara – estimularam o deslocamento em cadeia dos moradores. As saídas de um morador com forte representação simbólica como, por exemplo, o Senhor Eliziário – o mais idoso – ou Dona Benedita – considerada uma liderança feminina na comunidade –, também foram motores para a resolução.

A emigração é ressaltada por Durhan (1973) como uma movimentação no universo social, permitindo que desagregação dos grupos domésticos possa ser recomposta em outro lugar. O fato de moradores influentes abandonarem o local significou uma ruptura na estrutura de comunidade, de grupos e, portanto, também, de identidade. A recomposição desses grupos fora dali reforça a tese da autora de que uma das características principais da migração rural é a reconstituição dos grupos primários, que são a ponte entre o indivíduo e a sociedade mais ampla.

Os relatos apontam para um lamento de perda. Talvez a decisão pelo deslocamento tenha se dado pela avaliação das perdas oriundas da desorganização dos grupos domésticos, ou pela tomada de consciência de que a situação de "miséria" é permanente, ou mesmo pela percepção de que as possibilidades de ascensão social não são mais vislumbradas, como apresentado anteriormente por Durhan[136].

Um habitante da Ilha das Cobras fez alusão à sua vontade de deixar um terreno que fosse seu para os filhos. E um morador do sertão da Barra Grande – lavrador e pescador – mencionou: "Lá se eu morresse lá, meus filhos não tinham nada que era deles, e aqui não. Aqui, eu morrendo, meus filhos têm. É o futuro que eu posso deixar pra eles. (Risos). A terra". A terra não é somente mais a terra em si, mas também a propriedade.

A totalidade dos moradores entrevistados saiu da Praia Grande entre os anos de 1999 e 2005. Em todos os casos, houve algum tipo de benefício cedido pelo proprietário, uma espécie de "acordo" para que deixassem suas posses. A grande maioria recebeu uma casa, em valores e tamanhos diferenciados. Algumas famílias que moravam dispersas tiveram como "pagamento" uma única casa. Ao que tudo indica as "gratificações" não foram condizentes com o valor econômico e simbólico que suas casas, seu terreno, sua história e sua cultura representavam na Praia Grande da Cajaíba. No entanto, deve-se afirmar que houve também uma escolha na decisão de migrar, geralmente relacionada a decisões quanto ao futuro, o que

---

[136] Ibid.

incluía um desejo de ascensão social não vislumbrado no local de origem – influenciado por uma lógica urbana.

A escolha dos locais de destino teve como critério o julgamento dos moradores. Dentre as respostas colocadas, apresentam-se:

(i) a necessidade de estar em uma cidade próxima, pequena e já familiar, como Paraty, no caso da adaptação de uma família no bairro da Ilha das Cobras. Este caso representa a maioria dos caiçaras que quiseram se inserir no meio urbano, os quais tomam sua decisão em função de sua rede de relações anteriores, pela indicação de sucesso de demais parentes e compadres, e em função da possibilidade de ascensão social, sempre baseada nas relações sociais já familiares.

Durhan (1973, p. 135) aponta apenas uma situação em que "quando existe uma família completa, parentes e conterrâneos formam apenas um círculo ocasional de relações sociais a quem se pedem e se prestam apenas favores que não custam nada ou custam pouco". Este é o caso da família de Bidica e Dedé, que se mostra bastante suficiente em si mesma.

(ii) a preferência pela roça e o cálculo de maiores gastos na cidade, no caso da família que se deslocou para o sertão da Barra Grande, uma localidade representa um meio termo entre o rural e o urbano. Ali encontram a rede de sociabilidade, pela presença de parentes nas proximidades, assim como a possibilidade de exercer a atividade de agricultura e pesca de subsistência no sertão. A proximidade da BR-101 traz o elemento de locomoção como fundamental nesta escolha. A possibilidade de utilizar transporte coletivo para a utilização do mercado e hospitais foi fundamental na escolha do lugar.

(iii) a presença de parentes, no caso das famílias no Mamanguá. Para as famílias que se mudaram para lá, houve um passo não tão grande no deslocamento, dado que o Currupira se localiza a poucos quilômetros da Praia Grande da Cajaíba e ainda é uma área rural costeira. Estes entrevistados recorreram à família e a um território conhecido como elementos decisivos na migração.

4.3.3. Adaptação

Apresenta-se o elenco das situações trabalhadas nas entrevistas: (i) características da vida no novo local, incluindo melhores e piores aspectos; (ii) semelhanças com a vida na Praia Grande; e (iii) atividade atual.

Todos os entrevistados apontaram, de início, uma mensagem positiva com relação à vida atual. Frases como “Não tenho como me queixar”, “Não foi difícil”, “Tranquilo”, “Vida boa, melhor que lá”, “Dá pra viver”, “Acostumei” e “Todo lugar que eu vou eu gosto” indicam esta conclusão. O senhor idoso entrevistado foi o único que assinalou de imediato a insatisfação – “Falta dinheiro!” – e um pescador da Ilha das Cobras fez uma reflexão mais elaborada: “Pra quem tem seu barquinho pra trabalhar, faturar, não é ruim”.

Como exemplos dos aspectos positivos, citam o fato de agora serem o “dono do terreno” e terem o que deixar para seus sucessores, a proximidade aos serviços de saúde e de educação para os filhos, o fato de os filhos poderem trabalhar com o que gostam, no caso da carpintaria de barco da prole de Bidica, e a utilização de eletrodomésticos que facilitam a vida.

A família da Barra Grande enalteceu a importância do espaço para plantar. A população do Mamanguá citou a facilidade de locomoção por terra para a cidade sem depender das condições do tempo, uma vez que o mar é manso, o que também torna a pesca sempre possível. Foram mencionados também o sossego e a tranquilidade, bem como a facilidade de extração de produtos do mangue, como o marisco, o siri e o caranguejo. Todas essas características apontam para uma proximidade nos modos de vida, se comparados o atual e o anterior com o diferencial da locomoção até a cidade independente de outros fatores.

O senhor aposentado da Ilha das Cobras assinalou a necessidade de dinheiro para a sobrevivência em todos os aspectos vitais, diferentemente do que ocorria na Praia Grande. Ele lamentou não poder praticar o artesanato, que era sua grande habilidade, pela falta de matéria-prima.

Outros lastimaram a violência e as drogas na periferia de Paraty, assim como o barulho e o intenso movimento de pessoas circulando, que ainda incomodam. O ritmo da cidade é outro. Um pescador da Ilha das Cobras citou o fato de ter que trancar a casa como algo novo e estranho.

Os moradores do Mamanguá citaram apenas a existência de muito mosquito, a lama no mar e no peixe em decorrência do enorme acúmulo de matéria orgânica, proveniente da diminuta circulação das águas neste trecho do mar no fundo do Saco do Mamanguá.

Quanto às semelhanças com a vida no passado, muitos mencionaram “ser tudo igual” ou que não mudaram o jeito de ser, de vestir e de se relacionar com as pessoas. As diferenças foram associadas à necessidade de dinheiro para comprar comida e também à maneira que os demais habitantes do lugar se relacionam entre si, no caso dos moradores da cidade. Alguns

citaram: “são tudo estranho, é pouca amizade”. Apenas a própria família se ajuda e, em geral, moram juntos no mesmo terreno, mas em casas separadas.

Com relação às atividades, alguns homens da cidade ainda pescam, como um senhor da Ilha das Cobras que possui barco próprio e outro, do Pantanal, que trabalha informalmente com pesca. O senhor da Barra Grande pesca de canoa com o filho quando é necessário, e no Mamanguá todos praticam a pesca ou a extração de frutos do mar, inclusive as mulheres.

O trabalho na roça foi totalmente abolido na cidade. No entanto, na Barra Grande e no Mamanguá continua sendo a atividade principal, tanto dos homens quanto das mulheres, com exceção dos idosos ou enfermos. Nestas duas localidades, as atividades manuais continuam presentes através da fabricação de balaios e esteiras de taboa. Ainda se come bastante peixe, arroz, feijão, farinha (agora comprada), arroz (que sempre foi comprado), sendo que o típico peixe com banana do caiçara e o café com cana ainda são produzidos nas localidades. Come-se mais carne atualmente, segundo uma moradora.

Os demais integrantes das famílias da cidade trabalham informalmente como pedreiros, caseiros ou pintores. Muitos ainda continuam ligados à pesca efetivamente ou em peixarias. No caso da família da Mangueira, os filhos trabalham com carpintaria de barco – atividade praticada desde a infância na Praia Grande.

Em geral, as mulheres cuidam da própria casa e dos filhos ou trabalham em casas de família exercendo o mesmo serviço. Mas no caso de Benedita e Maria, não. A primeira trabalha com costura, na peixaria ou “no que aparecer”, segundo ela, e Maria exerce todas as atividades possíveis ao mesmo tempo, desde os trabalhos domésticos até a pesca, passando pela extração de marisco e pelo trabalho na peixaria, entre outros serviços braçais.

Maria exerce um movimento pendular muito interessante. Nas épocas do camarão, vai para a cidade trabalhar temporariamente nas peixarias de Paraty. Permanece hospedada em um quartinho durante dois ou três meses, e conta com a ajuda de parentes. Mesmo nesse período, ela estabelece idas e vindas à sua casa no Currupira, Mamanguá. Quando acaba a safra, retorna à sua casa para se dedicar à roça e ao extrativismo. Esse é um exemplo típico de reprodução de padrões culturais antigos, quando os caiçaras praticavam atividades fora de seus núcleos comunitários e retornavam nos períodos de estagnação econômica.

No Mamanguá, uma forma de sociabilidade entre os moradores é exercida por meio da religiosidade. Apesar de pequena, a comunidade conta com dois templos evangélicos e sofisticada aparelhagem de som. As relações de troca, parentesco, compadrio e de reciprocidade também estão presentes.

Tanto na Barra Grande quanto no Mamanguá certas práticas fornecem indícios de adaptação como, por exemplo, o plantio de árvores frutíferas, a pintura das casas, o cuidado com o terreiro a volta das casas. Existe a proximidade física entre os moradores. Foram observadas relações de troca entre as famílias como se fosse uma única só. O peixe é compartilhado, as frutas e ervas são de uso comum e as práticas extrativistas são exercidas em companhia. O transporte por mar também é compartido, quando necessário. E as idas e vindas por via terrestre até Paraty são feitas, em geral, em parceria com outros moradores.

4.3.4. Futuro

Este tema foi pouco trabalhado durante a presente pesquisa e, portanto procedeu-se apenas a breves apontamentos a fim de uma abertura para um cenário que se segue. Pensar sobre o futuro parece ser algo um pouco distante do imaginário dos moradores. Ocorreram poucas respostas, porém, também reveladoras e passíveis de interpretação.

Os sonhos dos sujeitos entrevistados fazem referência ao seu próprio destino nas mãos de Deus – em geral, uma declaração dada por evangélicos. Interpreta-se que este pensamento revela certa passividade perante situações conflituosas, concentrando todo o destino de suas vidas na figura de Deus, não sendo, assim, necessária a luta ou a reivindicação perante um fim já traçado por algo maior.

Outros declararam não sonhar mais nada para si, apenas desejaram o estudo dos filhos e que eles "sejam alguém na vida". Estas afirmativas apontam influências modernas, personalistas, em que o indivíduo pode sozinho buscar por aquilo que sonha e almeja em termos profissionais.

Alguns, mais objetivos, afirmaram: "Eu não paro, a vida continua". Fazem referência a todo o tipo de dinâmica a ser desenvolvida para o dinheiro não faltar, para ter o que dar de comer aos filhos e não esmorecer diante da probabilidade de a vida ser feita de conquistas dia após dia, sem que se tenha a certeza do que vai acontecer no amanhã e tendo que perseguir a sobrevivência diária.

Há os que desejem somente saúde. Essa é uma demonstração de que a luta pela ação, reivindicação e organização social dos moradores está bem longe de seus objetivos.

O pescador da Ilha das Cobras citou que para sua vida sonha "trabalhar, comer, brincar, passear, divertir", pois "não é também todo dia no mar que a gente vai ficar também, né?". E

não deseja para os filhos o mesmo destino que teve para si no mar: - “Pegar chuva, pegar vento, comer má comida né? Que o cara não tem hora pra almoçar, não tem hora pra jantar. Então ele aprendendo pode trabalhar com uma caneta aqui enfiada na orelha né? E pelo computador ele sabe tudo que se passa, né? É isso aí que eu to falando”.

O senhor da Barra Grande almeja deixar a terra para os filhos, de acordo com a passagem: - “É o futuro que eu posso deixar pra eles”. A terra como meio de sobrevivência, como foi para si mesmo durante toda a sua vida. É como se ele mesmo estivesse representado pelo elemento terra, que significa a casa e a roça e, portanto, o sustento e a vida diários.

4.4. Permanências e transformações

Nesta seção, foram apresentadas as falas dos sujeitos entrevistados segundo as características passadas da cultura; as causas do deslocamento; os elementos do presente na adaptação; e o futuro dos caiçaras.

Os dados de campo oferecem elementos que configuram questionamentos e levantamentos de hipóteses sobre as formas de inserção de uma população rural tradicional em um novo espaço, e se este processo configura vínculos de acordo com as tradições de origem. É importante destacar que não se procedeu à descrição minuciosa de detalhes das práticas e formas de sociabilidade do grupo caiçara.

Considerou-se, aqui, a cultura como algo em constante reconstrução e reelaboração, o que, num processo de deslocamento, vai depender das diferentes apropriações do espaço. Não basta constatar que houve reelaboração, é preciso também compreender de que forma e sob quais condições isto aconteceu.

Procedeu-se, pois, a conjecturar certos aspectos referentes às localidades para onde se deslocaram os moradores. Observou-se, para tanto, como cada uma das famílias tentou se adaptar à nova situação e aos problemas enfrentados. Primeiramente, se fez necessário apresentar uma síntese dos elementos materiais e imateriais do passado de vida caiçara.

Elementos materiais do passado: Pesca; Roça; Criação; Caça; Trabalhos manuais representados pelos seguintes objetos: balaio, cesto, tapiti, esteira, aviamentos do fabrico de farinha, lamparina, remo, rede, canoa, entre outros. A casa de pau-a-pique feita de estuque, cozinha do lado de fora, casa de farinha.

Elementos imateriais do passado: família como elemento fundante; solidariedade entre os moradores; divisão de tarefas e compartilhamento de víveres; parentesco e compadrio; festas religiosas, folias, danças e congregação com comunidades vizinhas.

Elementos materiais do presente:

A atividade de pesca continua presente nas localidades: em Barra Grande, como prática de subsistência familiar; no Currupira, associada ao extrativismo de frutos do mar e também como atividade de subsistência familiar e venda do excedente; em Ilha das Cobras, representada pela família de Norvino, que possui um barco e pratica a pesca junto com os filhos.

A agricultura de subsistência é praticada pela família da Barra Grande. A presença da roça, inclusive, foi um dos motivos da escolha do local por senhor Luis, além da facilidade de locomoção e da proximidade dos centros para atendimento de necessidades básicas de saúde e alimentação, como dito anteriormente. No Curupira, a atividade também se manifesta em todas as famílias ocupantes do local.

Criações de animais como galinhas e patos também estão presentes tanto na Barra Grande como no Curupira, conformando práticas típicas caiçaras. A casa de estuque também é presente nas duas localidades, bem como a casa de farinha. No entanto, apenas na Barra Grande o fabrico de farinha ainda é uma atividade realmente exercida pelo chefe de família.

O artesanato foi apenas observado no Currupira, praticado por senhor Filhinho. Outras derivadas de artesanato foram encontradas como, por exemplo, na prática da costura por Dona Benedita que, inclusive, já exercia esta atividade na Praia Grande. Outra forma adaptada de artesanato é a carpintaria de barco exercida por seus filhos no cais da Ilha das Cobras. Este ofício foi aprendido ainda na praia, quando os homens eram jovens, e, assim, na cidade puderam dar continuidade à atividade.

Os **elementos imateriais do presente** podem ser descritos pela importância da família em todas as localidades. Os grupamentos continuam firmes: geralmente, toda a família e seus agregados moram no mesmo terreno. A solidariedade entre os grupos de vizinhança não foi descrita como característica marcante, no entanto, a relação solidária intragrupal ainda é muito presente. A divisão e a reciprocidade só foram encontradas no Currupira e na Barra Grande.

Notou-se que existe uma gradação quanto à vinculação das famílias às práticas de origem. Da família com mais vínculos para a família com menos vínculos, interpretou-se:

A comunidade do Currupira apresentou um maior grau de vinculação com a cultura caiçara pelos seguintes motivos: semelhanças com os elementos físicos do local de origem,

mesmas práticas sócio-econômicas, conformação de uma comunidade. Em síntese, há uma melhor adaptação em função de poderem reproduzir as práticas de vida anteriores.

A família da Barra Grande também apresentou vinculação com a cultura caiçara, na medida em que reproduz as práticas exercidas anteriormente. No entanto, a localização em uma área peri-urbana permitiu à família de Luis usufruir tanto do mundo urbano quanto do mundo rural.

O Senhor Norvino e família apresentam um grau menor de vinculação com a cultura caiçara, pois a agricultura não é mais praticada, assim como trabalhos manuais não são mais exercidos. Apenas a pesca é um elemento presente da cultura de origem. No entanto, o espaço da Praia Grande é muito presente na memória do senhor que ainda sonha e lembra, com saudade, do lugar em que nasceu. A praia parece estar presente nele próprio; e também, de certa forma, as dificuldades da cidade, que para ele estão muito vivas. O arrependimento não é declarado, mas aparece nas entrelinhas e na vontade de tornar a viver na Cajaíba.

A família de dona Benedita é aquela que atualmente parece ter a menor ligação com a cultura de origem, talvez por não exercer as práticas de sua tradição, encontradas de uma forma re-significada em adaptações à sociedade mais ampla de Paraty. No entanto, as memórias de Bidica apontam uma grande identificação com o local de origem quando narrou seus retornos, em determinadas épocas, à praia ao lado, Itaóca, onde nasceu. É interessante notar que desde que saiu nunca mais voltou à Praia Grande, mesmo sendo Itaóca sua vizinha. Existe um orgulho em não retornar, em função da ruptura das relações de sociabilidade com os moradores locais, ou mesmo em função das brigas pela terra.

Este último grupo, em uma reunião conjunta, resolveu, por decisão familiar, sair da Praia Grande. Ou seja, houve um plano de vida de abandonar a localidade. Observou-se, pelas descrições da matriarca, que houve boa adaptação à nova situação na cidade. Todos os filhos trabalham, assim como ela, e o marido é aposentado. Não têm luxo nem posses (à exceção da casa), mas vivem em condições de satisfação das necessidades. Pode-se conjecturar uma tendência de maior adaptação em função de decisões planejadas mesmo que, neste caso, forçadas por situações-limites. Houve uma decisão, um projeto de saída, e a realocação em um bairro urbano. Aparentemente, a família se mostra adaptada e não manifesta o desejo de retornar à Praia Grande.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas considerações finais foram tecidas tendo em vista os objetivos de verificação das atividades que permaneceram e se transformaram assim como as causas do deslocamento da população estudada.

As restrições ao uso dos recursos na Reserva Ecológica da Juatinga tiveram efeito potencializado na Praia Grande da Cajaíba. Esse foi um fato constatado em Paraty e relatado por diferentes pessoas do local. O uso indireto dos recursos naturais tornou-se argumento do proprietário para punir hábitos ou ações taxadas como degradantes. Estratégias punitivas eram utilizadas, como a presença de força policial e de capangas armados como forma de exercer poder. De certo, os "seguranças" desse proprietário criaram condições para a ruptura das relações de sociabilidade. Assim, aos poucos se conformou um ambiente insustentável para os próprios moradores que não mais se viam identificados com aquele território.

As falas dos entrevistados expressas por "saí porque quis" ou "está tudo bem", apontam para a necessidade de justificar o que realmente significou a decisão de saída. Certa barreira na linguagem pode ser percebida no que se refere a uma dificuldade de desenvolver o que está por trás do processo de saída, seja ela voluntária ou involuntária. Certamente houve uma perda, mas em suas falas aparecem sempre justificativas racionalizantes.

Pode-se afirmar que muitos moradores procederam a um silenciamento. O silêncio sobre as reais causas da decisão por sair da Praia Grande referiu-se a um agente repressor que representa e detém um poder sobre os moradores; à desorganização interna da comunidade, que, pouco a pouco e por fatores internos e externos, desestabilizava as relações societárias; ou ainda à não identificação com um território familiar por tantas desagregações e transformações. Bidica, por exemplo, afirma categoricamente que se fosse pela "briga da terra" não teria saído, mas, por terem ocorrido desentendimentos comunitários internos, não houve sustentação para a permanência.

O silenciamento pode indicar o desaparecimento das vivências, mas sua memória não desaparece. A memória das vivências é representada nas lembranças felizes da Praia Grande. A infelicidade agora pode ser interpretada por um obstáculo para satisfazerem seus desejos, ou pelo fracasso ou impotência para alcançar o que almejam.

Porque a migração após a saída dos mais velhos? Esta motivação define como o caiçara espacializa sua identidade. Os sujeitos necessitam as memórias, pois a referência afetiva é o passado e, portanto, está personificada nas figuras dos mais velhos. E assim, isto se transforma em uma motivação a mais para a emigração.

Os sujeitos entrevistados apresentaram suas falas traduzidas por argumentações de diferentes formas. No entanto, são reconhecidos certos padrões:

Identificou-se que, no passado, havia o deslocamento dos caiçaras para localidades onde houvesse a possibilidade de obtenção de renda extra. Esta era uma prática comum, e normalmente envolvia os ciclos econômicos da região ou a pesca embarcada. Voltava-se para o lugar de origem, havia enraizamento e uma forte territorialidade. Hoje, o que se observa é um triplo processo composto pelo entrelaçamento de três eixos analíticos. Primeiro, não existe mais a possibilidade de se deslocar e retornar, tanto em consequência da delimitação das áreas naturais protegidas, como pela pressão dos supostos proprietários particulares. Pode-se classificar este processo como uma forma de exílio. Segundo, notou-se a decisão por deslocamento em função de processos coercitivos opressores (causados por diferentes fatores, principalmente externos) que desencadearam situações insustentáveis dentro da comunidade. Em terceiro lugar, ocorreu o deslocamento motivado pela escolha por ascensão social, em decorrência da dependência cada vez maior de trocas monetárias e atração que a cidade supostamente oferece por uma vida de aparente comodidade.

Nas localidades do Mamanguá e da Barra Grande é possível dizer que houve uma tentativa de continuidade das práticas de vida da Praia Grande da Cajaíba – o que não ocorreu nos bairros urbanos. Observou-se, pois, na Barra Grande e no Currupira, que não houve uma ruptura da paisagem que existia no passado. A escolha pelo bairro do Currupira, no Mamanguá, representou um "deslocamento seguro", uma escolha em função da família e por um território conhecido. Há forte ligação entre a Praia Grande da Cajaíba e o Mamanguá. Por longo tempo, uma trilha era bastante utilizada entre as duas localidades. A escolha pela "roça", na Barra Grande, demonstrou o quanto esse elemento é parte da família do senhor Luis.

A familiaridade com o local de destino, bem como a presença de parentes anteriormente no local, explicam a migração rural-rural, tanto no caso do Mamanguá como no da Barra Grande.

Pode-se considerar que existe um lamento de perda, pois a Praia Grande da Cajaíba ainda está muito presente na fala dos moradores. As práticas que caracterizam a cultura caiçara definiram a questão da presente pesquisa, bem como os elementos presentes nas falas que os próprios sujeitos concebem como, por exemplo, "o barco", "a pesca", a "praia", "a roça", "o artesanato". O enraizamento e a memória do passado estão representados nestes elementos.

O que se pode afirmar é que a memória, apresentada pelo conjunto de lembranças, apontou para uma territorialidade caiçara muito presente ainda em cada um dos moradores entrevistados, em função de sua história e não pelo presente. Esse passado está presente na forma como utilizavam a terra, como se organizavam no espaço, e como dão significado ao território em que viveram. As evidências apontam para um enraizamento ao local de origem, mesmo sob as condições de pressão pela terra e de influência da sociedade mais ampla, que já trazia traços expressivos no cotidiano da Praia Grande.

A saída dos moradores parece ter sido uma consequência "inevitável" nesse processo marcado por fatores de "expulsão e atração" que vinha ocorrendo há tempos.

Os caiçaras da Praia Grande da Cajaíba não eram pobres, do ponto de vista dos seus objetivos e meios de produção. Seus hábitos, que configuravam forte tradição, foram sendo substituídos por novos modelos urbanos. O aparecimento de comunicações relativamente fáceis que favorecem a introdução e difusão de novos elementos culturais (WILLEMS, 1961) também parece ter influenciado o grupo e gerado, pouco a pouco, um processo de instabilidade social.

Apesar de não ser o foco da pesquisa, é necessário destacar o papel da religião na comunidade. A chegada do protestantismo ocorreu há mais de vinte anos, e trouxe consigo transformações significativas nos hábitos locais ao eliminar relações de sociabilidade como festas, danças e rituais. Esse é um elemento gerador de conflitos entre católicos e protestantes. A figura do pastor também foi citada como fonte de desentendimentos, propondo oposição entre grupos de diferentes crenças na comunidade.

Pode-se supor que a partir do momento em que um grupo tradicional não mais se identifica com um território, não há mais razão para permanecer no mesmo. A territorialidade está intimamente ligada à maneira como as pessoas utilizam os recursos naturais, organizam-se, e dão significado ao espaço. A territorialidade pode permanecer mesmo quando uma dada forma de território desaparece, ou seja, pelas relocalizações territoriais sob a forma de re-elaborações das produções simbólicas. Constatou-se que a territorialidade não desapareceu na fala e em algumas práticas dos entrevistados.

Observou-se a existência de um "território natural", conforme proposto de Haesbaert (2006), demarcado a partir da implantação da área protegida. Esta reclusão delimita práticas e, por conseguinte, modifica a relação dos moradores e o próprio significado do território, uma conseqüência também gerada pela delimitação dos espaços por pressões fundiárias.

Acredita-se que processos de desenraizamento e desterritorialização poderão se proceder naqueles em que a separação entre a formação pessoal e a vida no trabalho, em

família, com a vizinhança e de cidadania ocorrer de forma mais acentuada. Pode-se supor também que novos valores comuns nas novas localidades somente serão criados a partir da solidariedade entre esses migrantes e da agregação dos laços comunitários.

O território da Praia Grande da Cajaíba não é o território das outras localidades. Território, para além de uma noção material, é uma relação dos habitantes com a Praia Grande da Cajaíba que foi criada ao longo de gerações. As reapropriações são facilitadas pela maior ou menor semelhança (não só físicas) com o território novo a que têm que se adaptar.

Os caiçaras imigrantes entrevistados seriam o somatório das diversas condições vividas. Não se pode afirmar, pelo curto tempo de permanência no local onde estão hoje, que haja uma territorialização efetiva, nem tampouco o sentimento de identidade caiçara nos novos locais de destino. De acordo com o exposto acima, pode-se apenas apontar a existência de diferentes níveis de apropriação do território de acordo com as práticas caiçaras de origem. O que é possível afirmar é que os valores antigos se combinam aos novos em proporções variadas.

Do ponto de vista cultural *stricto sensu* é inegável a recombinação, incorporação e reelaboração de valores modernos aos tradicionais. Do ponto de vista da cultura caiçara há uma perda, também inegável. Considerou-se aqui como são vividas as experiências nos novos lugares, qual é o sentido dado a estes, e quais as tentativas de modificação das realidades. Portanto, a intenção maior foi de considerar a cultura além da perspectiva material.

Do ponto de vista político há uma perda irreparável decorrente dos fatores que culminaram na expulsão dos caiçaras de seu local de origem, mesmo num contexto de conquistas como a PNPCT.

Para ulteriores conclusões seria preciso maior tempo de moradia dos entrevistados nestes locais. Além disso, para verificar com mais precisão suas condições, seria preciso uma pesquisa mais detalhada, aprofundada, e aplicada ao longo de um maior período de tempo.

Não se pode deixar de mencionar as duas famílias que permanecem na Praia Grande da Cajaíba como uma representação de resistência e identificação. No entanto, não se procedeu a uma análise destas motivações por não ser o foco da pesquisa.

A proposta desta pesquisa foi apresentar elementos que ajudassem a exemplificar um processo de reapropriação dos caiçaras a um novo território, com a tentativa de compreensão da vida dos indivíduos e como grupos caiçaras se traduzem no território. Constatou-se que há diferentes graus de apropriação do novo espaço que variam de acordo com a história de deslocamento de cada família, bem como a decisão para determinado destino. O ponto comum que caracteriza um padrão nas novas localidades é, substancialmente, o papel preponderante do elemento família como fator agregador.

REFERÊNCIAS

ASSIS, L. F. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**. Rio de Janeiro. Ano VII nº 11, 12, 13. P. 107-122. Set. / Out. 2003

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994.

BONNEMAISON, J. CAMBRÈZY, L. Le lien territorial: entre frontières et Identitès. **Geographies et Cultures (Le Territoire)**, nº 20. Paris: L'Harmattan. 1996.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 3ª Edição. São Paulo: Cia das Letras. 1994.

_____. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, A. (org.). **Cultura brasileira**: temas e situações. São Paulo: Ática, 1987.

BRASIL. Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**.

_____. Decreto Federal nº 10.884, de 13 de julho de 2006. **Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.**

_____. Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

_____. Rio de Janeiro. Lei Estadual nº 2.393 de 20 de abril de 1995. **Dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em unidades de conservação do estado do Rio de Janeiro.**

_____. Rio de Janeiro. Decreto Estadual nº 17.981 de 30 de outubro de 1992. **Cria a Reserva Ecológica de Juatinga, no município de Paraty e dá outras providências**.

_____. Rio de Janeiro. Lei Estadual nº 1859, de 1º de outubro de 1991. **Autoriza o poder executivo a criar a Reserva Ecológica da Juatinga, no município de Parati**.

_____. Lei Federal n° 7.661, de 16 de maio de 1988. **Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências**.

CAVALIERI, L. **A comunidade caiçara no processo da reclassificação da reserva ecológica da Juatinga**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. **Os caiçaras da Juatinga**: cultura, conflitos e sonhos. Trabalho de Graduação Individual em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CANCLINI, N. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1997.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. Coleção Documentos Brasileiros. 1964.

CLAVAL, P. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: Rozendahl, Z., Corrêa, R. L. (Orgs.). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. **Geografia Cultural**. Florianópolis: EDUSC. 1999.

CHAUÍ, M. Os trabalhos da memória. In: BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. Apresentação. 3ª Edição. p. 17-33. São Paulo: Cia das Letras. 1994.

DIEGUES, A. O mito moderno da natureza intocada. 4ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, Nupaub, USP, 2004.

_____. **Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas**: o caso das comunidades caiçaras. São Paulo: NUPAUB-USP. 1988. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 5.

_____. A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização. In:

_____. **Enciclopédia Caiçara**. Vol.1. São Paulo: Hucitec, 2004.

DIEGUES, A. & NOGARA, P. **O Nosso lugar virou parque**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2005.

DURHAN, E. R. **A caminho da cidade**: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

FREITAS, H. M. R. e JANISSEK, R. **Análise léxica e análise de conteúdo:** técnicas complementares, sequenciais e recorrentes para exploração de dados qualitativos. Porto Alegre: Sphinx: Editora Sagra Luzzatto, 2000. 176 p.

GODELIER, M. L'Idéel et le Matériel. Paris, Fayard, 1984.

GOLD, R. Roles in sociological field observations. **Social Forces**, 36 (mar 1958). P. 217-223.

GOMES JUNIOR, M. V. **O espaço caiçara e o dom da terra**: um estudo sócio-espacial da Praia Grande da Cajaíba/Reserva Ecológica da Juatinga - RJ. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Território, cultura e des-territorialização. In: Rozendahl, Z. e Corrêa, R. (orgs.) **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HIRANO, S. (Org.) et al. **Pesquisa social**: projeto e planejamento. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Sítio eletrônico. 2002.

_____. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu**. Paraty. Dezembro de 2004.

_____. **Laudo de Vistoria Técnica nº 67**. Processo Administrativo Ministério Público Federal nº 1.30.000169/2004-58. Procuradoria da República no município de Angra dos Reis. Conflitos fundiários e população tradicional. Praia Grande da Cajaíba. Paraty, 24 de agosto de 2007.

LÁ e Cá. Direção, Produção, Roteiro e Edição de Clarissa Guarilha. Rio de Janeiro. 2007. DVD.

LARRÈRE, C. & LARRÈRE, R. **Do bom uso da natureza**: para uma filosofia do meio ambiente. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

MAGNANI, J. G. C. **Santana de Parnaíba**: memória e cotidiano. São Paulo. Disponível em http://www.n-a-u.org/. Atualizado em 01/05/2007.

MARCÍLIO, M. L. **Caiçara**: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba. São Paulo: EDUSP, 1986.

MARCUS, G. Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial. **Revista de Antropologia.** São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Vol. 34. 1991.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10ª Edição. São Paulo: HUCITEC. 2007.

MUSSOLINI, G. **Ensaios de antropologia indígena e caiçara.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

NOFFS, Paulo. **As mudanças sociais e a cultura caiçara**. (s/data).

PLANTE, S. & BRETON, Y. Espaço pesca e turismo em Trindade. In: DIEGUES, Antonio C. (org.) **Enciclopédia caiçara**. Vol. 2. São Paulo: Hucitec/Nupaub/USP, 2004.

SACK, R. **Human Territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAHLINS, M. A primeira sociedade da afluência. In: CARVALHO, E. A. **Antropologia Econômica.** São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1978.

_____. O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em vias de extinção. **Mana**, 3 (1), 1997.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec. 2002.

SCHAMA, S. **Paisagem e memória**. Introdução. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SILVA, M. Saindo da invisibilidade: a política nacional dos povos e comunidades tradicionais. Editorial. **Revista Inclusão Social**. Brasília. v. 2 n. 2, p. 7-9, abr./set, 2007.

SOARES, T. M. S. **É da roça! História ambiental dos caiçaras da Península da Juatinga/RJ e sua relação com a conservação da natureza**. Monografia de Graduação em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

SOUZA, M. de M. **Paraty**: a cidade e as festas. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.

THOMPSON, P. **A voz do passado**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

TÖNNIES, F. Gemeinschaft and gessellschaft. In: Parsons, T. et al. (eds.) **Theories of society**: foundations of modern sociological theory. Vol. I. Nova York: The FreePress of Glencoe. 1961.

TRIPODI, T.; FELLIN, P.; MEYER, H. **Análise da pesquisa social**: diretrizes para o uso da pesquisa em serviço social e ciências sociais. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A. 1975.

VENTO Contra. Produção e Roteiro de Adriana Mattoso. São Paulo. 1981. 40 min. Cor. 16 mm.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

VIANNA, L. P., ADAMS, C., DIEGUES, A. C. **Conflitos entre populações humanas em unidades de conservação da mata atlântica**. Relatório de Pesquisa – versão preliminar. São Paulo: Nupaub, USP, 1994.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WATSON, W. **Tribal cohesion in a money economy**: a study of the Mambwe people of northern Rodhesia. Manchester: Manchester University Press for the Rhodes-Livingstone Institute. 1958.

WEIL, S. O enraizamento. In: BOSI, E. (Org.). **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

WILLEMS, E. **Uma vila brasileira**: tradição e transição. 2ª Edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Entrevista semi-estruturada aplicada aos ex-moradores da Praia Grande da Cajaíba/Paraty.

1) O (a) senhor (a) poderia me dizer seu nome? E a sua idade?

2) Poderia me contar a respeito de sua vida na Praia Grande da Cajaíba. O (a) senhor (a) nasceu lá? Morou quanto tempo? Era muito ligado à família?

3) Que lembranças boas o (a) senhor (a) tem de lá? Qual era a melhor coisa da PGC?

4) Que atividades realizava lá? Trabalhava muito? Como ocupava seu tempo livre? Trabalhou fora da PGC, na pesca, na roça?

5) Como usava o espaço para as atividades? Sempre morou no mesmo lugar? Como era a sua casa? Os filhos moravam junto?

6) Com que freqüência vinha a Paraty? Comprava o quê?

7) Seus pais sempre moraram lá? Se não, onde?

8) Havia muitos parentes lá?

9) Como era com os outros moradores? Havia ajuda mútua?

10) Em algum momento da sua vida isso mudou? As atividades do dia a dia mudaram? O quê, por exemplo?

11) A partir daí o (a) senhor (a) passou a se dedicar a outros afazeres? (Por exemplo, quando começaram a chegar os turistas; quando se criou a Reserva Ecológica da Juatinga; ou tem relação com o proprietário)

12) Isso mudou a relação com os vizinhos?

13) O (a) senhor (a) passou a vir mais a Paraty?

14) Como foi que pensou em sair da Praia Grande da Cajaíba?

15) Quando saiu? Quando saiu, ainda roçava? Quando parou? E seus filhos, aprenderam a lidar na roça?

16) Qual foi seu 1º local de destino? Por que escolheu este local?

17) Por que saiu? Recebeu algo em troca? Havia ameaças?

18) Como é a vida na cidade hoje? Qual a pior / melhor coisa na cidade? O que faz no tempo livre?

19) O que se pode fazer na cidade que se fazia lá? O que se comia lá que não se come aqui? O que se come aqui que não se comia lá? Você se veste diferente aqui? Que lugares frequenta? Tem a mesma religião?

20) Como foi a adaptação? Os primeiros meses? Continua ligado à família?

21) Costuma voltar com freqüência? A que atividades de dedica hoje?

22) Os moradores que saíram moram próximos? Vocês se ajudam?

23) No que o (a) senhor (a) trabalha hoje? E seu marido? E os filhos? Todos estudam ou estudaram? Como é a sua casa hoje? O que tem de diferente da casa lá?

24) O (a) senhor (a) ou os filhos gostariam de voltar a morar lá?

25) Como o (a) senhor (a) define o caiçara na cidade? Como se sente hoje na cidade? Como fica a sensação de ter mudado e hoje viver aqui? Como é ficar longe da terra que nasceu?

26) O que o (a) senhor (a) pensa sobre todo esse processo de saída dos moradores da Praia Grande da Cajaíba para a cidade? Concorda, discorda?

27) Se pudesse mudar algo, o que mudaria? O que não gostaria de ter perdido? O que ganhou?

28) Quais são seus objetivos futuros?